



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

SANTIAGO MANUEL CAO GONZÁLEZ

O QUE PODE UM CORPO DIANTE DO AFETICÍDIO URBANO?
A “POTÊNCIA DE NÃO” E A “TÁTICA DO SEGREDO”
COMO FORMAS DE RESISTÊNCIAS

Salvador, BA
2016

SANTIAGO MANUEL CAO GONZÁLEZ

**O QUE PODE UM CORPO DIANTE DO AFETICÍDIO URBANO?
A “POTÊNCIA DE NÃO” E A “TÁTICA DO SEGREDO”
COMO FORMAS DE RESISTÊNCIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Linha de pesquisa: Processos Urbanos Contemporâneos.

Orientadora: Prof. Dra. Paola Berenstein Jacques
Co-orientadora: Prof. Dra. Fabiana Dultra Britto

Salvador, BA
2016

G643 Cao González, Santiago Manuel.

O que pode um corpo diante do afeticídio urbano? a “potência de não” e a “tática do segredo” como formas de resistências / Santiago Manuel Cao González. 2016.

123 p. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Paola Berenstein Jacques.

Coorientadora: Profa. Dra. Fabiana Dultra Britto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2016

1. Sociologia urbana. 2. Afeto (psicologia) - Relações humanas.
I. Jacques, Paola Berenstein. II. Britto, Fabiana Dultra. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. IV. Título.

CDU: 711.4:316

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO DO MESTRANDO
SANTIAGO MANUEL CAO GONZÁLEZ

Ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e dezesseis, reuniu-se por convocação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a comissão composta pelos professores doutores Paola Berenstein Jacques, Fernando Gigante Ferraz, Fabiana Dultra Britto e Lúcia Leitão Santos sob a presidência do primeiro, na qualidade de orientador da dissertação, para proceder ao exame do trabalho apresentado pelo mestrando Santiago Manuel Cao González intitulado **“O que pode um corpo diante do afeticídio urbano? A “potência de não” e a “tática do segredo” como formas de resistências”**.

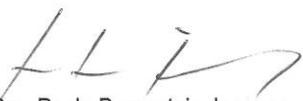
O ato teve início às 14:00 horas, tendo sido concedido ao mestrando cinquenta (50) minutos para exposição resumida dos conteúdos do seu trabalho. De acordo com as normas que regulam a matéria, cada examinador fez suas observações e levantou questões, que foram respondidas pelo candidato.

Concluído o exame, os professores atribuíram as seguintes indicações:

Profa. Dra. Paola Berenstein Jacques	APROVADO
Prof. Dr. Fernando Gigante Ferraz	APROVADO
Profa. Dra. Fabiana Dultra Britto	APROVADO
Profa. Dra. Lúcia Leitão Santos	APROVADO

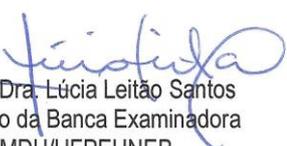
Com o que se julgou o mestrando APROVADO, sendo recomendado ao Colegiado de Curso deste Programa de Pós-Graduação que seja concedido a **SANTIAGO MANUEL CAO GONZÁLEZ** o grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Salvador, 01 de novembro de 2016


Profa. Dra. Paola Berenstein Jacques
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora
PPG-AU/FAUFBA


Prof. Dr. Fernando Gigante Ferraz
Membro da Banca Examinadora
PPG-AU/FAUFBA


Profa. Dra. Fabiana Dultra Britto
Membro da Banca Examinadora
PPGDança/UFBA


Profa. Dra. Lúcia Leitão Santos
Membro da Banca Examinadora
MDU/UFPEUNEB

Os ninguéns

As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos.

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não têm cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm numero.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Eduardo Galeano
(1940-2015)

*Ao caminho, que me ofereceu as possibilidades para chegar até aqui.
Às pessoas que encontrei, às que reencontrei e às que ainda poderei encontrar.
Aos caminhos que ainda vou poder caminhar.*

AGRADECIMENTOS

A Paola Berenstein, minha querida orientadora. Quem me recebeu neste Mestrado com um abraço, e quem me apoiou na hora de escolher pesquisar através da experiência do *corpo-a-corpo*, através dos encontros. E especialmente agradecido a ela pela sua insistência para eu incorporar essas experiências na presente pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – pelo financiamento da pesquisa, sem o qual teria sido difícil ter o tempo para me encontrar com os queridos companheiros e companheiras da Ladeira da Conceição, pois aqueles encontros que me interessam precisam de tempos para sermos afetados *junto-com* os demais.

À professora Lúcia Leitão e o professor Fernando Ferraz, por terem participado da Banca e pelos seus comentários ao longo de todo esse processo de escrita.

A Gabriel Ramos. Meu grande companheiro de pensamentos nestes períodos de Mestrado e uma das pessoas que mais me apoiou na tentativa de (ar)riscar pensamentos.

A Jurema Moreira, por seus sorrisos alegres, tão necessários de ver e ouvir nos momentos de desespero. Pela sua presença e sua ajuda cada vez que a precisei. Pelo amor. Pela paciência.

A Rose Boaretto, pois se fosse possível a existência de anjos, sem dúvidas ela seria o meu. Sem ela, eu não teria podido chegar a Salvador, pois, foi ela quem comprou a minha passagem para eu poder mudar do Rio de Janeiro para aqui.

A Tiza Moreira, por seu amor e sua grandíssima generosidade. Por ter sido o grande motivo que inicialmente me impulsionou a vir morar no Brasil e tentar fazer Mestrado.

A Thais Portela, Janaina Chavier e Lumena Adad, pelas leituras e acompanhamentos nos diferentes momentos da pesquisa e escrita. Pelas conversas gostosas e por me ajudar a entender(me).

A Gabriel Ramos e Jurema Moreira (sim! novamente), pelas correções gramaticais do presente texto que precisou se ajustar à língua portuguesa. Por me ajudar a tentar ajustá-lo sem enforcá-lo. Por mantê-lo vivo e falando um outro idioma dentro desta língua. Por me ajudar na tentativa de continuar sendo sempre “estrangeiro”, tanto na língua portuguesa como em qualquer outra. Por me apoiar na decisão de tentar dizer aquilo que ainda não sei como poderia ser dito; e por me ajudar a “dizê-lo” em português.

A Lígia Azevedo pelas correções finais dessa língua portuguesa no texto. Por acreditar nessa pesquisa e me ajudar a compartilhá-la. Pelos múltiplos apoios e pela força compartilhada.

A Shara Jane Costa Adad. Pela delicadeza e profundidade do seu olhar. Por me ajudar a repensar a importância da arte na sociedade. E, especialmente, a importância da arte na minha própria vida. Por me ajudar a (re)encontrar-me com a potência da arte, após tanto tempo criticando-a.

Aos meus companheiros e companheiras da Ladeira da Conceição, *junto-com* quem tive a oportunidade de aprender a não impor minhas necessidades individuais, pois tinha um grupo no qual se pensar. Pelo carinho e pela confiança. E pela admiração que sinto por muitos deles ao ver como foram se empoderando ao longo destes anos de resistências. Por me ensinar com suas ações que sempre é possível resistir e *re-existir*. Aos queridos e queridas Edmilson Rodrigues, Simony Venâncio, Zé Grande, Dona Ana, Evandro, Zé Diabo.

A Maura Cristina (MSTB) e Ana Caminha (Gamboa de Baixo) pelo exemplo cotidiano nas diárias lutas pelo direito a morar e pelo respeito às pessoas sem distinção de raça ou poder aquisitivo. Pela confiança compartilhada. A Viviane Hermida, Maya Manzi e Lucas Marques. Por me ensinar com sua prática que o lugar da Academia pode também ser o da luta *corpo-a-corpo* com as comunidades. A Wagner Moreira, Vítor Santos e Manolo Nascimento. Pelo compromisso e acompanhamento legal às comunidades e movimentos do Centro Antigo de Salvador. Por terem proposto a criação daquela Articulação que nos aproximou um com os outros nos tornando mais fortes para as resistências, mas também mais próximos pelos afetos.

À poderosa e insolente Ivana Chastinet. Por sua alegria provocadora. Desejando que o câncer não consiga nunca tirar esse brilho vivo que habita nos seus olhos e seus sorrisos.

A Fernando Ferraz, professor e companheiro nos caminhos do pensamento, que com sua grande generosidade, ao invés de esperar de mim que repetisse os conceitos escritos nos textos, me provocou para pensar e criar argumentos a fim de transformar os intuitivos e iniciais questionamentos em conceitos propostos na presente Dissertação.

Aos queridos amigos e amigas sem os quais meu caminhar nesta cidade teria sido solitário. Companheiros e companheiras que me provocaram com seus carinhos e seus modos de pensar. Milene Migliano, Maria Izabel Rocha, Cícero Menezes, Leandro Peixoto. Agradecido pelos tantos encontros fora de aulas que tive com Cícero e Léo. Pelas conversas nos bares e pelas correrias noturnas. Pelos “olhos” abertos, prontos a perceber quando alguém estava precisando de encontros e conversas na desesperada tentativa de entender melhor não só a própria pesquisa quanto também a própria vida sendo por ela afetada.

A Munay e Selvagem. Os dois felinos que me fazem lembrar dia a dia da importância de morar com outros seres vivos e suas outras necessidades e modos de viver no mesmo espaço.

A minha irmã, Coty, que é uma das pessoas que me apoia e me compreende nesta vida nômade que escolhi para viver. Ainda, talvez, sem poder entender. Então, duplamente agradecido, por me apoiar e compreender sem precisar entender.

RESUMO

Iremos propor que há uma potência disruptiva nos encontros *corpo-a-corpo* capaz de tornar possível o (im)possível, mas, para que as pessoas possam se encontrar, precisarão da existência de um espaço em comum onde isto possa acontecer. E será essa conjunção de corpos e territórios aquilo que chamaremos de *redes de afetos*. Circuitos que são gerados na interação de quem ali convive, numa relação cotidiana com o espaço onde interatuam. Pretender expulsar as pessoas dos seus espaços afetivos é tão destrutivo quanto criminoso, pois a potência da vida é tristemente afetada nesta expulsão, provocando uma diminuição da força de existir. Sendo assim, poderíamos pensar que o maior crime que se pode cometer numa cidade – na prática do Urbanismo – é a destruição de *redes de afetos*: o *Afeticídio*. Proporemos que por trás dele operará a tentativa de desmontagem do sujeito político – pois, o afeto é uma política em si mesma, que se tece nos encontros *corpo-a-corpo* – e para poder resistir a essas práticas hegemônicas, é preciso primeiro saber que existem as possibilidades para isso. Será nos encontros com os outros e seus outros modos de viver onde poderemos expandir nosso repertório de possibilidades, acessando outras e possíveis maneiras de resistir e *re-existir* que possibilitem fazer valer os nossos direitos de viver numa cidade mais heterogênea, e de garantir nela a permanência das diferentes *redes de afetos* que já se desenvolvem nos mais diversos espaços urbanos. Ainda que não as percebamos. Ainda que não precisem da nossa participação nelas.

Palavras-chave: Afeto. Afeticídio. Potência de não. Tática do segredo. Performance. Resistências. Re-existências.

RESUMEN

Propondremos que hay una potencia disruptiva en los encuentros *cuero-a-cuero* capaz de tornar posible lo (im)posible, pero para que las personas puedan encontrarse, precisarán de la existencia de un espacio en común donde esto pueda acontecer. Y será esa conjunción de cuerpos y territorios aquello que llamaremos por *redes de afectos*. Circuitos que son generados en la interacción de quienes allí conviven en una relación cotidiana con el espacio donde interactúan. Pretender expulsar a las personas de sus espacios afectivos es tan destructivo como criminal, pues la potencia de la vida es tristemente afectada en esta expulsión, provocándose una disminución de la fuerza de existir. Siendo así, podríamos pensar que el mayor crimen que se puede cometer en una ciudad –en la práctica del Urbanismo– es la destrucción de *redes de afectos*: el *Afecticidio*. Propondremos que por detrás del mismo operará la tentativa de desmontaje del sujeto político –puesto que el afecto es una política en sí misma que se teje en los encuentros *cuero-a-cuero*– y para poder resistir a esas prácticas hegemónicas, primero será necesario saber que existen las posibilidades para ello. Será en los encuentros con los otros y sus otros modos de vivir donde podremos expandir nuestro repertorio de posibilidades, accediendo a otras y posibles maneras de resistir y *re-existir* que posibiliten hacer valer nuestros derechos de vivir en una ciudad más heterogénea, y de garantizar en ella la permanencia de las diferentes *redes de afectos* que ya se desarrollan en los más diversos espacios urbanos. Aunque no las percibamos. Aunque no precisen de nuestra participación en ellas.

Palabras clave: Afecto. Afecticidio. Potencia de no. Táctica del secreto. Performance. Resistencias. Re-existencias.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Para que(m) serve o teu conhecimento? (Fonte: Santiago Cao, 2014).....	17
Figura 2. O Comodoro do Yacht Clube da Bahia, Marcelo Sacramento, e o Prefeito de Salvador, ACM Neto, na inauguração da praça de esportes na Vila Brandão (Fonte: Varela Notícias, 22/12/2015)	35
Figura 3. Inauguração da praça de esportes na Vila Brandão. (Fonte: Varela Notícias, 22/12/2015)	36
Figura 4. Inauguração da praça de esportes na Vila Brandão. Da esquerda para a direita: Prefeito de Salvador, ACM Neto; Comodoro do Yacht Clube da Bahia, Marcelo Sacramento; Papai Noel; e o presidente da ASCOMVIBRA, Arivaldo Sampaio. (Fonte: Santiago Cao, 20/12/2015)	36
Figura 5. Placa comemorativa da inauguração da praça de esportes na Vila Brandão. (Fonte: Santiago Cao, 2015)	37
Figura 6. Projeto do IPHAN de Reforma dos Arcos da Montanha, na Ladeira da Conceição (Fonte: Jornal Correio, 25/12/2014).....	38
Figura 7. Projeto do IPHAN de Reforma dos Arcos da Montanha, na Ladeira da Conceição (Fonte: Jornal Correio, 25/12/2014).....	39
Figura 8. Projeto do IPHAN de Reforma dos Arcos da Montanha, na Ladeira da Conceição (Fonte: Jornal Correio, 25/12/2014).....	40
Figura 9. Poligonal de Projetos no Cento Histórico de Salvador (Fonte: Grupo Fera Investimentos, 2016)	41
Figura 10. Notificação de despejo dos Arcos da Ladeira da Conceição. (Fonte: Edmilson Rodrigues, 15/07/2014).....	48
Figura 11. Jovens jogando futebol sem calçado na antiga quadra da Vila Brandão. (Fonte: Rose Boaretto, 2014).....	55
Figura 12. Localização da “área verde entre”. (Fonte: Google Earth, 08/06/2015).....	56
Figura 13. Localização da Vila Brandão e Yacht Clube da Bahia. (Fonte: Google Earth, 08/06/2015)	56
Figura 14. Página 1 do Contrato de Comodato entre Yacht Clube da Bahia e a Paróquia da Vitória, 09/10/2014. (Fonte: Celia Mara e Silvia Jura, 2014).....	57
Figura 15. Página 2 do Contrato de Comodato entre Yacht Clube da Bahia e a Paróquia da Vitória, 09/10/2014. (Fonte: Celia Mara e Silvia Jura, 2014)	58
Figura 16. poder não poder pão poder (Fonte: Santiago Cao, 2014)	72
Figura 17. Yves Klein – Leap into the Void [Salto no vazio] (Fonte: Harry Shunk, 1960)	78

Figura 18. Performance “Pes(o)soa de Carne e Osso” (Fonte: Juan Montelpare, 28/09/2010)....	90
Figura 19. Performance “Pes(o)soa de Carne e Osso” (Fonte: Juan Montelpare, 28/09/2010)....	90
Figura 20. Performance “Pes(o)soa de Carne e Osso” (Fonte: Juan Montelpare, 28/09/2010)....	91
Figura 21. Performance “Pes(o)soa de Carne e Osso” (Fonte: Juan Montelpare, 28/09/2010)....	91
Figura 22. Notificação entregue pela SUCOM indicando o prazo de 72 horas para o despejo do Arco nº 12 da Ladeira da Conceição (Fonte: Simony Venâncio, 15/07/2014).....	112
Figura 23. Primeiro Ato na Ladeira da Conceição. Artífices da Ladeira, Comunidade Gamboa de Baixo e MSTB (Fonte: Jornal A Tarde, 08/12/2014).....	113
Figura 24. Ato "A Ladeira é Nossa" (Fonte: Jornal Bocão News, 31/05/2015)	113
Figura 25. Edmilson Rodrigues tomando a palavra no Ato "A Ladeira é Nossa" (Fonte: Articulação, 31/05/2015).....	114
Figura 26. Simony Venâncio tomando a palavra no Ato "A Ladeira é Nossa" (Fonte: Articulação, 31/05/2015)	114
Figura 27. Ladeira da Conceição e entorno, em inícios da década de 1960 (Fonte: Edmilson Rodrigues).....	115
Figura 28. Ladeira da Conceição e entorno, na atualidade (Fonte: Santiago Cao, 23/04/2016)..	115
Figura 29. Matéria publicada na Revista Yacht, p.38. (Fonte: Revista Yacht, dezembro 2015).	116
Figura 30. Matéria publicada na Revista Yacht, p.39. (Fonte: Revista Yacht, dezembro 2015).	117
Figura 31. Capa do Contrato de Comodato entre o Yacht Clube da Bahia e a Paróquia da Vitória. (Fonte: Celia Mara e Silvia Jura, 2014)	118
Figura 32. Página 1 do Contrato de Comodato entre o Yacht Clube da Bahia e a Paróquia da Vitória. (Fonte: Celia Mara e Silvia Jura, 2014).....	119
Figura 33. Página 2 do Contrato de Comodato entre o Yacht Clube da Bahia e a Paróquia da Vitória. (Fonte: Celia Mara e Silvia Jura, 2014).....	120
Figura 34. Página 3 do Contrato de Comodato entre o Yacht Clube da Bahia e a Paróquia da Vitória. (Fonte: Celia Mara e Silvia Jura, 2014).....	121
Figura 35. Página 4 do Contrato de Comodato entre o Yacht Clube da Bahia e a Paróquia da Vitória. (Fonte: Celia Mara e Silvia Jura, 2014).....	122
Figura 36. Página 5 do Contrato de Comodato entre o Yacht Clube da Bahia e a Paróquia da Vitória. (Fonte: Celia Mara e Silvia Jura, 2014).....	123

SUMÁRIO

Breve manual de uso de palavras (trans)versionadas	16
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1	
LADEIRA DA CONCEIÇÃO: A QUESTÃO DOS AFETOS E AS REDES DE AFETOS NAS CIDADES.....	25
1.1 Os afetos pelas coisas (em tempos de Patrimonialização da Cultura).....	33
1.2 Os afetos pelas pessoas (em tempos de remoções e “revitalizações” urbanas).....	44
1.3 O Afeticídio urbano.....	48
CAPÍTULO 2	
VILA BRANDÃO: A “POTÊNCIA DE NÃO” COMO UM PRIMEIRO MOMENTO DA RESISTÊNCIA	53
2.1 A potência dos encontros <i>corpo-a-corpo</i>	70
2.2 poder não poder não poder: Uma questão de meios. Ou como desviar(nos) dos fins?	72
2.3 Resistir e re-existir: Os encontros como produção não hegemônica de sociedade...80	
CAPÍTULO 3	
A PERFORMANCE COMO “TÁTICA DO SEGREDO”: OU ALGUMAS POSSIBILIDADES PARA PROPICIAR ENCONTROS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS...86	
3.1 Arte <i>nos</i> Espaços Públicos ou arte <i>com</i> os espaços públicos	97
3.2 A Performance <i>nos</i> espaços públicos como um <i>Corpo sem Rosto (CsR)</i>	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	109
ANEXO 1. Ladeira da Conceição.....	112
ANEXO 2. Vila Brandão	116

Nunca se saberá como isto deve ser contado, se na primeira ou na segunda pessoa, usando a terceira do plural ou inventando constantemente formas que não servirão para nada. Se fosse possível dizer: eu viram subir a lua, ou: em mim nos dói o fundo dos olhos, e principalmente assim: tu mulher loura eram as nuvens que continuam correndo diante de meus teus seus nossos vossos seus rostos. Que diabo.

(Julio Cortázar. As babas do diabo. 2009. p.60)

Breve manual de uso de palavras (trans)versionadas

Com a intenção de aproximar o leitor a respeito de alguns termos criados no presente texto, mas também para aproximá-lo com a intenção de percorrer juntos as páginas que seguirão, é que iremos propor um breve manual de uso daquilo que chamaremos *(trans)versão po(i)ética das palavras* e que entenderemos como uma ferramenta que nos ajude a visibilizar as versões que não são incorporadas nos discursos hegemônicos. Aquelas outras possibilidades de entender as palavras, já não só influenciados pela origem etimológica das mesmas, senão, também, pelas leituras poéticas e criativas que operarão produzindo desvios dentro mesmo delas ao visibilizar outras possíveis palavras “menores” que, estando contidas numa palavra “maior”, ficavam apagadas. Dessa maneira, poderão nos aportar outros sentidos, novas leituras, que sem se opor às versões originais, tentarão incorporá-las, porém, indo para além do já estabelecido. Versões que expandindo o repertório de possibilidades de pensar, provocarão outros modos de agir.

Nesse sentido, na escrita do presente texto iremos trabalhar com o uso de parênteses na tentativa de assinalar, demarcando dentro deles, algumas dessas palavras menores, podendo o leitor ou a leitora lerem a palavra no seu sentido original ou num jogo que habilite o diálogo entre o que permaneceu dentro e o que ficou fora desses parênteses. Momentos de silêncio na leitura, pausas geradas dentro mesmo da estrutura para nos determos e possibilitar o encontro com as outras versões ali presentes.

Para exemplificar, iremos trazer a palavra “denominar”, na qual aplicaremos uma possível *(trans)versão po(i)ética*, nos deparando com “d(en)ominar”. Melhor dizendo, com a possibilidade de ler o sentido de “dominar-em” que habita dentro da forma “denominar”. Assim, essa outra versão que emerge poderá nos provocar a pensar que denominar não só é um ato de nomeação, mas também um ato de dominação. E, atentos a isso, pensar também quais outras possibilidades de agir *junto-com* aquilo “d(en)ominado” se habilitam, possibilitando assim outras maneiras de afetar e sermos afetados.

INTRODUÇÃO

De modo a nos introduzir nos temas desta Dissertação, queria propor pensar algumas questões através de uma *pixação* que apareceu numa parede na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, e que rapidamente foi branqueada, apagada, silenciada.

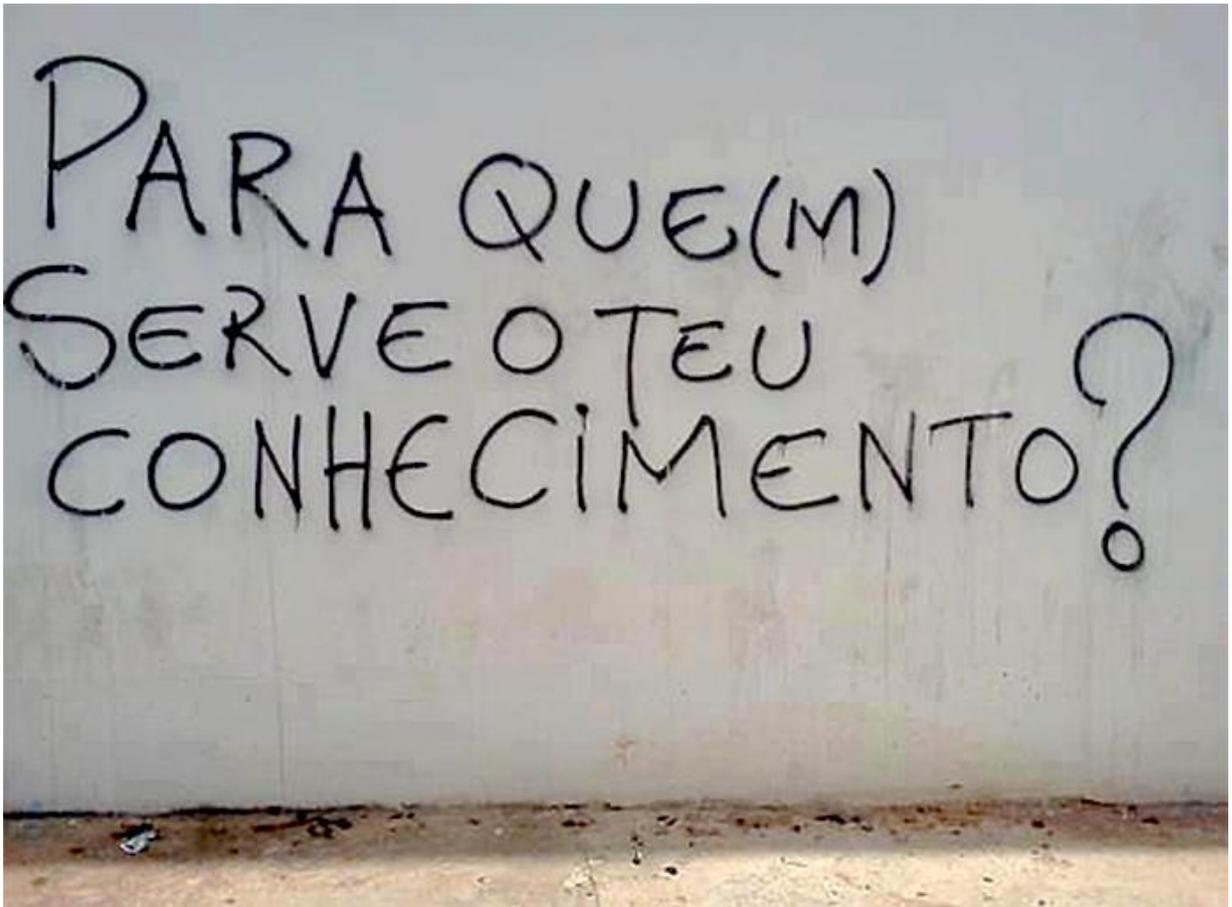


Figura 1. Para que(m) serve o teu conhecimento? (Fonte: Santiago Cao, 2014)

Essa *pixação* me interessa e me provoca, pois, ao se agregar entre parênteses a letra “m” ao “para que?”, o mesmo se transforma num “para quem?” desviando a pergunta produtivista “para que serve o teu conhecimento?” num outro sentido, de caráter relacional: “Para quem serve o teu conhecimento?”, mudando assim o foco, deslocando-o dos fins para os meios. E essa pergunta me inquieta, pois podemos interpretá-la pelo menos de duas maneiras diferentes: Ou bem, perguntar(nos) pelo “quem” a respeito de quem serão os nossos aliados que vão nos possibilitar potenciar-nos, motivo pelo qual será necessário entender esse “para quem” não num sentido assistencialista (a quem posso ajudar com meus conhecimentos?), senão “*junto-com* quem” poderemos expandir os nossos conhecimentos.

Mas, também, outra possível vertente dessa pergunta tem relação com o “quem” são esses outros aos quais pode servir o que sabemos, pois também os nossos conhecimentos podem ser capturados por governos e corporações cujos mútuos interesses econômicos vêm transformando as cidades em mercadorias a serem inseridas em circuitos de consumo transnacionais que pouco a nada se importam pelas pessoas que nelas já moram.

Voltando para o assunto em relação ao “quem” serão os nossos aliados que possibilitarão potencializar-nos, mas dirigindo agora a pergunta para o campo das pesquisas acadêmicas, considero necessário questionar-nos tanto a respeito do “para que(m) estamos pesquisando, escrevendo e publicizando os nossos conhecimentos”, como também quais são os estímulos que nos afetam na hora de escrever.

Qual lugar estamos dando para que aqueles outros, que não necessariamente transitam a Academia, possam também nos afetar, possibilitando-nos assim expandir nosso pensamento e nossas práticas para além dos modos academicamente institucionalizados. Aqueles outros que, com suas cotidianas práticas, habitam a cidade no dia a dia. Aqueles que Certeau chamara de “praticantes ordinários da cidade”

cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um "texto" urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se veem: têm dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso. Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam à legibilidade. Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. (...) Neste conjunto, eu gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço "geométrico" ou "geográfico" das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de "operações" ("maneiras de fazer"), a "uma outra espacialidade" (uma experiência "antropológica", poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade *opaca e cega* da cidade habitada. Urna cidade *transumante*, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível. (CERTEAU, 1994, pp.171-172)

Nesse sentido, e com a intenção de tensionar o debate em relação às práticas de pesquisa que envolvem as pessoas nas cidades, iremos afirmar¹ que se faz necessário não só habitar a cidade quanto também nos dispormos a sermos afetados pela cidade. Portanto, acho oportuno provocar a respeito do que considero uma prática absurda e perigosa por parte de pessoas que “estudam” a cidade olhando para ela *através*² de textos acadêmicos que a maioria das vezes foram escritos por outros acadêmicos que olharam a cidade *através* de textos acadêmicos escritos por outros acadêmicos que... E assim, de citações em citações, num “saber *através* do saber acadêmico”, as fronteiras vão se traçando não só na construção de um “dentro” e um “fora” da Academia, quanto também das Verdades a respeito daquilo que será considerado como bom ou ruim “nas” cidades e “para” as pessoas que as habitamos. Verdades geradas as mais das vezes por corpos afetados pelas Teorias antes do que pela contaminação dos encontros *corpo-a-corpo*.

Assim, em se tratando este texto de uma pesquisa inserida dentro de um Mestrado em Urbanismo, quero chamar a atenção especialmente para esse tipo de olhar acadêmico sobre a cidade – que ainda não sendo o único, se encontra muito presente dentro das pesquisas acadêmicas. E desse modo, perguntar-nos: Olhando de longe para a cidade *através* desses textos, teremos como não terminar incapacitados para olhar aquilo que (também) fica por perto?

Portanto, proponho nos apropriar do pensamento de Certeau a respeito das limiaridades dos “praticantes ordinários” e aplicá-lo a modo de crítica para aqueles acadêmicos que, pensando muito a cidade, a praticam de maneira escassa. E, olhando para as fronteiras do saber traçadas por essas pessoas, suspeitar que “dentro” da Academia também há relações limiares de “corpos acadêmicos” que “obedecem aos cheios e vazios de um ‘texto’ urbano que escrevem sem poder lê-lo” (CERTEAU, op. cit., p.171). Se for assim, atravessados

¹ Aproveitando esse momento da leitura, queremos mencionar que a utilização da primeira pessoa do plural na escrita desse texto é uma escolha que não tem a ver com o uso do neutro nem com a diluição do indivíduo no coletivo, senão com a presença do coletivo se manifestando *através* do indivíduo. Como se, ao tentar falar, aparecessem por entre as palavras os outros com quem já falamos anteriormente. Ou como se, ao rir, pudéssemos ouvir nas nossas risadas, as risadas dos outros *junto-com* quem já rimos em outros tempos e lugares.

² Escolho ressaltar a palavra “*através*”, escrevendo-a em itálico (e ao longo do texto irei repetindo esta escolha), pois, acho uma relação sugestiva entre as palavras “perspectiva” e “perspicácia” que por sua vez derivam da palavra em latim “*perspicere*”, a qual está composta pelo prefixo “*per*” (*através*) mais “*specere*” (olhar). Vemos e pensamos desde uma perspectiva, ou seja, *através* de saberes aprendidos que de maneira perspicaz nos foram ensinados. Cabe nos questionar, quais são estes saberes *através* dos quais estamos vendo e pensando a cidade e as pessoas que a habitam e vivenciam, e como o encontro com os outros e seus outros modos de pensar podem nos ajudar a expandir as nossas possibilidades de viver em sociedade.

por quais saberes estaremos escrevendo quais textos? E se pudéssemos lê-los, ainda quereríamos escrevê-los?

Como contaminar, então, nossos saberes com modos outros de fazer? Talvez precisemos sair um pouco das leituras dos livros para voltar mais um pouco o nosso olhar para os espaços públicos, entendendo este olhar como um olhar de perto e de dentro, tão de perto que até percamos de vista o plano inicial da cidade. Talvez tenhamos que deixar de traçar fronteiras para nos introduzir nas limiaridades do *corpo-a-corpo*. Deixar de ver o que já “vimos” para poder ver outra coisa – ou pelo menos vê-la de maneira diferente – de tal modo que voltemos à prática acadêmica (também) contaminados por outros saberes que nos expandam a modos outros de fazer teoria.

E é neste ponto onde quisera incorporar no texto da Dissertação a minha atual experiência *junto-com* os ferreiros, serralheiros e marmoristas da Ladeira da Conceição da Praia, localizada no Centro Antigo de Salvador. Experiência que mudou os rumos da minha pesquisa, me abrindo à possibilidade de entender a importância de estar num ponto *entre* as leituras acadêmicas e os saberes das pessoas que no dia a dia agem na cidade com modos outros de habitá-la e, deste modo, transformá-la.

Ao me aproximar das pessoas naquela ladeira, a ladeira me habitou e eu a habitei, passando ela a habitar minha pesquisa. Melhor dizendo, a atual pesquisa não nasceu pesquisa; nasceu envolvimento. E assim, entrando pelos desvios, acabei me introduzindo nos assuntos vinculados tanto à questão dos *Afetos* quanto à *potência de não*.

Mas, é preciso dizer, que ao referir-nos aos *Afetos*, a maioria das vezes o faremos no sentido proposto por Spinoza, entendendo-os como “as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada” (SPINOZA, 2009, P. III, Def. 3). Assim, “se uma coisa aumenta ou diminui, estimula ou refreia a potência de agir de nosso corpo, a ideia dessa coisa aumenta ou diminui, estimula ou refreia a potência de pensar de nossa mente” (Ibid, P. III, Prop. 11). Porém, sendo que nem sempre entenderemos o *Afeto* segundo o proposto por esse filósofo – sem ânimos de contradizer, mas com a intenção de complexificar o debate – quando for necessário tomaremos distância dessas propostas para abranger outras perspectivas a respeito. Dessa maneira, ao longo do texto procuraremos deixar claro quando a perspectiva a respeito dos *afetos* segue a linha de pensamento de Spinoza, e quando responde ao proposto por outros autores ou por nós mesmos.

A respeito da *potência de não*, iremos propô-la, entendendo-a como uma forma de resistência a um modo de produção hegemônica de cidade que empregará, na prática, aquilo que chamaremos de *Urbanismo de Bem-estar Comum*³. Práticas ditas de “revitalização” urbana que procurarão homogeneizar ou expulsar qualquer diferença que não se encaixe nas formas impostas por um tipo específico de planejamento urbano – o estratégico – que, vinculado à especulação imobiliária, será um dos responsáveis pelos processos de *gentrificação*

cujo caráter de classe o original inglês (*gentry*) deixa tão vexatoriamente a descoberto. Daí a sombra de má consciência que costuma acompanhar o emprego envergonhado da palavra, por isso mesmo escamoteada pelo recurso constante ao eufemismo: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo renascença, e por aí afora, mal encobrando, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades. Como estou dando a entender que o planejamento dito estratégico pode não ser mais do que um outro eufemismo para *gentrification*. (ARANTES, 2000, p.31)

Neste sentido, iremos propor que nas cidades contemporâneas – caracterizadas a maioria das vezes pela espetacularização e mercantilização da Cultura como forma de adestramento por parte de um Estado que responde a interesses privados – o “estar Bem” (Bem bonito, Bem vestido, Bem alegre, Bem sorridente, Bem, Bem, Bem, sempre Bem, sempre e o tempo todo, BEM) tornou-se uma norma a ser seguida e aquilo que foge a essa norma é chamado de patológico ou criminoso. Um “ter que estar Bem” a todo custo, um Bem-estar sem mais do que poder estar bem. Um Bem maiúsculo e hegemônico de uma sociedade que procura apagar (ou punir) toda diferença que ofusque o brilho do que o estar Bem “tem que” significar.

E nestas sociedades, onde aquilo que precisamente temos em comum – a possibilidade de sermos diferentes uns dos outros – é reapropriado pelos Poderes hegemônicos e devolvido para as pessoas num discurso do Comum que se expressa como a

³ Cabe deixar claro que ao referir-nos ao “Urbanismo de Bem-estar Comum”, estaremos fazendo uso de um jogo de palavras com a intenção de articular alguns dos modos empregados pelo Urbanismo Hegemônico na produção de cidades espetáculo onde tudo se pretende “lindo-bonito-bem”, negando-se aquilo que, por ser diferente, poderia trazer conflitos ao não se encaixar nessa ideia do “bem”. Em nenhum dos casos estamos querendo associar o “Urbanismo de Bem-estar Comum” com o *Welfare State* ou Estado de Bem-estar Social.

união dos iguais e expulsão dos “diferentes”. Sociedades que aprenderam a exigir a aplicação da chamada *pacificação* em áreas “conflitivas” da cidade; que, numa procura de julgar as diferenças como ruins, justificam as remoções das pessoas e as violações dos seus direitos através de práticas urbanísticas que desrespeitam a vida mesma e os modos outros de viver *junto-com* nas cidades.

E foi *junto-com* as pessoas naquela Ladeira da Conceição que não só me desviei dos meus fins previstos ao começar o Mestrado, senão também tive a possibilidade de vivenciar outras e possíveis formas de *existir* nesta cidade tão complexa, que é Salvador, na Bahia. Dessa maneira, durante o processo que ainda não acaba, foi se tornando cada vez mais claro que a metodologia que estava utilizando para a pesquisa da Dissertação tinha mais a ver com uma deriva do que com um traçado a priori. Numa abertura aos desvios antes que uma procura dos acertos. Um caminhar às cegas, sem saber para onde estava indo o caminho, mas acreditando que os encontros nele iam me conduzir para algum entendimento que ainda não tinha.

Revido agora aquela experiência e os desvios acontecidos, percebo que minha metodologia foi uma ida e volta entre a teoria e a prática, sem hierarquizar nem procurar fixar num extremo ou noutro. Por esse motivo, proponho a presente pesquisa como sendo fruto do transitar *entre* um e outro, num simultâneo processo de *desterritorialização* e *reterritorialização*⁴ dos saberes. Um “(ar)riscar o sabido” em procura de novos saberes que o integrem. Riscando-o, sim, mas deixando-o ainda legível.

Assim, proponho a ideia de uma metodologia da deriva – vagabunda, nômade – que se adentre nos temas *através* dos desvios gerados. Pensar a presente pesquisa como um encontro de corpos afetados pelas diferenças, através do qual seja possível produzir uma teoria que possa dialogar com alguns dos referenciais teóricos já existentes, sem por isso ter que se adequar necessariamente a eles.

⁴ Pensemos na possibilidade de uma simultânea *desterritorialização* e *reterritorialização* dos saberes, entendendo-os como uma terra que está em *contígua* transformação e nós, ao tentar apreendê-los, somos modificados numa perda do chão sem – paradoxalmente – ter tido jamais um chão sob os nossos pés, pois, ao final, descobrimos que nós sempre fomos ao mesmo tempo pés e chão. “Se o nômade pode ser chamado de o Desterritorializado por excelência, é justamente porque a reterritorialização não se faz *depois*, como no migrante, nem em *outra coisa*, como no sedentário (com efeito, a relação do sedentário com a terra está mediatizada por outra coisa, regime de propriedade, aparelho de Estado...). Para o nômade, ao contrário, é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso ele se reterritorializa na própria desterritorialização. É a terra que se desterritorializa ela mesma, de modo que o nômade aí encontra um território. A terra deixa de ser terra, e tende a tornar-se simples solo ou suporte.” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.44)

Nesse sentido, gostaria de mencionar que o proposto nos Capítulos 1 e 2 surgiu como consequência das vivências que me afetaram, tanto na Ladeira da Conceição quanto na Vila Brandão – ambas localizadas na cidade de Salvador, Bahia. Melhor dizendo, foram essas experiências que me afetaram e me geraram a necessidade de pensar e (ar)riscar possíveis escritas a respeito tanto da *potência de não* quanto da *potência dos Afetos*, entendendo estes últimos, segundo já o explicamos, como aquilo que terá a capacidade de aumentar ou diminuir nossa *potência de agir* (Spinoza), mas também entendendo-os – para além do sentido proposto por esse filósofo – como os laços afetivos tecidos em cada lugar que sustentam o viver cotidiano das pessoas que ali se relacionam. *Redes de afetos* que permitiram – na associação de umas *junto-com* outras – expandir suas possibilidades de viver em sociedade. Portanto, iremos propor chamar de *Afeticídio* às práticas de um tipo de Urbanismo que, expulsando as pessoas dos seus lugares de relacionamento, destrói aquela *rede de afetos*, deixando-as num estado de vulnerabilidade diante das inclemências de uma sociedade que trata a vida como simples mercadoria.

Assim, continuando com a potência dos encontros, nos introduziremos nos temas e conceitos abordados no Capítulo 3 – onde trataremos a respeito da Performance como *tática do segredo* e instrumento para propiciar encontros nos espaços públicos – os quais são propostas que fui (*ar*)*riscando* e desenvolvendo ao logo dos últimos doze anos através da prática da “Performance”. Arte que considera o corpo do artista como suporte de obra, mas que, no meu entendimento, pode (também) superar por muito a categoria de Obra de Arte, se tornando *dispositivo* para gerar interferências no cotidiano das cidades. Situações que interrompam o fluxo nos espaços públicos, gerando nas pessoas a vontade de se deter, possibilitando assim se encontrarem com outras pessoas que também se detiveram para querer “saber” o que lá estava acontecendo. Situações que propiciem o encontro de outras produções de subjetividade com a intenção de produzir (*trans*)*versões* da realidade diferentes à promulgada pelos Meios de Comunicação em Massa.

Com essa intenção, na tentativa de tensionar o sentido artístico da Performance, expandindo-a para além de uma visão centrada nas artes, venho propondo – através de Palestras-(Con)versatórios e Oficinas-Laboratórios – compreender o corpo do performer não só enquanto suporte de obra senão também como detonador de uma “situação performática” que transborde o próprio corpo e a noção de centralidade que a Arte costuma conceder ao artista. Pensar a Performance nos espaços públicos como um *dispositivo performático*, do

qual o artista participa, mas que, uma vez ativado, já não dependerá dele para continuar desenvolvendo-se e afetando as pessoas que por ali passarem.⁵

Mas, como disse antes, estas propostas não me chegaram *através* da teoria. As fui compreendendo na prática mesma; *através* do corpo afetado pela experiência e pelos outros. Pois, foram as pessoas, com suas maneiras de (re)agir e de (inter)agir à provocação das situações geradas, que me ensinaram e me permitiram suspeitar da potência de nos encontrar nos espaços públicos para nos contaminar dos saberes outros dos outros; de deixar de fazer o costumeiro para poder (também) ter a possibilidade de pensar e agir de maneira diferente, expandindo assim as alternativas e os modos de viver *junto-com* nas cidades.

Com estes propósitos, a pesquisa se coloca atenta às urgências de um diálogo fluido entre prática e teoria, sendo preciso criar um espaço *entre* uma e outra para que, tanto os urbanistas quanto os artistas, possamos também ser criadores de perguntas e não só de respostas, abrindo espaços nas nossas pesquisas para a escuta do outro; para as po(i)éticas coletivas que transbordam os discursos que pretendem restringir em campos delimitados aquilo indelimitável: a potência de um corpo ao ser afetado por outro corpo.

⁵ Sendo que no Capítulo 3 desenvolveremos as questões vinculadas à Performance entendida como um *dispositivo performático*, deixaremos para esse momento a oportunidade de aprofundar no tema proposto.

CAPÍTULO 1

LADEIRA DA CONCEIÇÃO: A QUESTÃO DOS AFETOS E AS REDES DE AFETOS NAS CIDADES

Em tempos nos quais é frequente ouvir as pessoas associarem o afeto ao carinho – como se um fosse o sinônimo do outro – falar de Afetos se torna uma questão muito complexa. Assim, na tentativa de estabelecer uma diferenciação que nos ajude a pensar a respeito, iremos propor que, ainda concordando que o afeto não pode ser reduzido ao comumente chamado de “carinho”, também não negaremos que o carinho seja um tipo de afeto. Porém, se entendemos por afeto aquilo que pode aumentar ou diminuir a nossa potência de agir, não corresponderia reduzir o carinho – para além das boas intenções de quem o professa – entendendo-o como algo “bom” que só aumentaria a potência de agir, diante de outros afetos “maus” que a diminuiriam. Não há nada de bom ou de ruim nesse afeto. O carinho, dependendo da situação, pode tanto aumentar quanto diminuir nossa potência, e, portanto, inscreve-se numa complexidade que gostaria de trazer para o presente contexto.

Na tentativa de explicar melhor esta questão, vou relatar uma experiência que aconteceu durante uma oficina que ministrei na UNAM (Universidade Nacional Autônoma de México) no mês de fevereiro deste ano 2016. Após uma atividade realizada em grupos de quatro pessoas, uma das participantes falou a respeito do carinho com o qual ela se sentiu tratada pelos demais companheiros durante a atividade. Ela atribuiu esse carinho ao fato deles terem tido consideração na hora de expô-la a determinados movimentos e posições físicas, pois, segundo suas próprias palavras, além dela ser mais velha do que os demais participantes, seu corpo também possuía um tamanho “maior” que, segundo o seu olhar, não lhe permitiria se movimentar com facilidade. Assim, seus companheiros, achando que ela não poderia fazer tal ou qual posição física, foram mexendo o corpo dela dentro de um repertório de movimentos limitados e “seguros”. Aquilo que no olhar daquelas pessoas foi interpretado como um carinho cuidadoso, entendi-o como um tipo de afeto que a deixou num lugar de diminuição das possibilidades de agir. Esses outros, colocando-a numa zona segura, não só não a provocaram para ela se questionar a respeito dos saberes sobre seu próprio corpo, como também não a deixaram agir para além deles. Assim, nesse caso pontual o carinho que se manifestou teria atuado como um afeto que diminuiu a sua potência de agir. Mas, nem sempre o carinho limita. Às vezes, o carinho também dá uma força necessária para realizar um movimento – ou para voltar a ele. Quando a tristeza, diante das inclemências de algumas

situações, parece retirar a nossa vontade de continuar, faz-se necessário voltar para esse tipo de afeto, e assim, para esses lugares onde cuidar e ser cuidado. Voltar para um aconchego onde nos fortalecer *junto-com* outros, sabendo que não estamos sozinhos diante das dificuldades. Como se o fato de saber-nos assim, expandisse de certa maneira o nosso corpo num corpo ainda mais potente. O carinho, entendido não só como um gesto, mas também como um espaço e um movimento.

Assim, proporemos não reduzir a potência dos afetos ao “carinho”, mas também não excluir o carinho daquela potência de afetar que os corpos terão como possibilidade de aumentar ou diminuir a potência de agir ao se encontrarem entre eles. Não há afeto na individualidade dos corpos. Mas, para os corpos se encontrarem, precisaremos também da existência de um espaço em comum onde isto possa acontecer. E será essa conjugação de corpos e espaços que nós chamaremos de *redes de afetos*. Circuitos que são gerados na interação dos corpos que lá convivem numa relação cotidiana com o espaço onde interatuam. Circuitos dos quais nem sempre escolhemos participar, mas que acabam sendo fundamentais nas nossas produções de desejo.

E será por conta da territorialização ligada ao afeto que nós escolheremos chamar esses circuitos como *redes de afetos* ao invés do conceito *circuito de afetos* desenvolvido recentemente por Safatle (2016). Para diferenciar o proposto por esse autor daquilo que estamos propondo agora, iremos dizer que as *redes de afetos* são geradas numa indissociável interação *corpo-a-corpo* e *corpo-espaço*. Por tal motivo, essas redes terão suas próprias localizações espaciais nas cidades, de maneira tal que se as pessoas forem expulsas dali, ou se modificações radicais forem feitas no lugar, as *redes de afetos* ali geradas também serão afetadas, podendo em algumas ocasiões resultar numa destruição das mesmas. Portanto, ainda que concordando com Safatle a respeito da transversalidade do afeto, achamos necessário introduzir a questão do território, o qual foi deixado de lado pelo autor na hora de desenvolver esse conceito. Ainda sob risco de nos envolver numa outra questão muito complexa: a produção de identidade ligada ao território e a exploração da mesma por parte de interesses privados que pouco ou nada tem a ver com os interesses das pessoas que o habitam. Se esquecermos disso, podemos cair em práticas de “requalificação” de determinadas áreas da cidade que, expulsando as pessoas que ali moravam, fazem um uso exploratório da sua memória, dos seus usos e costumes naquele lugar. “Memória” que, sendo expropriada daquelas pessoas, já não precisará delas, podendo ser (re)apresentada e oferecida para um “público” que consumirá aquele novo e espetacular canto da cidade.

A respeito das *redes de afetos*, foi por um acidente do caminho que eu acabei me introduzindo numa delas. Quiçá a palavra “introduzir” não seja a apropriada para tentar explicar aquela experiência. Talvez, mais do que “me introduzir” na Ladeira da Conceição, tenha sido o fato de não ter sabido como sair daí o que foi me permitindo aos poucos participar de uma *rede de afetos* que – ainda localizada naquela área de Salvador – se expandiu para outros circuitos, permitindo-me assim ser afetado pelos modos de pensar e viver de pessoas que diariamente participam da produção de cidades que diante dos meus olhos pareciam invisíveis antes dessa vivência.

Mas, antes de continuar, preciso deixar claro que não foi a pesquisa o motivo que me levou pela primeira vez para essa Ladeira, senão um acidente do caminhar, numa noite após um samba que teve lugar na Avenida Contorno, em frente ao Elevador Lacerda. Foi o acidente de ver as pessoas se empurrando freneticamente para poder entrar nesse elevador na tentativa de retornar para a parte alta do Centro Antigo após o samba ter terminado. Foi a própria negativa de participar dessa alternativa, e foram as muitas outras pessoas que, também se negando a participar dela, optaram por regressar transitando outro modo de chegar até lá: a pé e subindo a Ladeira da Conceição ao invés de pegar aquele lotado elevador. Foi nesse caminhar que descobri que ali, pertinho, havia uma outra Salvador, localizada entre a chamada “cidade alta” e “cidade baixa”, e que, além de ser geograficamente um passo que as comunicava mutuamente, aquela ladeira se constituía propriamente num lugar *entre* ambas cidades. Um outro lugar em si mesmo. Outra cara arquitetônica desta cidade, mas também outros corpos e modos de habitá-la. Como se ali o tempo estivesse detido numa época passada. Uma época ainda viva no presente e não num passado “revitalizado” em fachadas cenográficas. Uma temporalidade menos apressada que permitia às pessoas outras maneiras de se relacionar entre elas.

E foi lá que eu voltei alguns meses depois sem saber que era aquele lugar o mesmo que eu já tinha transitado e vivenciado nessa outra oportunidade. Desta vez, o motivo de eu regressar foi uma postagem no Facebook e um posterior vídeo⁶, no qual alguns dos próprios

⁶ A postagem citada corresponde a uma publicação no Facebook realizada no dia 15 de julho de 2014 pelo Mattijs Van de Port, um antropólogo holandês que, na hora em que a Prefeitura chegou nos arcos da Ladeira da Conceição com a notificação de expulsão, se encontrava naquele lugar filmando um documentário sobre alguns dos ferreiros daquela ladeira. <<https://www.facebook.com/mattijs.deport/posts/10152392223763355>> (acesso em: 31/08/2016).

Em relação ao citado vídeo (pertencente a Maria Carolina, Silvana Olivieri e Tenille Bezerra) o mesmo foi divulgado na internet no dia 19 de julho de 2014, e se encontra disponível on-line no link: <https://youtu.be/RwP_4ruWypc> (acesso em: 31/08/2016).

ferreiros, serralheiros e marmoristas da Ladeira da Conceição denunciavam que funcionários da Prefeitura de Salvador tinham se apresentado com uma notificação que dava o prazo de 72 horas para eles desocuparem os imóveis. A justificativa? Que esses arcos seriam requalificados para um uso posterior que não os incluiria. Sem explicar os motivos, e sem considerar as décadas que essas pessoas tinham trabalhando lá, a única opção dada para elas era sair ou sair.

Sensibilizado pela fala daquelas pessoas no vídeo, desliguei o computador, e sem saber bem por que, mas seguindo um impulso, fui até lá. Apresentei-me diante de duas pessoas que reconheci por tê-las visto falando no vídeo. Perguntei a elas se faziam parte do pessoal que tinha sido notificado para abandonar os arcos. Responderam que sim e se apresentaram como Simony e Edmilson; a primeira, marmorista que há 17 anos trabalha naquela ladeira. O segundo, ferreiro e serralheiro com 57 anos trabalhando lá. Olharam-me com desconfiança. Mostraram-me um papel e me perguntaram se eu conhecia algum dos nomes que ali estavam escritos. Eram pessoas que tinham chegado para lhes dar apoio e lhes assessorar profissionalmente. Só reconheci um deles. Uma colega da Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Disse para eles que daquela lista só conhecia Thaís Rebouças. Pedi para ver algum dos arcos por dentro e conferir, com meus próprios olhos, se o que era informado no vídeo-denúncia era certo. Edmilson me levou para seu arco. Uma oficina cheia de ferros e máquinas, habitada pelo trabalhar de anos, mas sem nada que demonstrasse a necessidade dele ter que sair dali para uma reforma urgente. Era sábado à tarde. Despedi-me dizendo que ia voltar na segunda de manhã.

Domingo, durante todo o dia, fiquei pensando nos porquês de estar me envolvendo numa situação que, supostamente, não me atingia nem de perto. Uma área da cidade em que não transitava e pessoas que não conhecia. Por que, então, investir tempo voltando na segunda-feira sendo que tinha tantos textos para ler por conta das disciplinas do Mestrado que estava fazendo? Para quê voltar, se eu sequer era arquiteto ou engenheiro? Se a minha formação nas Artes Visuais e na Psicologia não me deram as ferramentas para olhar aqueles arcos e saber se as estruturas se encontravam em bom ou mau estado. Para quê voltar então?

Segunda-feira de manhã, sem ter encontrado as respostas que me convencessem não regressar, fui para lá novamente. E lá me encontrei outra vez com Simony e Edmilson. Agora me olharam de maneira diferente de como haviam me olhado no sábado. Edmilson falou que tinham que pedir desculpas para mim, pois no sábado, após eu ter ido embora, eles ligaram

para Thaís perguntando-lhe se me conhecia. Ela respondeu que me conhecia pouco, mas que achava que eu era gente boa. Falei que não precisavam se desculpar e que era bom eles terem pedido referências sobre mim, pois, naquela situação não era favorável confiar cegamente em cada pessoa que lá chegasse. Mais uma vez, percorri os arcos acompanhado por Edmilson. Fomos conversando sobre o que estava acontecendo. O prazo de 72 horas estava próximo a se esgotar. Eles não sabiam o que fazer, queriam continuar ali, mas ao mesmo tempo não queriam ter problemas com a Prefeitura nem com a Polícia Militar. Depois de visitar outros arcos e conversar com as pessoas que neles trabalhavam, cheguei à marmoraria de Simony e, conversando com ela, o tempo passou e a hora de almoço chegou. Trouxeram comida e me convidaram para comer com eles. Entendi que, embora cada um trabalhasse no seu próprio arco, costumavam se reunir para dividir o almoço. Eram mais do que “vizinhos” naquele lugar onde (também) trabalhavam. Compartilhavam os dias, os conhecimentos, as técnicas, as ferramentas e os afetos. Após almoçar fui embora, mas deixei com eles meu nome e número de telefone celular, os quais foram anotados na lista junto com as outras pessoas que lhes acompanhavam. Antes de me despedir, falei para eles me ligar, se a Prefeitura chegasse na tentativa de expulsá-los.

Pronto, havia cumprido com a minha parte. Havia dito para eles no sábado que voltaria na segunda e voltei. Agora poderia regressar para os livros e demais textos que precisava ler para as disciplinas do Mestrado. Agora poderia ler sem “culpa”.

Mas, as coisas nunca acontecem como a gente planeja. Dia seguinte, terça-feira, por volta das 11h da manhã, eu estava em aula quando o telefone tocou e vi que era Simony me ligando. Achando que o motivo da ligação era a Prefeitura ter chegado para expulsá-los, sai preocupado da sala e atendi perguntando: “Oi Simony, aconteceu alguma coisa? Vocês estão bem?” ao que ela me respondeu calmamente: “sim, estou bem, só que como ontem você almoçou com a gente, queríamos saber se hoje vai vir almoçar novamente, pois daqui a pouco estamos indo comprar comida”. Surpreso pela pergunta, respondi que não tinha planejado ir, mas, já que eles estavam me convidando, aceitava, e assim que a aula terminasse, eu iria para lá.

Regressei para sala de aulas e olhei para Gabriel, um amigo com quem tinha falado a respeito da questão dos afetos nas cidades. Ele me perguntou se tinha acontecido algo ruim, pois viu que saí correndo para atender o telefone. Mostrei para ele que quem tinha me ligado era Simony. Perguntou se tinha acontecido algo lá. Respondi que sim, que iam almoçar e

queriam saber se hoje almoçaria novamente com eles. Rimos juntos. O que num começo foi produto da intuição estava se confirmando... a complexa questão dos afetos era algo no qual ia ter que levar mais a sério na minha pesquisa. E junto com aquele convite de almoçar com as pessoas da Ladeira da Conceição, a porta estava se abrindo para uma experiência que, naquele momento, não podia prever, mas que me desviou dos planos que tinha projetado para minha vida nos seguintes anos em Salvador.

Acabava de ingressar no Mestrado e, havendo recebido bolsa para estudar, estava achando que a minha vida estaria resolvida, pelo menos, nos dois anos seguintes. Finalmente poderia me dedicar a estudar. Só a estudar, em tempo integral, e sem distrações. Poderia – me mantendo afastado de qualquer atividade fora da Academia – acessar aos pensamentos de alguns autores que me interessavam e ler aqueles tantos livros que até então não tinha conseguido por falta de tempo. Mas, com o decorrer dos dias entendi que aquela ideia inicial não estava dando certo... passava mais tempo lá na Ladeira da Conceição do que a minha “moral de estudante” me permitia. Desse modo, de segunda a sábado, pelo menos três ou quatro vezes na semana eu regressava lá, compartilhando várias horas do dia *junto-com* aquelas pessoas. Ainda assim, poderia dizer que minha presença nos primeiros dias após a ordem de expulsão foi “tecnicamente” desnecessária. Ou pelo menos assim o sentia. Eu não era nem arquiteto nem engenheiro para poder opinar sobre as questões relacionadas à estrutura desses arcos e as necessidades de requalificá-los para prevenir futuros desabamentos (o qual supostamente era o principal motivo que impulsionava e justificava a ordem de remoção daquelas pessoas). Também não era advogado, papel que acabou sendo de vital importância na hora de entrar no terreno legal para evitar essas expulsões. Eu, sendo nada disso, acreditava que não tinha nada a dizer para aportar soluções diante das urgências daquele momento. Achando-me, assim, desnecessário e sem saber como sair dessa situação, resolvi ficar até encontrar o momento propício para “fugir” daquele dilema no qual havia entrado. Dessa maneira, os dias foram passando e três ou quatro dos sete dias da semana, eu chegava lá para almoçar junto com Edmilson, Simony e Zé Grande. E cada tarde, depois do almoço, sem ter nada a dizer sobre as rachaduras nos arcos, as conversas transitavam outros rumos para além do arquitetônico. Tentava dar uma força, acompanhar-lhes emocionalmente. Perguntava para eles como estavam, na tentativa de puxar conversa para que pudessem falar a respeito do que estavam sentindo. Como se pelo menos ao falar, algo dessa tensão pudesse sair para não ficar dentro do corpo. Edmilson gostava também de narrar histórias sobre aqueles arcos e as muitas pessoas que por lá já passaram. Ele mesmo tinha nascido ali

pertinho e de caminho para a escola, costumava ficar um tempinho observando aqueles velhos ferreiros trabalhar. Ele foi me narrando como o entorno também mudou ao longo dos anos e com isso, como mudaram as pessoas que diariamente subiam e desciam por aquela ladeira. Em algumas tardes, ficava na oficina de Simony, conversando com ela; ou cruzava a rua e me sentava na calçada da frente dos arcos, onde um muro baixo gerava uma sombra ótima para quem quisesse resguardar-se do sol. De tempos em tempos, várias das pessoas que trabalhavam naqueles arcos cruzavam a rua e ficavam nessa sombra conversando um pouco ou jogando dominó. Várias vezes escutei eles trocarem ideias a respeito de como resolver tal ou qual trabalho que fora encomendado por algum cliente. O conhecimento parecia não pertencer a ninguém em particular, circulando de arco em arco. Às vezes, também se reuniam para comer bolo e tomar café na oficina de Simony, gerando uma pausa coletiva no meio do trabalho. Assim, nesses dias de escuta, acabei entendendo que algo que para eles poderia ser cotidiano – e talvez por isso, estivesse ausente nos seus relatos – no meu olhar cobrou importância. Não ficavam ali por não ter mais aonde ir (muitos deles já tinham ido embora e voltado para esses arcos). Também não era só o fato dos clientes saberem que se precisassem de algum trabalho lá os encontrariam. Nem sequer a proximidade física das suas moradas era um motivo para continuar lá, pois, a maioria deles morava muito longe dali, tendo que viajar mais de uma hora para poder chegar. Então, o que tinha lá que fazia com que eles quisessem resistir após a Prefeitura mandar todos saírem num prazo máximo de 72 horas? No meu entender, aquilo tinha a ver com algo mais abrangente do que um lugar onde trabalhar para ganhar dinheiro e pagar as contas. Tinha a ver com uma *rede de afetos* que ao longo dos anos foi se construindo entre essas pessoas nesse canto da cidade.

Achando que aquelas questões que estava percebendo não apareciam de maneira explícita nas falas deles, pensei que taticamente poderia ser uma boa ideia fazer um micro-documentário que tratasse a respeito da questão dos afetos e a *rede de afetos* naquela área da cidade de Salvador. Entenda-se com isso que nunca foi a minha intenção fazer um documentário. Melhor dizendo, a intenção nunca foi pensar nesse documentário como um fim senão um meio, utilizando-o como um instrumento que pudesse espelhar para eles os seus próprios dizeres.

Acompanhado por André Felix e Thairo Pandolfi nas câmeras, me ocupei de entrevistar por separado a cada um deles em suas respectivas oficinas, perguntando-lhes a respeito dos motivos para quererem continuar naqueles arcos. E significativamente, cada um deles – ainda que com palavras diferentes – foram respondendo o mesmo: que há anos lá era

seu lugar de trabalho e que os clientes já sabiam onde lhes procurar. Assim, em cada entrevista, e tentando desmontar esse discurso que pareciam ter em comum, repeti a mesma provocação, dizendo: “Pensemos então que a Prefeitura oferece para você a possibilidade de ir para outra parte da cidade, instalando lá uma oficina com melhores condições estruturais. Imaginemos que seus clientes continuarão procurando você lá, e que ainda terá a possibilidade de ganhar novos clientes dentre as pessoas que moram nesse canto da cidade. Dessa maneira, você terá uma melhor oficina e aumentará a quantidade de clientes. Sendo assim, você aceitaria sair daqui?”.

E significativamente, cada uma das pessoas que entrevistei responderam que ainda assim também não sairiam daqueles arcos. Para o qual eu disse “ah, então nestes arcos há algo mais para além dos clientes. Poderia falar a respeito disso?”. E um a um foram falando a respeito dos afetos tecidos ao longo de tantas décadas. Relações que, mesmo com brigas e conflitos internos, geravam um espaço coletivo no qual cada um cuidava do arco do outro, e que expandia as próprias possibilidades ao poder pedir ajuda entre eles na hora de resolver algum trabalho encomendado. Ou mesmo também, para pedir ajuda às pessoas mais próximas em caso de passar mal.

Finalmente, o documentário foi estreado e projetado dentro do arco de Edmilson, com a intenção de gerar uma situação onde eles mesmos pudessem escutar, tanto o dito pelos demais companheiros, quanto também o dito por eles mesmos a respeito dos motivos para continuar lá. Assim, o documentário procurou não só evidenciar a *rede de afetos* existente naquela ladeira, mas, também, tentou trazer a questão dos afetos para dentro do debate na hora de avaliarem as possibilidades de sair ou ficar, de aceitar ser expulsos ou de resistir à ordem da Prefeitura.

E nesse processo, ao permanecer ali nessa insistência dos encontros *corpo-a-corpo*, fui me afetando de maneira tal que não só acabei me introduzindo naquela situação ao ponto de depois não querer sair dela, senão que *junto-com* esses companheiros fomos entrando em outros espaços e processos que incluiu pessoas de outras comunidades também afetadas pelos processos de gentrificação, conformando-se dessa maneira o que foi chamado como “Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador”. Articulação que nucleou tanto as pessoas da mencionada ladeira, agora autodenominados “Artífices da Ladeira da Conceição da Praia”, como também à “Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo”, “Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho”, “Coletivo Vila Coração de

Maria”, “MSTB – Movimento dos Sem Teto da Bahia”, “AMACHA – Associação de Amigos e Moradores da Chácara Santo Antônio” e a “Comunidade da Ladeira da Preguiça”. Movimentos sociais e comunidades⁷ que se organizaram para aumentar suas possibilidades de resistir diante dos processos de gentrificação impulsionados por projetos de requalificação urbana vinculados à especulação imobiliária, garantindo e exigindo do Estado, seu direito a morar e se relacionar naquelas partes da cidade.

1.1 OS AFETOS PELAS COISAS (EM TEMPOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA CULTURA)

A questão dos afetos pelas coisas não é novidade no campo da Arquitetura e ainda menos no Urbanismo. Já no CIAM VIII (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) realizado em 1951 em Hoddesdon (Inglaterra), e que teve como tema “O coração da cidade: por uma vida mais humana da comunidade”, Bakema – numa explícita posição crítica ao próprio CIAM – no seu texto “Relações entre homens e coisas” escrevia:

Cada dia descobrimos que o único que existe são as relações, e talvez até se possa dizer que a finalidade da vida consiste em chegar a nos aperceber dos princípios fundamentais de uma vida completa de relações. (...) Para nós, do CIAM, as relações entre as coisas e dentro das coisas são de maior importância que as coisas mesmas. (1955, p.67. Trad. nossa)

Como tratar, então, a questão dos afetos nas cidades sem pensar nos nossos pertences e sem pensar-nos como pertencentes a um grupo que inclui vários outros e seus vários vínculos com as coisas? Portanto, iremos propor que afetamos e somos afetados pelas pessoas, mas também somos afetados pelas coisas. Ou talvez o que nos afeta das coisas seja a memória que nelas projetamos. Por conseguinte, cabe neste ponto perguntar-nos qual o

⁷ Muitos são os processos de gentrificação disparados no Centro Histórico de Salvador, apoiados institucionalmente, ora pela Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), ora pelo IPHAN e governo do estado, ora por todos eles juntos. Ainda em 2012 a PMS lançou o Projeto de “humanização” do Bairro Santa Tereza que, em apoio ao empreendimento privado (Cluster Santa Tereza) negava a existência naquele lugar do Bairro 2 de Julho; a violação das normas ambientais pelos projetos de ampliação da Bahia Marina (2013) e implantação do Cloc Marina Residence (2010), que teve alterações irregulares autorizadas pelo IPHAN Bahia, explicitam a flexibilização dada aos investidores privados. O projeto de intervenção com finalidades turísticas no Forte da Gamboa (2013); as tentativas de remoção dos Artífices da Ladeira da Conceição (2014); a demolição dos casarões da Ladeira da Montanha e Preguiça e de duas oficinas na mencionada Ladeira da Conceição (2015), autorizada pelo IPHAN e executado pela PMS somam-se ao processo em curso que, de forma excludente, vai delimitando, desapropriando e articulando formas de expulsar as pessoas que habitam aqueles espaços.

sentido das coisas sem as pessoas que as afetam e se afetam nelas? A cidade sem as pessoas que a habitam, torna-se um cenário, um cartão postal genérico. Ou, pior ainda: um museu de tijolos a céu aberto.

Aquilo que fora chamado durante o mencionado CIAM VIII como sendo “o coração da cidade”, o centro – que hoje em dia chamaremos de Centro Antigo – que guarda a memória da comunidade, nas últimas décadas foi se tornando alvo de processos de gentrificação que fazem uso de uma espetacularização da cultura encoberta pelos rótulos de “Patrimônio Cultural” e “revitalização urbana”. Assim a cidade passa a ser oferecida internacionalmente como mercadoria (ARANTES; VAINER, 2000) para um turismo ávido de consumir (outras) Culturas.

Na *Cidade-Mercadoria*, “a *parceria público-privada* assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados, no processo de planejamento e de decisão” (VAINER, op. cit., p.87). Detenhamo-nos uns instantes para refletir a respeito desta afirmação e os consequentes riscos que isso pode representar para o caráter de público que precisamente as políticas públicas das cidades teriam de ter. Entende-se por *público* a participação do Estado enquanto Poder que deveria representar as pessoas, velando pelos seus interesses e direitos. Nessa pareceria, o setor *privado* é nada mais e nada menos do que “o interesse privado dos capitalistas e, neste sentido, comparece no mesmo campo semântico de expressões como *iniciativa privada*, *privatização* e outras, que evocam ou remetem a capital, capitalistas, empresários capitalistas” (Ibid., p.88). Dessa maneira, entenda-se claramente, a *parceria público-privada* instaura, como assim o assinalou Carlos Vainer “o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados” (Ibid., p.89).

Um ótimo exemplo para ilustrar essa questão é uma situação acontecida durante os anos 2014 e 2015 na já mencionada Vila Brandão. Naquela área da cidade de Salvador, o Yacht Clube da Bahia, com autorização da Prefeitura e o apoio de vários membros da Câmara de Vereadores de Salvador, desenvolveu e implantou um projeto de “requalificação”, construindo uma “praça de esportes” onde antes havia uma área de terra batida utilizada durante mais de 16 anos pelos moradores da vila como quadra de futebol. Quadra que, ainda próxima dos estaleiros do Clube, por se encontrar a menos de 33 metros de distância da costa marítima fica sob a jurisdição da Superintendência do Patrimônio da União. Melhor dizendo, fica numa área que teria que ser de acesso e uso público. Interessante mencionar que no dia da

inauguração, 20 de dezembro de 2015, estiveram presentes o presidente da ASCOMVIBRA (associação dos moradores da Vila Brandão), o Comodoro do Yacht Clube, o Prefeito da cidade – ACM Neto – e o Padre da vizinha Paróquia de Nossa Senhora da Vitória, com quem o Clube tinha feito o Contrato de Comodato que deu início às obras. Contrato que cedia aos moradores da vila o uso daquela quadra durante um período de 25 anos. Já voltaremos no capítulo 2 a tratar desta questão, mas, antes de continuar, vejamos umas imagens que, como diz o ditado, valem – e dizem – mais do que mil palavras.

Redação VN

redacao@varelanoticias.com.br

A comunidade de Vila Brandão, na Barra, ganhou uma quadra de esportes, parque infantil, escadarias e rampas de acesso para a praia e a praça principal da comunidade. A obra, inaugurada no último domingo (20), é fruto de uma ação do Yacht Clube da Bahia, em parceria com a Paróquia de Nossa Senhora da Vitória e Associação de Moradores da Vila Brandão. Esta parceria contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Salvador e a presença do prefeito ACM Neto na inauguração, ao lado de vários secretários.

O Padre Luis Simões abriu a solenidade, abençoando a todos os presentes e parabenizando todos os responsáveis pela realização. O presidente da ASCOMVIBRA, Arivaldo Sampaio, agradeceu e disse que era “um sonho que estava sendo realizado para aquela comunidade”. “Não tenho palavras, quero agradecer ao Comodoro e dizer a minha comunidade que o sonho está realizado”.



O Comodoro Marcelo Sacramento agradeceu a confiança que a comunidade lhe depositou e que foi retribuída com a realização da obra, em tempo recorde. Agradeceu ainda ao Padre Luis Simões e ao prefeito ACM Neto, afirmando que se todos fizeram um trabalho especial. “Quero agradecer o apoio, da Superintendência do Patrimônio da União, das defensorias públicas, do Estado da Bahia e da União, do Ministério Público, um agradecimento especial também a Câmara de Vereadores de Salvador, nas suas diversas representações políticas, que também entenderam a importância desta obra.”, disse o Comodoro.

Figura 2. O Comodoro do Yacht Clube da Bahia, Marcelo Sacramento, e o Prefeito de Salvador, ACM Neto, na inauguração da praça de esportes na Vila Brandão (Fonte: Varela Notícias, 22/12/2015)



Figura 3. Inauguração da praça de esportes na Vila Brandão. (Fonte: Varela Notícias, 22/12/2015)

Figura 4. Inauguração da praça de esportes na Vila Brandão. Da esquerda para a direita: Prefeito de Salvador, ACM Neto; Comodoro do Yacht Clube da Bahia, Marcelo Sacramento; Papai Noel; e o presidente da ASCOMVIBRA, Arivaldo Sampaio. (Fonte: Santiago Cao, 20/12/2015)

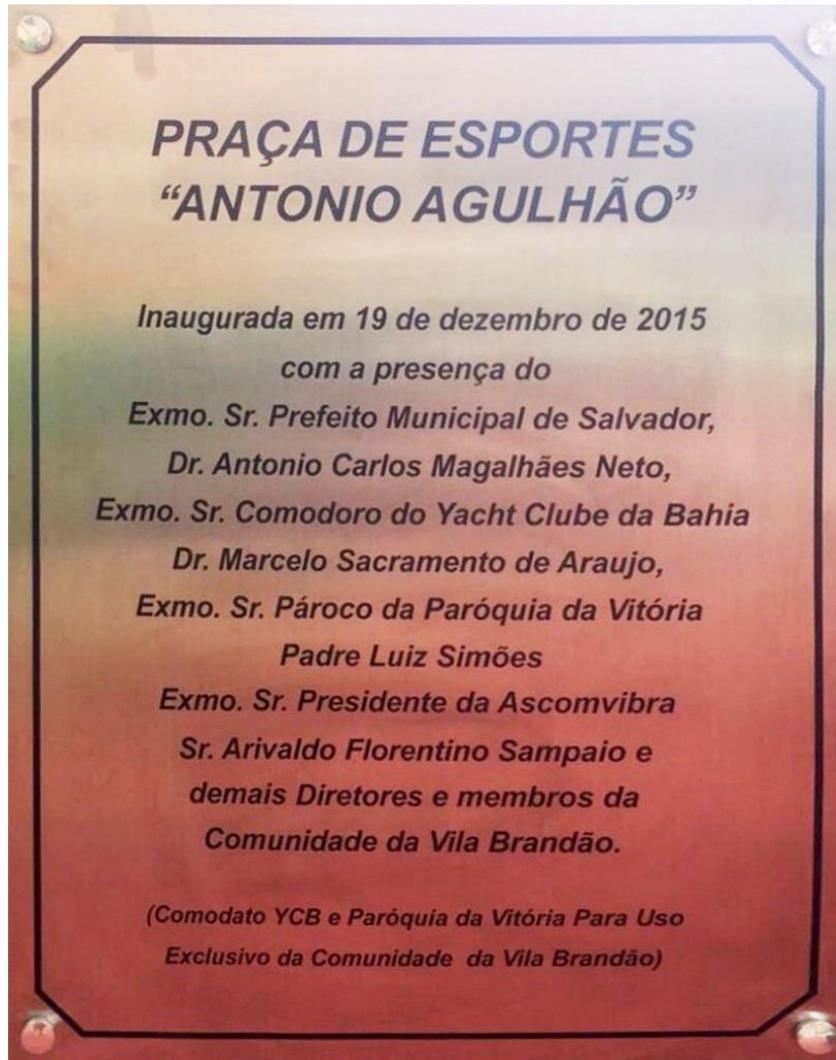


Figura 5. Placa comemorativa da inauguração da praça de esportes na Vila Brandão. (Fonte: Santiago Cao, 2015)

Diante dessa “espetacular” inauguração, cabe a suspeita a respeito do para que(m) estão requalificando essa quadra. Melhor dizendo, essa área da cidade está sendo “revitalizada” para quais estilos de vida e quais futuros projetos privados ali poderão ser desenvolvidos? Não esqueçamos que o Yacht Clube não é uma instituição de caridade, e que diante das muitas e possíveis melhorias a serem realizadas nessa vila – por exemplo coleta de lixo ou obras no calçamento interno – a Prefeitura escolhe apoiar uma iniciativa que daqui a 25 anos corre sérios riscos de tornar privada uma área que por pertencer à União, teria que ser de uso público. E, lembrando, essa “*parceria público-privada* assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes..., representados, no processo de planejamento e de decisão” (VAINER, op. cit., p.87). Voltemos para a Ladeira da Conceição, e olhemos uma matéria publicada o dia 25 de dezembro de 2014 no jornal Correio da Bahia. Talvez aí possamos entender mais um pouco a respeito de como os instrumentos de poder público são empregados para fins que privilegiam posteriores empreendimentos privados.

Projeto vai reformar os arcos da Ladeira da Conceição; veja como vai ficar

Projeto de requalificação dos Arcos da Montanha, na Ladeira da Conceição, prevê reforma de fachada e interiores

Thais Borges (thais.borges@redebahia.com.br)

25/12/2014 09:32:00

Atualizado em 25/12/2014 10:12:41

Marca registrada da Ladeira da Conceição desde o século XIX, os Arcos da Montanha vão passar por uma requalificação total, em breve. O projeto, desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (Iphan), foi finalizado na semana passada.

CLIQUE NA IMAGEM PARA AMPLIAR



Construídos na segunda metade do século XIX, arcos da Ladeira da Conceição sofreram mudanças ao longo do tempo e precisam de reforma. A última foi em 1991 (Foto: Reprodução/Iphan)

“Os arcos foram feitos com a melhor tecnologia da época, mas estão em um estado absurdo de degradação. Essa é uma obra que beneficia não apenas a sociedade, mas diretamente as pessoas que estão ali, porque vai trazer mais segurança e qualidade de vida e de trabalho”, explica o superintendente do Iphan na Bahia, Carlos Amorim.

O prazo para que a requalificação dos arcos seja concluída é de 12 meses. No entanto, não há uma previsão de quando as intervenções devem começar, já que o início espera acordo da prefeitura com os ocupantes dos arcos (veja abaixo), segundo o superintendente.

CLIQUE NA IMAGEM PARA AMPLIAR



Projeto do Iphan prevê modernização tanto das fachadas como dos espaços internos dos imóveis, que terão novas instalações. Ideia é modernizar o espaço (Foto: Reprodução/Iphan)



Arcos mais altos poderão receber até mezaninos durante a reforma
(Foto: Reprodução/Iphan)

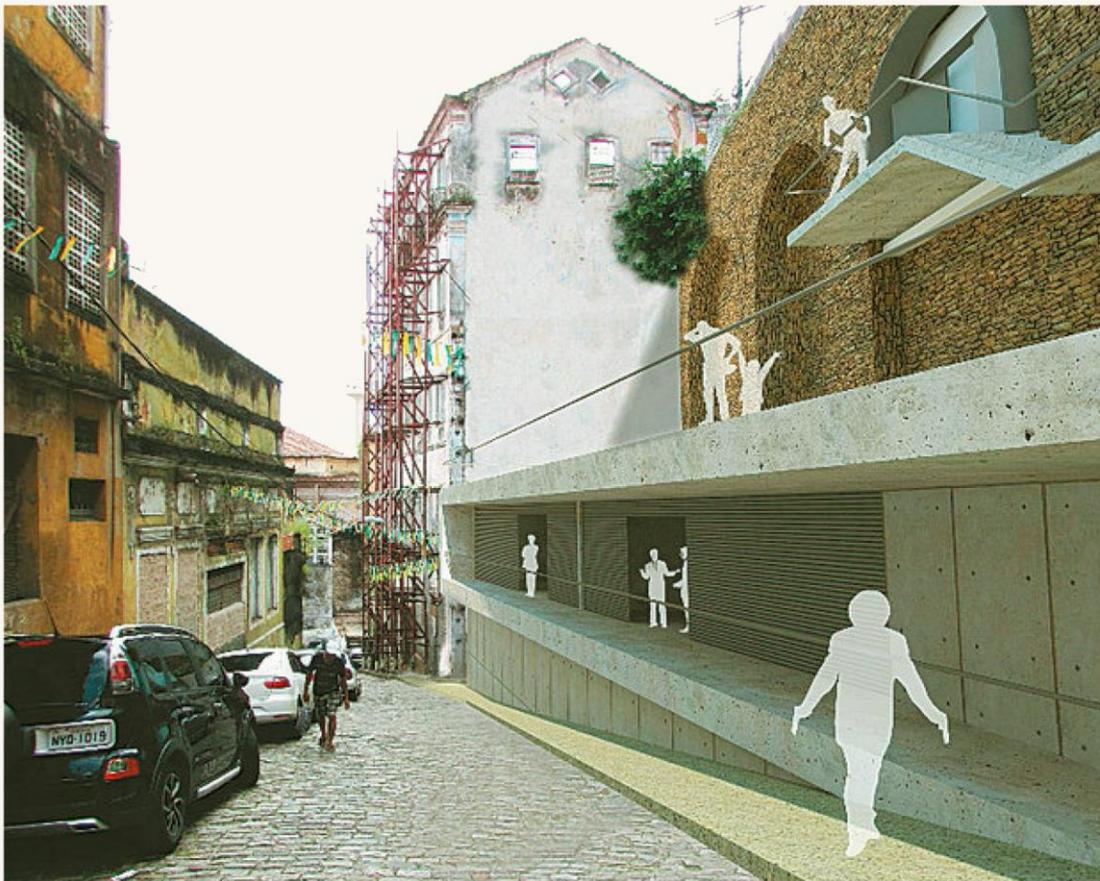
“É um projeto de restauro. Reconstruímos cada escada, andar onde puder ter, e a parte de se trabalhar propriamente dita”, afirmou Carlos Amorim. Existe um padrão para todos os arcos, segundo o coordenador do PAC Cidades Históricas na Bahia, Mário Vitor Bastos. “Claro que cada projeto é único, mas dentro do mesmo conceito, a fim de melhorar a situação lá”, disse.

Logo após os dois arcos fechados, vêm outros quatro imóveis que passarão pelas mudanças mais radicais. Esses arcos, segundo o superintendente do Iphan, foram descaracterizados ao longo dos anos. Por isso, vão ganhar uma fachada diferente dos outros.

“Estamos propondo uma recomposição da leitura original, mas com uma linguagem contemporânea. Vamos fazer sacadas, varandas e refazer escadarias. A escada de um deles (o Arco 26), inclusive, já até desabou”, conta Amorim.

A marmoraria que fica logo embaixo dos arcos finais também será reformada. Enquanto isso, a casa (um imóvel verde que pode ser visto nas fotos atuais) que fica ao lado deve deixar de existir. “A marmoraria vai ficar na parte moderna e a pessoa que vive na casa poderá voltar para um arco recuperado, salubre, com condições de ser habitado”, explicou o superintendente.

Figura 7. Projeto do IPHAN de Reforma dos Arcos da Montanha, na Ladeira da Conceição (Fonte: Jornal Correio, 25/12/2014)



Ideia é unir função original, de sustentação, com traço e uso modernos
(Foto: Reprodução/Iphan)

Usos

Se tem uma coisa que o Iphan garante é que o uso original dos arcos - a sustentação da Ladeira da Montanha - não vai mudar. Além disso, ainda que os 15 arcos ganhem um ar mais moderno, a tradição também deve ser preservada.

“A proposta é unir a feição original com o contemporâneo. Os arcos vão ficar num estado espetacular”, garante o superintendente do Iphan. Logo que os arcos foram criados, há quase 150 anos, eles sequer serviam para ocupação.

Porém, isso mudou ao longo dos anos. Hoje, alguns dos comerciantes que ocupam os imóveis dizem que suas famílias já estão ali há quase 100 anos.

Comerciantes que ocupam arcos querem garantia de que retornarão

Entre os comerciantes que ocupam os Arcos da Montanha, a preocupação é uma só: a saída, que é uma das condições para o início das obras de requalificação. O serralheiro José dos Santos, 57 anos, do Arco nº 6, tem medo de que, após o período das obras, os comerciantes não possam retornar ao seu local de trabalho.

Figura 8. Projeto do IPHAN de Reforma dos Arcos da Montanha, na Ladeira da Conceição (Fonte: Jornal Correio, 25/12/2014)

E como nenhuma reforma é gratuita nem acidental... dois anos depois dessa tentativa de expulsão das pessoas daquela Ladeira, diversos processos de “requalificação” de áreas próximas começam a ser promovidos. Dentre eles, uma nova “poligonal de projetos” que terá a antiga Rua Chile como ponta de lança, e ao Grupo Fera Investimentos como uns dos envolvidos. Grupo econômico que possui outros mega projetos naquela área da cidade.

FERA INVESTIMENTOS
SOBRE NÓS ▾
O QUE FAZEMOS ▾
PORTFOLIO ▾
CONTATO

O Que Fazemos

TRANSFORMAÇÃO

- [Na Imprensa](#)
- [Imobiliário](#)
- [Descoberta](#)
- [Como Fazemos](#)

O resgate do período áureo de Salvador.

A Fera Investimentos investe em lugares subaproveitados, em locais com potencial de “upside”, para revitalização e valorização com visão de longo de prazo, contribuindo para mudanças no entorno dos projetos e no desenvolvimento econômico, social e cultural para a comunidade.

O projeto da Fera Investimentos no Centro Histórico de Salvador contempla a revitalização deste local histórico e emblemático para receber baianos e turistas. A nova Rua Chile que teve seu auge dos anos 30 a 60 se redefine e ganha vida com a implantação do Bahia Design District, que reúne hotéis, cinemas, galerias de arte, bares, restaurantes, night-clubs, lojas, estacionamento, residenciais e escritórios.

No perfeito equilíbrio entre os achados do passado e as experiências contemporâneas, promovendo transformações verdadeiras que estimulam o desenvolvimento econômico, social, cultura que fomentam um legado perene.

Poligonal de Projetos no Centro Histórico de Salvador

Figura 9. Poligonal de Projetos no Cento Histórico de Salvador (Fonte: Grupo Fera Investimentos, 2016)

Olhando para essas informações podemos ter a certeza que por detrás das chamadas “revitalizações” ou “requalificações” urbanas, na maioria das vezes estamos em presença de mais uma privatização de áreas da cidade que são afetadas pelo jogo da especulação imobiliária, mais um esvaziamento simbólico e mais uma destruição de *redes de afetos* pelas mãos do capital econômico. Em poucas palavras, estamos diante de uma produção identitária hegemônica, que exclui as diferenças locais, de portas abertas para os “iguais” que virão de fora a percorrê-la e consumir sua rica “oferta cultural”.

Portanto, parece ser de vital importância para o Urbanismo Hegemônico “explorar e potencializar aquelas características pelas quais a cidade é prontamente *identificada* (...) explorando ao máximo o seu capital simbólico, de forma a reconquistar sua *inserção privilegiada nos circuitos culturais internacionais*” (ARANTES, op. cit., p.54). Por esse motivo, fica claro porque, durante os processos de “revitalizações” urbanas, se faz tão necessário expulsar dos lugares centrais da cidade toda pessoa e formas de organização social que não se encaixem dentro de uma identidade homogeneizadora. É precisamente essa multiplicidade de modos de produzir cidade o que atenta contra a produção identitária desejada pelo capital privado que fica por trás dos processos de gentrificação, ditos de “requalificação urbana”.

No Urbanismo Hegemônico, “o planejador foi-se confundindo cada vez mais com o seu tradicional adversário, o empreendedor; o guarda-caça transformava-se em caçador furtivo” (HALL, 1995, p.407 apud ARANTES, Ibid., p.21), e dessa maneira, acabou se importando mais pelo espaço do que pelas pessoas que lá moram. Espaço entendido mais como um produto a ser comercializado do que uma porção de cidade com suas próprias *redes de afetos* a serem respeitadas.

Desta maneira, o que se tinha de identitário é expropriado da cultura local e “revitalizado” – *branquificado* – num processo de espetacularização que o adequará ao gosto de um paladar internacional, ávido por devorar as “históricas novidades”.

Uma reflexão mais complexa e crítica sobre a noção de patrimônio cultural e as práticas de intervenção urbana que lhe são tributárias torna-se cada vez mais urgente com relação às cidades contemporâneas. Através da discussão das ideias e ideais contemporâneos tanto de cultura quanto de urbanidade, pode-se questionar a própria pertinência, hoje, dos instrumentos de preservação do patrimônio urbano e suas implicações sociais, culturais e urbanísticas. A questão mereceria ser revista de forma mais aprofundada e

teórica. O que são exatamente esses patrimônios urbanos ou ambientes culturais contemporâneos a serem ou não preservados e requalificados? O que significa a atual "patrimonialização" ou "museificação" das cidades? E o que dizer do uso contemporâneo que se faz da cultura como estratégia principal dos novos projetos de revitalização urbana? (...) O processo contemporâneo de espetacularização das cidades é indissociável dessas estratégias de marketing urbano, ditas de revitalização, que buscam construir uma nova imagem para a cidade, que lhe garanta um lugar na nova geopolítica das redes internacionais. (...) O patrimônio cultural urbano passa, assim, a ser visto como uma reserva, um potencial de espetáculo a ser explorado. (JACQUES, 2003. pp.32-34)

Uma "museificação" das cidades que leva em conta as estruturas arquitetônicas, negando nelas as memórias afetivas daqueles que nesses espaços se relacionaram ao longo dos anos. Cidades-Museus, Cidades-Espetáculo, Cidades-Mercadorias. Patrimonialização da Cultura no intuito de transformá-la num instrumento disciplinador para organizar a vida nas cidades. Como se dentro desta Cultura hegemônica só se pudesse cultivar um único modo de habitar e se relacionar: um mono-cultivo? Teríamos que nos referir a um estado atual de mono-Cultura como um dos mecanismos de controle social?

Se entendermos por cultura aquela parte do ambiente que foi feita pelo homem, como é possível que levemos em conta o construído sem incluir as pessoas que a construíram? Qual o desvio que fez render culto à arquitetura material expulsando daí às pessoas que a habitavam?

Como disse Simony Venâncio, que trabalha há 17 anos como marmorista na mencionada Ladeira da Conceição

Porque que eles vão tirar a gente que tem gerações e gerações, gerações e gerações para botar outras pessoas aqui? Isto aqui também é uma cultura né? É do tempo dos escravos! (CAO; RAMOS, 2014)

Qual desvio transformou o afeto pelas coisas num Patrimônio Material a ser preservado do uso comum das pessoas comuns? Qual manipulação está sendo implementada por detrás dos discursos ditos de "revitalização" urbana e quais as custas de expulsar de lá as pessoas? E questionemos(nós) também, qual o valor de um conjunto de tijolos quando já não participam da função de abrigo para os corpos? Assim, várias áreas das cidades, maquiadas de História (com "H" maiúscula) são transformadas numa "cara bonita" a consumir. Num "corpo" urbano vazio de afetos. Ou, voltando ao tema central do CIAM VIII, num fragmento de cidade sem coração.

1.2 OS AFETOS PELAS PESSOAS (EM TEMPOS DE REMOÇÕES E “REVITALIZAÇÕES” URBANAS)

Não chegamos sozinhos ao mundo. Chegamos *através* de outras pessoas e vamo-nos tornando mundo na interação com esses tantos outros que nos o apresentam. E nessas interações, somos contidos física e emocionalmente. Geramos pertencimento a um grupo que nos reconhece como sendo parte integrante e que vai velar pelo nosso bem-estar.

Como disse Zé Grande, que trabalha como serralheiro há 32 anos naquela Ladeira da Conceição

Eu também sempre digo: Não pode brigar porque não tem... minha mulher não está aqui, minha filha não está aqui para fazer nada por mim, quem tem que fazer é ele, ele que está aqui, que está me vendo, né? Se eu sentir uma dor aqui agora, quem é que vai me ajudar? A pessoa mais próxima. Por exemplo, vocês dois (...) então, vou procurar a briga com meu colega, com meu vizinho aqui? (CAO; RAMOS, op. cit.)

E neste sentido, escutando ao Zé Grande falar com a sua rica experiência, é que suspeito que o proposto pelo Spinoza atualiza-se e confirma a respeito de que possuímos a capacidade de afetar e ser afetados e que dependendo do tipo do encontro a nossa potência de agir vai aumentar ou diminuir. E em tempos onde a estrutura do grupo é ameaçada por interesses que não levam em conta as pessoas que o conformam (como acontece na atual situação dos trabalhadores dos Arcos da Ladeira da Conceição), a sensação de pertencimento pode aumentar e o grupo se fortalecer – se (re)conhecendo como portador de uma rica e potente história e memória em comum – e com os seus integrantes se (re)conhecendo como sujeitos de direito e com direitos a serem respeitados.

Mas, esta situação atual não é nova e, como eles, outras pessoas já foram alvo de projetos que visavam “recuperar” espaços chamados de “históricos” para serem requalificados e postos novamente em valor. Neste ponto surgem algumas questões: qual o valor (simbólico, material, afetivo, comercial)? E para quem – e de quem – estes espaços são recuperados?

Como é possível pensar numa cidade sem pensar nas pessoas que a habitam, nos corpos que afetam e são afetados, que geram potências e constroem laços afetivos que, como redes, sustentam o viver cotidiano? A *Arquitetura dos Afetos* é a grande construção da vida das pessoas; uma construção imaterial que não pode ser vendida ou comprada e nem sequer indenizada.

A opção pela medida mais extrema, adotada pelo Poder Executivo do Estado da Bahia na realização das etapas do Projeto de Recuperação do Centro Histórico, qual seja, a perda total e absoluta da propriedade pelo particular, revestiu-se de ato abusivo e totalmente descabido por dois flagrantes motivos (...) além de o exercício da propriedade individual não atentar contra o bem comum da coletividade, o fim público da preservação do patrimônio histórico e cultural no Pelourinho só seria contemplado de forma plena com a permanência daquelas pessoas em seus respectivos espaços. Afinal, elas representavam, também, os verdadeiros edificadores das diversas histórias do local. (...) Os atos expropriatórios repercutem diretamente na vida cotidiana das pessoas que habitam o lugar. Assim, sob o manto da legalidade, o Estado passou mesmo a violentar as próprias condições de existência das pessoas que moravam nos imóveis em discussão. (...) Nos fatos descritos, o Governo do Estado da Bahia, pela desapropriação dos imóveis do centro antigo e em face das pretensões econômicas, colocou em curso muito mais do que uma ação governamental de preservação de seus bens históricos, ele baniu as pessoas do seu *habitar*. (...) O uso desenfreado e injustificado dos procedimentos expropriatórios, as expulsões das famílias, o esfacelamento dos grupos culturais, da convivência comunitária e a tentativa de quebra dos laços identitários dessas pessoas com o lugar acusam os processos de gentrificação, que são inerentes ao modelo de cidade pensada para Salvador, com o Projeto de Reforma do Centro Histórico. (BARRETO, 2008. pp.137-141)

Assim, para falar da questão do afeto pelas pessoas, gostaria de trazer mais uma vez as pessoas da Ladeira da Conceição, as quais, depois de terem começado a participar da mencionada Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, passaram a se afetar por outros corpos e seus outros espaços de relacionamento. Melhor dizendo, começaram a entender que aquele processo de gentrificação que afetava elas, também afetava a outras pessoas em outros espaços da cidade. Assim, a cidade começou a se tornar um espaço ainda mais relacional do que imaginavam, e elas, mais participativas do que tinham sido até então. Dessa maneira, ao se expandirem para além do próprio afeto pelas próprias coisas que tinham naquela ladeira, começaram a se importar por outras pessoas e os afetos delas pelas coisas. Começaram a ter afeto por essas pessoas, entendendo isto tanto no sentido de carinho por elas, quanto também no sentido de serem afetadas por elas e pelas situações que poderiam afetá-las. Portanto, o que acontecesse com essas outras pessoas naqueles outros cantos da cidade, iria também afetar a eles mesmos, se alegrando ou entristecendo por elas, fortalecendo ou debilitando-se a própria possibilidade de resistir diante dos interesses público-privados que viam aquela área toda como um grande e único projeto de “requalificação” urbana.

Acho necessário abrir um parêntesis e, a modo de explicar melhor o dito, trazer para este momento do texto o relato de duas situações acontecidas com pouco mais de um ano de diferença e que tiveram como protagonistas Simony e Edmilson. A primeira destas situações aconteceu no mês de julho de 2014, naquele primeiro dia em que eu os conheci. Aquele sábado quando, após tê-los visto e ouvido falarem num vídeo que foi divulgado pelo Facebook, resolvi me aproximar para conhecer melhor a situação. Naquele momento, lembrome bem, mencionei para eles uma triste situação acontecida uma semana antes a menos de 200 metros daquela ladeira, numa outra ladeira: a Ladeira da Preguiça. Lá, a Prefeitura tinha conseguido expulsar várias famílias das casas onde moravam, e um vídeo foi divulgado nas redes sociais para tornar público esse acionar e, desse modo, denunciá-lo. Perguntei para Simony e Edmilson se eles tinham sabido daquela situação, e para grande surpresa minha, me responderam que sim, que sabiam, mas que “lá só tinha ocupações”. Fiquei de boca aberta diante essa expressão. Aquelas pessoas foram expulsas daquela ladeira que ficava a menos de 200 metros de distância, e eles dois nem se importaram, pois “lá só tinha ocupações”!

A segunda situação aconteceu pouco mais de um ano depois, no dia 2 de outubro de 2015, e teve como “cenário” aquela mesma Ladeira da Preguiça. Nesse acontecimento, funcionários da Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom), em conjunto com a Guarda Municipal de Salvador chegaram para derrubar um muro que um casal de idosos, sem autorização dessa Secretaria, tinha construído para proteger sua casa dos assaltos. Na tentativa de impedir a demolição do muro, vários dos vizinhos daquela ladeira – dentre eles, Marcelo Telles – foram violentamente agredidos⁸. Marcelo, fundador do Centro Cultural "Que Ladeira é essa?", era um dos moradores que nos meses anteriores tinha participado de várias das reuniões da mencionada Articulação, relacionando-se assim com as pessoas dos outros movimentos e comunidades. Esses encontros prévios fizeram com que Simony e Edmilson olhassem para as pessoas daquela ladeira de maneira diferente de como as tinham visto um ano antes. E mudando sua forma de pensar, mudaram também as suas formas de agir. Nesse dia, eles dois foram até lá para prestar ajuda na tentativa de resistência, mas, quando chegaram, a Guarda Municipal já tinha interditado grande parte dessa ladeira e fechado o acesso para a área próxima daquele muro que pretendiam demolir. E aí, eles dois, *junto-com* muitos dos vizinhos do lugar, viram como várias pessoas daquela ladeira eram reprimidas sem

⁸ A respeito dessa violenta repressão, um vídeo filmado por Maya Manzi se encontra disponível on-line no link: <https://youtu.be/xajZH_rFm8Q> (acesso em: 31/08/2016).

distinção de gênero nem de idade. Crianças, mulheres grávidas, jovens e adultos foram reprimidos com gás lacrimogêneo e atacados a golpes de cassetete.

No dia seguinte, após saber do acontecido, passei para falar com algumas pessoas da Ladeira da Preguiça que tinha conhecido durante as reuniões e atividades da Articulação. E daí fui visitar Edmilson e Simony, pois os demais companheiros da ladeira me falaram que tinham ficado muito afetados pela violência presenciada. Mas, ao chegar aos arcos, fiquei sabendo que Edmilson esse dia não tinha ido trabalhar. Achei estranho, pois ele é uma dessas pessoas que não costumam faltar ao trabalho. Perguntei para o filho dele se tinha acontecido algo e me contou que seu pai tinha ficado muito mal após a experiência do dia anterior. Contou-me que essa noite, ao regressar para sua casa, chorou na frente dele, dizendo que na sua vida jamais tinha visto tanta violência gerada contra pessoas.

E lembremos... pessoas pelas quais, um ano antes, ele parecia não se importar. Pessoas que, segundo o que ele “sabia”, ocupavam as casas daquela ladeira. Mas agora, depois de tantos encontros e de tantas atividades que articularam várias comunidades e movimentos do centro antigo, nem aquelas casas eram “só” ocupações, nem essas pessoas unicamente ocupantes, senão, também, pessoas com direitos de morar naquela parte da cidade. Desse modo, falando do afeto pelas pessoas, acabamos falando também do afeto que essas outras pessoas tem pelas coisas e pelos territórios onde se relacionam. Melhor dizendo, falamos também das *redes de afetos* nos quais esses outros participam. E falamos da importância de somar-nos ativamente nas resistências que visam preservar essas *redes* como se se tratasse da preservação de alguma das *redes de afetos* das quais participamos. Quase como dizendo: Tocam a um. Tocam a todos. Mexem com um. Mexem com todos. Lembremos, senão, a letra daquela canção chamada “Carta de Amor”, fruto da parceria entre Maria Bethânia e Paulo César Pinheiro (2012) e que fora reapropriada pelos movimentos sociais e incorporada dentro das marchas e manifestações como palavra de ordem:

não mexe comigo.
 não mexe comigo, que eu não ando só.
 eu não ando só.
 não mexe, não.

Serão esses encontros com os outros que possibilitarão que os corpos se afetem incorporando no repertório de pensamentos outros saberes e outros modos de agir. Encontros que possibilitarão resistências coletivas capazes de deixar em evidência que, para além das mencionadas parecerias *público-privadas* e seus projetos de “requalificações” urbanas,

naquelas áreas das cidades também há pessoas que precisam ser levadas em conta na hora de projetar. E se esquecermos disso, também esqueceremos que nesses lugares haverá *redes de afetos* que poderão ser destruídas se não se permitem às pessoas terem as possibilidades de continuarem se relacionando ali: entre elas e com as coisas.

Se trouxéssemos para o campo do Urbanismo – e ainda mais especificamente para a questão dos afetos nos espaços urbanos – as leituras de Deleuze sobre Spinoza (1978), poderíamos arriscar que as propostas urbanísticas geram nos habitantes das cidades “uma variação contínua, sob a forma de aumento-diminuição-aumento-diminuição, da potência de agir ou da força de existir de alguém de acordo com as ideias” que dele se tem.

Atentos a estas questões propostas, poderíamos pensar num outro modo de fazer Urbanismo, não como Planejamento Estratégico, e sim como uma *Arquitetura dos Afetos* com o intuito de potencializar e preservar o grande patrimônio das cidades: o *Patrimônio Afetivo*.

1.3 O AFETICÍDIO URBANO

NATUREZA DA INFRAÇÃO	
<input type="checkbox"/> Toda e qualquer obra, particular ou pública, só poderá ser iniciada após licenciada ou autorizada pela Prefeitura, que expedirá o respectivo Alvará... - Art. 16º, Lei 3.903/88.	<input type="checkbox"/> Depende de Alvará de Licença / Autorização O funcionamento de estabelecimento comercial, industrial, religioso, e as empresas em geral. - Art. 8º, inciso I, Lei 5.503/99.
<input type="checkbox"/> Introduzir, durante a execução da obra modificações em projeto ou peças gráficas aprovadas que não atendam as disposições desta lei... - Art. 24º e 45º, Lei 3.903/88.	<input type="checkbox"/> O Alvará de licença ou autorização deverá ser mantido em bom estado de conservação e afixado em local visível... - Art. 21º, Lei 5.503/99.
<input type="checkbox"/> A conclusão de obra será comunicada à P.M.S pelo requerente da licença ou representante legal, para vistoria e concessão de Habite-se... - Art. 35º, Lei 3.903/88.	<input type="checkbox"/> Exibir qualquer anúncio e engenho publicitário, ainda que localizado em áreas de domínio privado, sem a devida autorização da SUCOM. - Art. 114º, inciso I, alínea "a", Decreto 12.642/00.
<input type="checkbox"/> Toda obra iniciada sem a devida licença em áreas de domínio público, ou em terrenos do domínio da União, será sumariamente demolida... - Art. 59º, Lei 3.903/88.	<input type="checkbox"/> Exibir qualquer anúncio e engenho publicitário, em desacordo com as características aprovadas. - Art. 114º, inciso I, alínea "b", Decreto 12.642/00.
<input type="checkbox"/> Manter os trechos de logradouros adjacentes à obra permanentemente desobstruídos e limpos. (Materiais, Entulho, Argamassa / Concreto). - Art. 47º, inciso I, Lei 3.903/88.	<input type="checkbox"/> Exibir qualquer anúncio e engenho publicitário, fora dos prazos constantes da autorização. - Art. 114º, inciso I, alínea "c", Decreto 12.642/00.
<input type="checkbox"/> Impedir ou dificultar a ação fiscalizadora da Prefeitura e / ou reincidir em infração cometida. - Art. 52º, Lei 3.903/88.	<input type="checkbox"/> Outros:

PRAZO P/ ATENDIMENTO	
<input type="checkbox"/> 06 horas	<input checked="" type="checkbox"/> 72 horas
<input type="checkbox"/> 12 horas	<input type="checkbox"/> Outros:
<input type="checkbox"/> 24 horas	
<input type="checkbox"/> 48 horas	

DESCRIÇÃO DO FATO

DEVEIA DESOCUPAIZ O IMÓVEL PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE RESTAURACAO DO PROGRAMA FAC CIDADES HISTORICAS

Figura 10. Notificação de despejo dos Arcos da Ladeira da Conceição. (Fonte: Edmilson Rodrigues, 15/07/2014)

Nos mencionados Arcos da Ladeira da Conceição, no Centro Histórico de Salvador, há mais de três gerações que ferreiros, serralheiros e marmoristas trabalham e transmitem os conhecimentos e as técnicas nas oficinas que lá se localizam. Um dado que parece de minúscula importância para a planificação do chamado “processo de requalificação” deste

Centro Histórico que teve seu início no ano 1991 e que até o dia de hoje continua priorizando a parte material daquela história herdada. Fato este mais que relevante se levarmos em conta que no dia 15 de julho de 2014, funcionários da Prefeitura de Salvador se apresentaram com uma notificação que dava o prazo de 72 horas para desocupar os imóveis daquela ladeira, com a justificativa que os mesmos seriam requalificados para um uso posterior que não os incluiria⁹. Mas, nesses arcos, além da história material também há a memória de mais de três gerações de tantas outras pessoas que, como os seus atuais ocupantes, não só trabalharam como também se relacionaram afetivamente entre elas. E é desta memória à qual estou me referindo como tecido afetivo que sustenta a vida das pessoas que a integram.

Quando perdemos certas pessoas, ou quando estamos despojados de um lugar ou uma comunidade, podemos simplesmente sentir que estamos passando por algo temporário, que o luto será longo e será alcançado algum restabelecimento da ordem anterior. Mas, talvez, ao vivenciarmos o que fazemos, algo a respeito de quem somos é revelado, algo que delineia os laços que temos com os outros, que nos demonstra que estes laços constituem o que somos, laços ou vínculos que nos compõem. Não é como se um “eu” existisse independentemente aqui e simplesmente perdesse o “você” do lado de lá, especialmente se a ligação com “você” for parte do que compõe quem “eu” sou. Se eu lhe perder, sob essas condições, então não apenas lamentarei a perda, mas me tornarei inescrutável para mim mesmo. Quem “sou” eu sem você? Quando perdemos alguns desses laços que nos constituem, não sabemos quem somos ou o que fazer. Em certo nível, acho que perdi “você” apenas para descobrir que “eu” também desapareci. (BUTLER, 2004, p.22. Trad. nossa)

Como claramente disse Edson Silva, que lá trabalha como serralheiro há 47 anos:

Fora daqui fica... fora de ética, né? Não vai ser a mesma coisa que quando a gente começou. Ai já vai começar outra vida lá fora. Entendeu? Como se fosse assim... a gente construiu uma família; largar aquela família e partir para outra, vai ser outra construção de outra família... É difícil, né? (CAO; RAMOS, op. cit.)

Pretender expulsar as pessoas dos seus espaços afetivos é tão destrutivo quanto criminoso, pois a *potência de agir* é inibida nesta expulsão, provocando-se uma diminuição da força de existir. Sendo assim, poderíamos pensar que o maior crime que se pode cometer numa cidade – na prática do Urbanismo – é a destruição de *redes de afetos*: o *Afeticídio*.

⁹ Segundo o IPHAN, o projeto previa a desapropriação dos imóveis para serem reformados e posteriormente utilizados como espaços de artes, e vários nomes de artistas prestigiados estiveram circulando de “boca em boca” como alguns dos que supostamente tinham aceitado ocupá-los após eles serem “requalificados”.

Se num genocídio o que se assassina – através da morte do corpo – é a vida mesma, no *afeticídio* urbano o corpo é ainda mantido com vida – numa sobrevida – mas, impedido de continuar ali se relacionando com outros corpos, deixando as pessoas expostas num estado de vulnerabilidade e fragilidade diante das inclemências cotidianas de uma sociedade que trata a vida como objeto de consumo.

(...) quando a vida é reduzida ao contorno de uma mera silhueta, como diziam os nazistas ao referir-se aos prisioneiros, chamando-os de “Figuren”, figuras, manequins, aparece a perversão de um poder que não elimina o corpo, mas o mantém numa zona intermediária entre a vida e a morte, entre o humano e o inumano: o sobrevivente. O biopoder contemporâneo, conclui Agamben, reduz a vida à sobrevida biológica, *produz sobreviventes*. (PELBART, 2013, p.25)

No *afeticídio* urbano, há algo mais em jogo do que a simples expulsão das pessoas dos seus lugares de relacionamentos sob pretexto de “revitalizar” áreas que supostamente caíram em desuso. O que há nele é a tentativa de eliminar aqueles outros usos e práticas das pessoas que – não sendo levadas em consideração – também fazem parte da cidade. E com isso, a eliminação paulatina e gradativa das múltiplas cidades que convivem no cotidiano da grande cidade. Produções de desejo que se tecem entre as pessoas, e que produzem desvios das políticas institucionais estabelecidas. O que há por trás do *afeticídio* é a tentativa de desmontagem do sujeito político, pois, o afeto é uma política em si mesma, que se tece nos encontros *corpo-a-corpo*.

Há de se insistir que não há política sem incorporação, pois só um corpo pode afetar outro corpo. Habitamos o campo político como sujeitos corporificados e, por isso, como sujeitos em regime sensível de afetação. (SAFATLE, op. cit., p. 95)

Mas, como aconteceu e ainda acontece no Centro Histórico de Salvador, durante as etapas de “requalificação”, a maioria das pessoas que foram expulsas dos seus lugares de relacionamento – das suas moradias, dos seus espaços de trabalho ou de lazer – não conseguem simplesmente ir embora e muitos voltam, mesmo sem ter para onde voltar. Voltam para ficar de perto numa resistência involuntária, numa insistência sem mais opções do que insistir com a sua presença, como se aquela proximidade de certo modo lhes permitissem continuar habitando aquele corpo social do qual foram expulsos.

(...) a maioria das pessoas que moravam ali e que estão morando em bairros distantes ou mesmo na Rua 28 de Setembro - uma rua próxima - sistematicamente voltam. Elas estão lá andando, vendendo, brigando, porque

aquela é a área onde aprenderam a fazer tudo, a andar, a beber, a comer, a usar drogas, a brigar com a polícia, a ver os soldados da polícia representando o Estado (...) Esta população continua voltando como se voltasse ao ponto de partida, como se, movida por um banzo ou por um sentimento de saudade, continuasse a dizer: “Eu continuo vivendo nessas casas” (RODRIGUES, 1995. p. 87)

Pessoas desnecessárias para o grande espetáculo de uma cidade-mercadoria que não pode lhes acolher nem sequer pensar num futuro para elas. Mas, para aquelas pessoas “sem futuro”, que ainda mantém uma relação de sujeição com o lugar do qual foram expulsas, resta ainda soltar um passado que, vez ou outra, retorna em forma de presente.

Há uma alternativa para resistir antes de só poder insistir como “fantasmas” de corpos socialmente invisibilizados? Efetivamente, os governos têm Poder para afetar a vida das pessoas, aumentando ou diminuindo sua potência. Mas um corpo afetado tem, por sua parte, o poder de afetar também outros corpos, gerando um movimento que permita potencializar as suas vidas. Às vezes, tentar tirar as pessoas dos seus espaços de relacionamento gera um resultado contrário ao esperado pelos interesses públicos e privados que estão por trás da especulação imobiliária. Às vezes, a ameaça de remoção forçada produz um estado de suspensão das diferenças históricas criando (temporariamente) um sentimento de comum(unidade) facilitando assim os (re)encontros entre as pessoas. Ou como disse Simony Venâncio,

esse baque assim que teve agora, fez que todo mundo se unisse, se desse as mãos porque a união faz a força, né? Antes, assim, um para seu lado, outros por outro (...) mas agora não, está todo mundo unido. Quem não se falava há décadas, agora está todo mundo falando (CAO; RAMOS, op. cit.).

E como aconteceu com várias das pessoas que moram ou trabalham na Ladeira da Conceição, este estado de suspensão do cotidiano lhes habilitou a possibilidade de ter encontros entre elas para se pensarem como sujeitos políticos ativos. Sujeitos com direitos a se fazerem respeitar ao tornar-se parte ativa daqueles acontecimentos que lhes afetavam de maneira despoticizadora. Assim, ao longo do tempo, participando de reuniões *junto-com* outros grupos – os quais, habitando diferentes partes da cidade de Salvador, também estavam sendo afetados por interesses imobiliários similares, que lhes negavam o direito a habitar a cidade – a *rede de afetos* foi se expandindo. E com isso, as pessoas foram se tornando mais potentes ao enxergar uma concepção de cidade ampliada, que já não se limitava aos próprios lugares de habitação, trabalho e ócio. Nesta resistência coletiva, foram se apropriando da

potência de não que lhes fora negada. Talvez assim, estas pessoas contaminadas por outros modos de viver a cidade consigam, por sua vez, expandir suas práticas coletivas para aqueles que ainda sobrevivem na invisibilidade. Contaminar com suas potências, muitas outras pessoas que estão também resistindo em tantas partes da urbe, nas cotidianas resistências involuntárias, dos inúmeros corpos que insistem, quase sem opções além de resistir ou perecer nessas políticas contra a vida potente.

CAPÍTULO 2

VILA BRANDÃO: A “POTÊNCIA DE NÃO” COMO UM PRIMEIRO MOMENTO DA RESISTÊNCIA

Antes de continuar – e na tentativa de nos introduzir na fala a respeito da *potência de não*, entendendo-a como condição para a resistência – iremos propor uma afirmação: Não existe o impossível nem o impensável. Pelo menos, não de maneira universal e absoluta. Algo poderá, quiçá, ser impossível ou impensável para mim – ou talvez, para nós, entendendo esse “nós” como as pessoas que partilhamos uma mesma *rede de afetos* –, mas, para outros – radicalmente outros – quiçá aquilo impossível, impensável, seja pensável, possível, realizável. Assim, só o encontro com o outro – e seus modos outros de produzir subjetividade – poderá nos garantir as possibilidades de expandir os nossos repertórios de pensamento, para além do informado, do já sabido, do já pensado, do ainda (im)possível.

Comecei a pensar sobre estas questões por causa de uma situação que venho vivenciando desde finais do ano 2014, e que me afetou por ter acompanhado de perto parte de um processo que até o dia de hoje continua sendo motivo de conflitos na Comunidade onde moro. Assim, acabei me introduzindo na pesquisa não só a respeito da expulsão do *poder-não* do repertório de possibilidades, quanto também das maneiras de reintroduzir o possível nele. Afetado pelas conversas, as escutas e as inúmeras violações às leis por parte de uma vizinha instituição privada – que, em cumplicidade com o Poder Público e alguns dos vizinhos da própria Comunidade, desrespeitava a vida das pessoas que ali moravam –, me deparei com a necessidade urgente de procurar algumas maneiras de afirmar o empoderamento das pessoas e sua potência de agir, ainda diante de situações fortemente despotencializadoras como as que tentarei narrar.

Há pouco mais de dois anos, moro numa casa alugada dentro de uma favela chamada Vila Brandão, na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. Diferente de outras cidades, em Salvador, as zonas marginalizadas não se encontram necessariamente nas periferias, mas também espalhadas dentro do Centro mesmo. Localizadas geralmente em áreas que por ter um difícil acesso não despertavam interesse para as classes médias e altas, foram sendo ocupadas ao longo do tempo por pessoas de baixa renda, conformando-se no que comumente se chama de “favelas”. Crescendo nos interstícios, não é estranho vê-las contrastar com vizinhos prédios de luxo, deixando em evidência que existem diferenças inquietantes dentro de uma mesma

cidade. Evidências que ferem a sensibilidade purista de muitas pessoas, pois, antes do que uma diferença de classes sociais com diferentes poder aquisitivos, trata-se de diferentes modos de viver e se relacionar que questionam na prática mesma os estereótipos impostos por aquilo que chamáramos de *Urbanismo de Bem-estar Comum*. E um desses exemplos é a Vila Brandão, localizada há mais de 70 anos entre os bairros Graça e Barra, aos pés do Corredor da Vitória (considerado uma das zonas mais “nobres” da cidade). Ocupação assentada de frente para o mar, cuja população esteve desde o começo mesmo conformada majoritariamente por pessoas dedicadas à pesca ou com um laço identitário fortemente arraigado ao mar. Porém, há mais de uma década, o Yacht Clube da Bahia, entidade vizinha que também ocupava a costa, se expandiu e – expulsando várias famílias que há vários anos ali moravam – construiu dois imensos galpões para os sócios poderem guardar as suas lanchas e iates. Galpões que se interpuseram entre os habitantes da Vila e o mar, gerando com isso interferências nos modos de vida dessas pessoas. Mas, pelo fato do Yacht Clube se tratar de uma entidade privada cujos sócios são reconhecidos membros da elite brasileira, pouco e nada se conseguiu fazer para evitá-lo. Ainda e contudo, foi deixada uma área verde entre esses galpões e a Vila, onde a natureza foi a única que conseguiu habitá-la. Uns anos depois, alguns habitantes da Vila voltaram a tentar ocupar essa área, sendo rapidamente expulsos por grupos de operações especiais da Polícia Militar, numa ação que surpreendeu pela grande quantidade de policiais que participaram dela.

No início do ano passado, 2015, dois representantes do Yacht Clube da Bahia, numa breve e informal reunião informaram para os moradores da Vila Brandão que a instituição decidiu se expandir mais um pouco para construir novos estaleiros e por tal motivo iriam ocupar aquela “área verde entre”, e que a respeito dessa decisão não havia nada que os moradores pudessem fazer para evitá-lo.

- Essa área é a área do clube onde a gente vai fazer a ocupação com estaleiros- diz um dos representantes do Yacht Clube da Bahia.
- Mas, vocês vão comprar essa área?- pergunta uma das moradoras da Vila Brandão.
- Não, a área é nossa- responde o mesmo representante do clube.
- Tem o papel?- pergunta novamente a vizinha.
- Tem o papel! Toda essa área aqui que nós estamos agora pisando, toda essa área é pertencente ao Yacht, escriturada e e... e sem mais litígio e agora já foi, né? (SILVA, 2015)

Cabe esclarecer que essa conversa aconteceu na mencionada quadra onde, como já dissemos, a população da Vila Brandão há mais de 16 anos vem utilizando para, dentre outras

atividades, jogar futebol. Quadra de terra batida que se encontrava ao lado dos galpões do Yacht Clube da Bahia e que constituía a última área pública localizada de frente para o mar e a última área ainda não edificada em meio a prédios de luxo e o citado clube – instituição que, ao longo dos anos tem ocupado e se apropriado de uma extensa área de encostas e orla, compreendidas entre o Porto da Barra e o Corredor da Vitória. Como “compensação” para a comunidade da Vila pelos transtornos e pela perda de mais uma área, a vizinha instituição privada se comprometeu em realizar melhorias nessa quadra. Porém, ao invés de perguntar para os moradores quais melhorias eles precisavam, foi “oferecido” – sem possibilidades de ser questionado – transformar a quadra de terra batida numa de cimento. Melhor dizendo, “dariam” em troca por aquela “área verde entre”, uma quadra esportiva com piso de concreto para pessoas que costumavam jogar futebol de pés descalços.



Figura 11. Jovens jogando futebol sem calçado na antiga quadra da Vila Brandão. (Fonte: Rose Boaretto, 2014)

Proponho fazer uma pausa no relato para fazer-nos uma pergunta: Para que(m) foram pensadas essas melhorias? Imaginemos jogar futebol sem calçado, numa quadra de piso de cimento que permanece o dia todo debaixo dos raios do ardente sol que caracteriza a cidade de Salvador. Para quem foi pensado esse projeto? Ou, reperguntando(nos)... para qual estilo

de vida foi ele projetado? Olhemos para o contexto no qual se encontra localizada a Vila Brandão, e talvez possamos arriscar algumas suspeitas a respeito dessa interrogação...



Figura 12. Localização da “área verde entre”. (Fonte: Google Earth, 08/06/2015)

Figura 13. Localização da Vila Brandão e Yacht Clube da Bahia. (Fonte: Google Earth, 08/06/2015)

Voltando para o relato, tomei conhecimento desse projeto quando os membros da ASCOMVIBRA (Associação dos Moradores da Comunidade de Vila Brandão) chegaram

para mim pedindo assessoria. Tinham sabido que eu estava fazendo um Mestrado em Urbanismo, e achando que por esse motivo eu teria conhecimentos no tema, me pediram que participasse das reuniões para lhes assessorar sobre algumas questões que precisavam atenção urgente. Mostraram para mim um recente Contrato de Comodato que o mencionado Yacht Clube da Bahia tinha assinado *junto-com* o Padre da vizinha Paróquia de Nossa Senhora da Vitória – pertencente à Arquidiocese de Salvador. Nesse Contrato, o clube “emprestava” em Comodato aquela área frente ao mar para que os moradores da Vila Brandão fizessem uso dela para a prática de esportes e lazer, durante 25 anos com previsão de renovação, caso o objetivo do contrato fosse amplamente respeitado.

CONTRATO PARTICULAR DE COMODATO

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **YACHT CLUBE DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, na Av. Sete de Setembro, 3252, Ladeira da Barra - Barra, CEP 40130-001, inscrito no CNPJ sob nº 15.154.354/0001-68, neste ato representado por seu Comodoro Antonio Carlos da Rosa, portador de cédula de identidade nº 4198639 SSP/BA, inscrito no CPF sob nº 064.006.715-87, doravante denominado **COMODANTE**; e, de outro lado, **PARÓQUIA DA VITÓRIA (Arquidiocese de Salvador)**, com sede no Largo da Vitória, s/nº - Vitória, CEP 40.081-305, Salvador/BA, inscrita no CNPJ sob nº 13.940.325/0001-04, neste ato representada por Pe. Luís Moreira Simões de Oliveira, portador da cédula de identidade nº 01145309 55 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 065.969.405-00, doravante denominada **COMODATÁRIA**; resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE COMODATO**, nos termos dos artigos 579 a 585 do Código Civil Brasileiro e das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª - Do Objeto

O presente contrato tem como objeto o empréstimo gratuito de área com 1.087,00m² (mil e oitenta e sete metros quadrados), de posse plena e propriedade do **COMODANTE**, cuja localização, limites e confrontações constam da anexa planta baixa, que faz parte integrante deste instrumento, pelo que é firmada pelas partes contraentes. Tal área de terras esta inserida na poligonal que abrange a porção maior onde está localizada a sede do **COMODANTE**.

Pe. Luís Moreira Simões

Figura 14. Página 1 do Contrato de Comodato entre Yacht Clube da Bahia e a Paróquia da Vitória, 09/10/2014. (Fonte: Celia Mara e Silvia Jura, 2014)

Cláusula 2ª - Da Atividade a Ser Exercida no Bem Emprestado

A área oferecida em comodato corresponde, atualmente, a um campo de futebol improvisado, de terra batida. As atividades a ser ali desenvolvidas pela **COMODATÁRIA** deverão ser, exclusivamente, de caráter esportivo e de lazer para a comunidade vizinha, denominada de Vila Brandão, sendo vedado o desenvolvimento de qualquer outra atividade ou o envolvimento de quaisquer outros indivíduos ou entidades, sem o prévio e por escrito consentimento do **COMODATÁRIO**, sob pena de extinção do presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Primeiro – As atividades deverão ter sempre o caráter de gratuidade e não deverão extrapolar o âmbito dos integrantes da comunidade da Vila Brandão.

Parágrafo Segundo – É vedada ao **COMODATÁRIO** a realização de qualquer tipo de construção, acessão ou benfeitoria na área dada em comodato, seja de caráter provisório ou definitivo, devendo promover a devida fiscalização para que outros não o façam. A inobservância a tal expressa proibição ocasionará a imediata resolução deste instrumento, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

Cláusula 3ª – Da Vigência

O presente instrumento é celebrado pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes. Encerrado o prazo contratual, deverá a **COMODATÁRIA** entregar ao **COMODANTE** a área em questão livre de bens e pessoas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sob pena de sujeitar-se às medidas judiciais cabíveis para a reintegração de posse do **COMODANTE**.

B. B. B.

Figura 15. Página 2 do Contrato de Comodato entre Yacht Clube da Bahia e a Paróquia da Vitória, 09/10/2014. (Fonte: Celia Mara e Silvia Jura, 2014) ¹⁰

Depois de ler o Contrato, e ainda perplexo, falei para as pessoas da Associação o meu parecer. Tentei explicar o absurdo do que estava ali escrito pedindo para uma dessas pessoas me emprestar seu isqueiro. Após pegá-lo, olhei para seus olhos e disse para ela: “lhe empresto o seu isqueiro, mas depois de usá-lo, devolva ele pra mim”. Olhou-me de maneira estranha. Perguntei se compreendia o estranho de tudo isso. “Como é possível que eu empreste para você o que já é seu?” – disse para ela. Os outros membros começaram a opinar

¹⁰ O Contrato de Comodato se encontra disponível na íntegra, na seção Anexo II: Vila Brandão.

que, assim explicado, o Contrato era muito estranho. Alguns disseram que talvez fosse uma boa ideia pensar mais um pouco a respeito, pois estavam começando a achar que podiam ter cometido um erro ao assiná-lo. Mas o Presidente da Associação falou que esse tema já tinha sido conversado muito e votado, e que a grande maioria da comunidade já havia assinado, motivo pelo qual não tinha sentido voltar ao assunto. E para acalmar as recentes dúvidas que provoqueei, argumentou que se após o prazo de 25 anos o Yacht Clube decidisse não renovar o Contrato, a Comunidade geraria algum conflito para obrigá-lo a renegociar e fazer um novo Contrato cujo prazo seria novamente estendido. E agiriam desta forma cada vez que o clube tentasse retirar deles o uso daquela quadra.

Compreendendo que a opinião do Presidente da Associação tinha um peso relevante naquele assunto, optei por sugerir uma reunião com Manolo, um advogado de confiança que assessorava ao MSTB (Movimento dos Sem Teto da Bahia) e com quem já tinha me encontrado em algumas reuniões da “Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador”, da qual eu fazia parte há mais de um ano.

Um mês depois, conseguimos concretizar essa reunião. Manolo foi esclarecendo dúvidas e respondendo as perguntas que os moradores e moradoras da Vila lhe faziam até chegar ao tema que demandou sua presença: o Contrato de Comodato em questão. Explicou mais o menos o mesmo que eu tinha dito para eles, mas a legitimação que possuía pelo fato de ser advogado – e o seu próprio jeito de se expressar com termos que pudessem ser fáceis e claros para os outros compreenderem– conseguiu instalar novamente as dúvidas e incertezas a respeito daquilo que tinham aceitado ao assinar aquele documento legal. Nessa oportunidade, o Presidente da Associação manteve-se em silêncio enquanto vários dos demais integrantes se manifestavam querendo anular o Contrato. Ao finalizar a reunião, e já tarde na noite, acompanhei Manolo até o ponto de ônibus e o esperei partir, aproveitando o tempo para conversar a respeito das impressões que tínhamos sobre o que acontecera na atividade. Ao regressar à Vila, fiquei sabendo que na nossa ausência, o Presidente tinha se manifestado dizendo mais uma vez que não achava necessário voltar a questionar aquilo que já tinha sido assinado pela grande maioria dos moradores; e, com seu comentário, tinha cancelado mais uma vez qualquer oportunidade de debater a respeito.

Comecei a me perguntar se haveria nele um interesse pessoal influenciado por algum acordo com os representantes do Yacht Clube; acordo que o restante das pessoas da comunidade desconheciam e que pudesse gerar algum benefício particular. Parecia-me muito

estranho que apoiasse a tentativa do clube de avançar novamente sobre a Vila, perdendo com isso, grande parte da terra ainda possível de ser ocupada por novos moradores, e recebendo em troca algumas melhorias – impostas e inegociáveis – que 25 anos depois poderiam correr o risco de se tornar mais um espaço público perdido, numa cidade cada dia mais voltada para o privado.

Alguns meses depois chegaram à Vila três advogados da Defensoria Pública, instituição do Estado que presta assistência jurídica gratuita a pessoas ou grupos de pessoas que não possam pagar por esse serviço. Falaram da importância de ter uma reunião com os moradores da comunidade e propuseram um encontro para informar-nos dos nossos direitos diante do conflito gerado pelo novo avanço do clube. Três dias depois esse encontro teve lugar com a participação de grande parte dos moradores. Ao começar a reunião, uma das advogadas perguntou se todos estavam sabendo do Contrato de Comodato realizado entre o Yacht Clube da Bahia (que atuava como Comodante) e a Paróquia de Nossa Senhora da Vitória (que atuava como Comodatária), com a participação da Associação dos Moradores da Vila Brandão que, através da assinatura do seu Presidente, cumpria o papel de testemunha legal, concordando com o ali exposto. Para garantir que todas as pessoas presentes naquela reunião estivessem cientes do que estava sendo pactuado, a advogada começou a ler o texto em voz alta. Texto que, em resumidas palavras e como já dissemos, informava que o Yacht Clube da Bahia, declarando-se “proprietário” da área onde estava a quadra de terra batida, se comprometia a realizar as melhoras necessárias para torná-la uma quadra de concreto, emprestando-a aos moradores da Vila Brandão para uso exclusivo de esportes e lazer por um período de 25 anos, etc.

Após lê-lo na íntegra, a advogada informou para as pessoas presentes que, segundo a legislação vigente no Brasil, o DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946, institui, na SEÇÃO II DA CONCEITUAÇÃO; Art. 2º, que “São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831: a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés” (BRASIL, 1946). E segundo essa legislação, grande parte da Vila Brandão, como também a quadra em questão, estavam em terras pertencentes à União.

– Assim sendo – continuou dizendo a advogada – quero saber quem deu para vocês a autoridade e o direito de assinar um Contrato que reconhece ao Yacht Clube da Bahia como “proprietário” de uma área que pertence à Nação Brasileira toda?

Gerou-se um silêncio entre todos que estavam reunidos. O Presidente da Associação de Moradores pediu a palavra para dizer que eles não sabiam que o clube não era o proprietário daquela área. Explicou que quando foram chamados para participar como testemunhas naquele Contrato, ao ler o que estava ali escrito – que o proprietário do terreno era o Yacht Clube da Bahia – e acreditando, que por ser um documento legal, a informação ali contida teria de ser certa, acabaram acreditando que o clube era realmente dono dessas terras ocupadas pela Vila há muitos anos. Sendo assim, explicou também que aquele prazo de 25 anos tinha sido uma conquista da Comunidade que, após ter negociado muito, conseguiu ampliar o tempo de duração do Contrato em questão, pois, inicialmente a vizinha instituição só teria “oferecido” para eles um prazo de 5 anos. Melhor dizendo, conseguiram negociar dentro de um campo de possibilidades limitado e estipulado pelos representantes do Yacht Clube da Bahia que (de)limitava o *possível* dentro de um campo discursivo que contemplava o “Sim ou Sim” de um avanço sobre aquela “área verde entre” a Vila e os galpões, sem que os moradores pudessem fazer algo para impedi-lo.

Após ouvi-lo, a advogada perguntou: “e agora que vocês sabem que o Yacht Clube da Bahia não é o dono daquela área, o que vocês desejam fazer?”.

– Agora que nós o sabemos, não queremos mais o proposto no Contrato. Podemos voltar atrás com o assinado? – perguntou o Presidente da Associação enquanto a maioria das pessoas presentes consentia movendo as cabeças.

– Sim – respondeu a advogada.

Agora bem, qual a minha intenção de trazer esse relato para participar do texto? Tentar provocar vocês *através* daquilo que me provocou naquele momento, e a partir daí, refletir a respeito das possibilidades de resistir quando o repertório se encontra reduzido às opções restringidas dentro dos múltiplos modos de um Sim hegemônico. E perguntar-nos, nesse sentido, quando a *potência de não* (entendida como “possibilidade de não”) se encontra restringida ou excluída do campo do possível, há como poder não só pensar, senão também *desejar* resistir?

Mas, se nossa intenção fosse procurar os modos de (re)introduzir no repertório do pensamento as possibilidades para uma resistência, talvez fossem os outros – com seus modos outros de pensar e agir – aqueles que nos permitirão expandir o repertório ao contaminar nossas verdades introjetadas com as suas afirmações. Pois, se como dissemos anteriormente, não existe – de maneira universal e absoluta – nem o impossível nem o impensável, será no encontro com os outros onde aquilo poderá se tornar não só pensável, possível, senão também realizável.

Melhor dizendo, será no encontro com os outros onde o próprio imaginário se expandirá nas formas possíveis de pensar daquele outro que me afeta e que de maneira simultânea também afeto com meus modos de existir, evidenciando-se modos diferentes de pensar e de agir no mundo. Assim, no encontro das diferenças, a produção de Realidade que estava sendo construída desde o discurso hegemônico, poderá se expandir para além daquilo que foi informado como sendo o único.

A modo de explicar melhor essa proposta, gostaria de descrever uma situação que costumo trazer durante algumas das palestras que dou e que tem uma temática similar à que estamos transitando neste texto. Em um determinado momento, e para poder falar a respeito das diferenças, costumo perguntar para as pessoas ali presentes se alguém está vestindo alguma roupa de cor vermelho, por exemplo, ou se possuem algum objeto com essa cor. Peço que levantem a mão aquelas pessoas que acham que se encontram dentro dessa situação e podem afirmar que efetivamente se trata da cor solicitada. Àqueles que participam dessa proposta, ao levantar a mão, proponho passar à frente para que as demais pessoas possam lhes ver e conferir que realmente esteja se tratando de uma roupa ou um objeto de cor Vermelha. Dando continuidade, peço para essas pessoas na frente que se coloquem o mais próximo possível umas das outras para que os seus “vermelhos” fiquem também próximos entre si com a intenção de observar o que acontece quando juntamos vermelho ao lado de vermelho ao lado de vermelho, etc. E é essa a armadilha, pois, ao encontrar, ao aproximar um junto do outro, o que obteremos já não se tratará da denominada cor Vermelha (nomeada como se fosse algo singular, único), senão de múltiplos e plurais “vermelhos”. O encontro deles possibilitará evidenciar as diferentes variações que conformarão a gama de vermelhos, tensionando aquilo que a partir do discurso se pretendia reduzir ao Comum(mente) chamado como Vermelho.

Há uma potência nos encontros: a possibilidade de aproximar as diferenças, evidenciando uma co-existência complexa. Potência que incomoda dentro mesmo do discurso hegemônico que pretende contrapô-las para anulá-las num confronto binário. Agora bem, se o contexto discursivo não é propício para evidenciar as diferenças, como fazer para gerar encontros que as ponham em evidência? E como aproximá-las sem perdê-las? Como fazer para que vermelho ao lado de vermelho nos provoque a pensar nos possíveis e – ainda que ausentes – outros “vermelhos”? Como juntar branco ao lado de branco sem “branquear”?

Talvez, entendendo a linguagem como uma ferramenta, possamos brincar com ela. Reestruturá-la, potencializando e expandindo a partir daí outras e possíveis produções de realidades. Evidenciar as múltiplas possibilidades que podem se abrir para nós ao deslocar uma palavra de lugar na oração que a contém, provocando desvios dentro mesmo da estrutura. E se essa fosse a proposta, por que não aproveitar os diferentes modos de se expressar que existem nas diversas culturas para, com isso, suspeitar da própria estrutura que, *através* da linguagem, limita a nossa existência?

A respeito disso, gostaria de narrar mais uma experiência que talvez possa servir para ilustrar a questão proposta. Quando me mudei de Buenos Aires (Argentina) para Salvador, foram vários os “choques” culturais que me afetaram. Não só se tratou de começar a morar numa outra cidade como também aprender a habitar outros modos da Realidade que uma outra língua me oferecia. Entre eles, uma maneira particularíssima de responder às perguntas: começar afirmando para depois acabar negando. Por exemplo:

- Quer água?
- Quero não.

Essa inversão da ordem das palavras – com respeito ao idioma espanhol –, foi para mim um grande choque cultural. A primeira vez que tomei consciência dessa inversão foi há poucos dias de ter chegado ao Brasil. Encontrava-me num bar bebendo cervejas com mais outras pessoas e quando fui encher o meu copo, percebi que a pessoa que estava na minha frente tinha seu copo vazio. Peguei a garrafa e perguntei para ela se queria mais cerveja. A resposta foi “quero não”. Considero útil comentar aqui que essa resposta me afetou em dois tempos diferentes. O primeiro deles foi que, logo depois de escutar a palavra “quero”, após a qual meu braço começou um movimento de extensão dirigindo a garrafa em direção ao copo dessa pessoa. O segundo momento teve lugar ao escutar a palavra “não”, a qual gerou em

mim um freio no movimento antes começado. Fiquei perplexo! Achei que tinha escutado mal e voltei a perguntar se queria mais cerveja. A sua resposta foi a mesma: “quero não”, e a minha confusão aumentou. “Quero não” significava o que? Estava me dizendo que queria ou que não queria cerveja? Por que ele respondia com uma afirmação seguida de uma negação? Se efetivamente não queria, por que então não começava a frase negando? Por que simplesmente não respondia “não quero”? Ainda sem compreender se devia ou não lhe servir cerveja, o movimento ficou interrompido na metade de caminho. Ele, vendo que fiquei confuso e que meu braço ainda continuava segurando a garrafa no alto, voltou dizer “quero não. Obrigado”, enquanto que, tampando com a sua mão a parte superior do copo, reafirmava com esse gesto o fato de não querer.

Alguns dias depois, conversando com uma amiga sobre aquela situação, fui informado que em distintas regiões do Brasil é muito frequente que as pessoas ao responder “não”, o façam primeiro afirmando, gerando dessa maneira uma resposta menos chocante. Um modo mais sutil de negar, que evitava rejeitar de início, evitando assim gerar uma situação de desconforto. E foi nesse instante que tomei consciência pela primeira vez do peso e da violência que implica começar uma resposta com a palavra “Não”. E da capacidade de inibir possibilidades que essa palavra pode ter quando é colocada na frente de uma frase.

Pensando em termos de movimento, e graças à situação vivenciada nesse bar, comecei a suspeitar que, talvez, a reação diante do “quero não” esteja associada com um movimento do tipo expansivo, e nesse sentido, associada às possibilidades que ele gera. Por exemplo, na anedota narrada, esse movimento pode ser observado no ato de estender o braço em direção ao copo da outra pessoa após ter escutado como resposta a palavra “quero”. O posterior “não”, operou nessa situação gerando um freio ao movimento antes iniciado. Acho muito provável que se esse “não” estivesse estado na frente, o movimento nem sequer teria começado. Neste sentido, começar por uma afirmação poderia converter-se (também) na afirmação de outras alternativas, e com isso, na inclusão das mesmas dentro do repertório de possibilidades. Deslocar o “não”, não implica a sua negação, senão a abertura para outros possíveis “sim”, que se conjugando como possibilidades outras, poderiam expandir as produções de realidades das pessoas indo além do binário “sim ou não”, para um “sim e não”, introduzindo o articulador “e”, deslocando o excludente “ou”.

Esse choque cultural foi para mim uma grande porta que se abriu para começar a suspeitar que essas possibilidades outras que se habilitavam, ao inverter as ordens dentro da

frase, podiam também ser aplicadas a outra palavra que me inquietava muito: “poder”. Mas não no sentido de um Poder (com maiúscula), entendido como aquilo capaz de exercer uma influência sobre mim, senão numa acepção mais cotidiana, entendendo-o como aquilo que podemos e não podemos. Aquilo que, ficando ao nosso alcance, conforma o repertório de possibilidades (de poder pensar, poder desejar, poder fazer, etc.). E em particular, me inquietava aquilo que havendo sido retirado do nosso alcance, impõe-se nos como negação da possibilidade mesma, resultando num “não poder” (pensar, desejar, fazer, etc.). Neste sentido, ao aplicar a tática antes proposta, o “não poder” se transverte num *poder-não*. Na afirmação do poder antes do que a negação dele. E na possibilidade de perguntar-nos: Que podemos quando não podemos? E de arriscar, a modo de resposta: Quando não podemos... *podemos-não*.

O “não poder”, muitas vezes pode se tornar num “não poder mais aquilo” que estava sendo indicado para eu fazer. Ou, melhor dizendo, num *poder-não* fazê-lo. Porta aberta para um fazer outro; para uma possibilidade outra. A força criativa da vida se faz presente quando a vida parece não ter mais do que um fim próximo. Mas, para isto acontecer, é preciso antes de tudo mudar o nosso olhar sobre a Realidade, expandindo as significações já apreendidas para outras possíveis e ainda por aprender. Assim, quando nos dizem que não podemos mais, temos que suspeitar que ainda podemos mais um pouco. A pergunta agora é, como (re)conhecer em nós esta potência de poder mais um pouco, para além do que nos (in)formaram? E como contaminar os outros a suspeitarem desta potência que habita em nós, mas que precisa dos outros para se expandir?

Vou simplificar muito, mas quero dizer que a alegria é tudo o que consiste em preencher uma potência. Sente alegria quando preenche, quando efetua uma de suas potências. (...) E o que é a tristeza? É quando estou separado de uma potência da qual eu me achava capaz, estando certo ou errado. «Eu poderia ter feito aquilo! mas as circunstâncias... » ou bem não era permitido, etc. É aí que ocorre a tristeza. Qualquer tristeza resulta de um Poder sobre mim. (...) efetuar algo de sua potência é sempre bom. É o que diz Spinoza. Mas isso traz problemas. É preciso especificar que não existem potências ruins. (...) O ruim é o menor grau de potência. E este grau é o Poder. O que é a maldade? É impedir alguém de fazer o que ele pode, é impedir que este alguém efetue a sua potência. Portanto, não há potência ruim, há Poderes maus. E talvez todo Poder seja mau por natureza. Não, talvez seja muito fácil dizer isso. (...) A confusão entre Poder e potência é arrasadora, porque o Poder sempre separa as pessoas que lhe estão submissas, separa-as do que elas podem fazer. (DELEUZE; PARNET, 1988-1989)

Voltando para a questão a respeito do possível e impossível, talvez seja útil refletir sobre aquilo que “Aristóteles chama de *dynamis*, potência (um termo em relação ao qual convém recordar que significa tanto potência como possibilidade” (Agamben, 2015, p245), e que, portanto, é anterior ao ato. Não estamos falando neste momento da *potência de agir* em relação à Teoria dos Afetos proposta por Spinoza – mais à frente, voltaremos a este filósofo – senão da *potência do pensamento*, na qual entendemos – segundo Aristóteles – que aquilo que está em potência não está em ato, e enquanto permaneça neste estado terá tanto *potência de sim* acontecer como *potência de não* fazê-lo. Assim, entenderemos que “toda potência é impotência do mesmo e em relação ao mesmo [do qual é potência (...)]” (Aristóteles, 2002, livro 9, 1046a apud Agamben, Ibid, p.249). Mas, temos que compreender que esta “‘impotência’ não significa aqui ausência de toda potência, mas potência de não (passar ao ato)” (idem). É precisamente esta *potência de sim* e *potência de não* – constituintes da potência humana – o que vai diferenciar os homens dos demais seres viventes.

Os outros viventes podem apenas sua potência específica, podem só este ou aquele comportamento inscrito em sua vocação biológica: o homem é o animal que *pode a própria impotência*. A grandeza da sua potência é medida pelo abismo da sua impotência. (...) Poderíamos ser tentados a ver nessa doutrina da natureza anfíbia o lugar em que o problema moderno da liberdade poderia encontrar seu fundamento. Pois a liberdade como problema nasce precisamente do fato de que todo poder é, imediatamente, também um poder não, toda potência é também uma impotência. Autenticamente livre, nesse sentido, seria não quem pode simplesmente cumprir este ou aquele ato, mas aquele que, mantendo-se em relação com a privação, pode sua impotência. (AGAMBEN, Ibid. p.250)

Mas, se bem é certo, como chama a atenção o próprio Agamben, que a questão da liberdade não pode ser tratada a partir do ponto de vista do pensamento grego antigo, pois, para eles, o conceito de liberdade estava associado ao status e à condição social – da qual ficavam excluídas, dentre outros, as mulheres, os escravos e os estrangeiros – para nós, que vivemos numa sociedade ainda atravessada, em parte, pelo pensamento da Modernidade – que se manifesta, dentre outras tantas maneiras, pela permanência até os dias de hoje dos Estados Soberanos como forma de governo e controle das pessoas –, cabe perguntar-nos não só a respeito do ato, como também das condições de possibilidade do mesmo. Ou, melhor dizendo, cabe perguntar-nos se este ato teve na sua emergência – o pensamento – garantidas tanto a sua *potência de sim* quanto a sua *potência de não*.

Neste sentido, se pensamos na noção de *biopoder* proposta por Foucault¹¹, na qual “o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte” (1999, p.130), iremos propor que na nossa atualidade, o biopoder vai se caracterizar, também, por *fazer-dizer* e *deixar-pensar*, entendendo este “deixar-pensar” como um pensar inserido dentro do possível de ser pensado. Melhor dizendo, dentro daquilo inserido como possível no repertório do pensamento. Assim, o biopoder, operando no nível cognitivo, afetará a potência de agir dos corpos, anulando deste modo a possibilidade de agir livremente. E se assim fosse, poderíamos continuar afirmando – como comumente se diz – que “querer é poder”? É este “querer”, um querer potente?

Numa sociedade como as nossas atuais, onde o biopoder “já não se incumbe de fazer viver, nem de fazer morrer, mas de *fazer sobreviver*” (Pelbart, 2013, p.26), temos que procurar a causa da diminuição da *potência de agir* na perda ou impossibilidade da *potência de não*. Ou, dito de outro modo, se a potência do pensamento foi restringida na sua potencialidade, tornou-se ela impotente? E de um pensamento impotente, pode ser gerado algo mais do que atos impotentes?

E se resistir fosse uma tentativa de recuperar a potência da vida... podemos fazer outra coisa mais do que resistir?

Pensemos – segundo o já explicado – que se o que está em potência não está em ato, enquanto algo permaneça neste estado, terá tanto *potência de sim* acontecer como *potência de não* fazê-lo. O que vai resolver, então, que se passe da potência ao ato? Agamben (2008, p. 26), a respeito disto diz que “crer que a vontade tenha poder sobre a potência, que a passagem ao ato seja o resultado de uma decisão que põe fim à ambiguidade da potência (...) – é precisamente a perpétua ilusão da moral”.

Se não for a vontade o que permite a passagem da potência ao ato, temos como continuar afirmando – como comumente se diz – que “querer é poder”? Há algum lugar, entre a potência e o ato, onde este “querer” se insere? E se ao invés de chamar de “querer” o chamássemos de “desejar”, há lugar para este desejo entre o pensamento e o ato? Mas, entendamos este “desejo” não como a psicanálise Lacaniana o entendeu, no sentido de uma

¹¹ Entendendo que para Foucault o biopoder será uma tecnologia que terá por objetivo e objeto a vida mesma, “a velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (Foucault, Ibid., p.131).

falta como motor do desejo¹². O desejo, entendido como Deleuze propôs, é a potência que transborda, e enquanto tal, a força que me leva a acionar.

Seria preciso dizer a um só tempo: você já o tem, você não sente um desejo sem que ele já esteja aí, sem que ele se trace ao mesmo tempo que seu desejo – mas, também: você não o tem e você não deseja se não consegue construí-lo, se você não sabe fazê-lo, encontrando seus lugares, seus agenciamentos, suas partículas e seus fluxos. Seria preciso dizer a um só tempo: ele se faz sozinho, mas saiba vê-lo; e você deve fazê-lo, saiba fazê-lo, tomar as boas direções, correndo risco e perigo. Desejo: quem, a não ser os padres, gostaria de chamar isso de “falta”? Nietzsche o chamava Vontade de potência. Podemos chamá-lo de outro modo. Por exemplo, graça. Desejar não é de modo algum uma coisa fácil, mas justamente porque ele dá, em vez de faltar, “virtude que dá”. (DELEUZE; PARNET, 2004, pp.107-108)

Ainda que seja uma tarefa difícil tentar aproximar estas duas questões – *potência de não e desejo* – arriscaremos a perguntar(nos): Qual poderia ser uma relação possível entre pensar, desejar e agir? Pois, sendo o *desejo* uma potência que transborda se tornando ato – portanto, anterior ao mesmo – e se, segundo o proposto, na atualidade do nosso viver nas cidades, a *potência de não* se encontraria – se não inibida, pelo menos – diminuída, este desejo é um desejo potente? Assim, segundo o que estamos propondo, se fosse anterior ao ato, teríamos que ter a opção de “desejar *poder-não*” para que este poder agir estivesse em potência. Mas, se no nível do pensamento estivesse sendo excluído este *poder-não*, reduzindo-se o campo do possível a uma única possibilidade de escolha – na qual não se possa mais do que desejar aquilo, ou, melhor dizendo, *não possa-não desejar*, negando-se a possibilidade de *poder-não* –, nossos atos estariam sendo atos que carecem de potência na sua emergencia. Se assim for, o que está acontecendo com o nosso *poder-não-poder* nas atuais sociedades ocidentais? A respeito disto, podemos pensar, segundo proposto por Agamben (2008, op. cit., p.25), que “a nossa tradição ética procurou várias vezes dar a volta ao problema da potência reduzindo-o aos termos da vontade e da necessidade: não aquilo que *podes*, mas aquilo que *queres* ou *deves* é o seu tema dominante”. Neste sentido, quais produções de desejo e quais deveres estão conformando atualmente o nosso repertório de possibilidades? E quais dispositivos estão sendo ativados para diminuir a nossa força vital? Se pensarmos que esse repertório – condicionado pelo dever-querer – condicionará da sua vez a *potência do pensamento*, limitando a potência de agir ao “eu devo-eu quero”, não haveria

¹² “Jamais, em nossa experiência concreta da teoria analítica, podemos prescindir de uma noção da falta do objeto como central. Não é um negativo, mas a própria mola da relação do sujeito com o mundo” (LACAN, 1995, p. 35)

nesta passagem ao ato uma liberdade de agir. Pelo menos não se neste “dever-querer” se exclui a possibilidade de *poder-não* desejar, *poder-não* fazer. Logo não haveria, como consequência, uma ação potente, pois no nível do pensamento o que falta é a *potência de não* como alternativa à *potência de sim*. E se assim for, talvez nas nossas atuais sociedades ocidentais estejam gerando-se as condições para tornarmos uma sociedade de impotentes.

Chegado nesse ponto, talvez seja necessário deixar claro que quando fazemos referência à retirada da *possibilidade de não* do repertório do pensamento, não estamos nos referindo à anulação da palavra “não” no cotidiano das pessoas, senão a uma questão muito mais complexa: a instauração de um Sim hegemônico que operará expulsando do repertório algumas das possibilidades, tornando-as impossíveis de serem pensadas, limitando com isso a potência de agir. Lembremo-nos do acontecido na Vila Brandão, quando as pessoas ainda não sabiam que podiam não aceitar o Contrato de Comodato imposto pelo Yacht Club, pois essa instituição tinha lhes informado que aquela área toda lhe pertencia. Sendo essa instituição privada quem estabeleceria o que poderia ou não ser feito, montou-se um Sim hegemônico que condicionou às negociações a serem desenvolvidas dentro das margens possíveis que o Contrato estabelecia (assim, se conseguiu negociar o prazo de duração do mesmo, estendendo-o de cinco para 25 anos). Mas, quando a advogada da Defensoria Pública lhes informou que o Yacht Clube também não era o dono da área na qual se encontrava a quadra, as margens se expandiram, incorporando-se ao repertório de possibilidades dos moradores da Vila não só as alternativas de negociar dentro dos termos impostos pelo Clube quanto também a possibilidade de *poder-não* querer esse Contrato, e com isso, poder também agir contra as obras impostas pela vizinha instituição.

Olhando para essa situação, podemos entender que nas atuais sociedades a *possibilidade de não* se encontra geralmente substituída por diversos “não” que na prática não atuam como alternativas diante do Sim hegemônico, senão como funções restritivas, sendo afinal de contas desdobramentos desse Sim maiúsculo que, restringindo o campo do possível, limita as possibilidades do pensamento, despotenciando assim a vida mesma.

Pensemos num exemplo a respeito de algo sequer impossível de se pensar. Pensemos na possibilidade de voar. Não posso pensar em voar se não for através de algum elemento anexado ao meu corpo ou permanecendo dentro de algum aparelho que consiga voar, como um avião. Posso, talvez, sonhar com isso, voar em sonhos, mas, voar com meu próprio corpo sem precisar de mais nada, é possível ser pensado como algo real e realizável? Se não

impossível, pelo menos para muitos será difícil demais, e talvez isso se deva ao fato de que nos retiraram do repertório do pensamento a possibilidade mesma de pensá-lo. Mas, cuidado, isso não significa que para um corpo seja impossível voar, senão que, pelo menos na nossa Realidade, o voar teria ficado excluído do campo do possível. E se pudéssemos in-corporá-lo? O que mais poderíamos? Talvez não seja a questão, deixar de tentar voar, senão de começar a mudar a Realidade que o impede, introduzindo nela outras realidades onde isso seja possível.

Como propomos anteriormente, a retirada da *potência de não* do repertório de possibilidades do pensamento não guarda relação com a própria palavra “não”, senão com as impossibilidades de poder pensar por fora do Sim hegemônico que diariamente vai (com)formando a nossa Realidade. Nesse sentido, há realidades que simplesmente já nem sequer são possíveis de serem pensadas.

Agora, como resolver esse dilema? Como recuperar a potência, reintroduzir as possibilidades no nível do pensamento quando muitas delas são impensáveis? A respeito disso, iremos propor que o corpo, sendo potência disruptiva, será capaz de agir de maneiras surpreendentes, ainda impensáveis, gerando desvios que instaurem – a nível do pensamento – novas possibilidades que possam expandir o repertório. Mas, para propor isso, teremos que abrir o debate para além da *potência do pensamento* proposta por Aristóteles, nos aproximando também para uma outra potência, proposta por Spinoza: a *potência de agir*, considerando os corpos como capazes de afetar e de serem afetados por outros corpos, aumentando ou diminuindo, nesses encontros, a potência de agir.

E se o corpo é uma força que transborda, segundo o proposto por Deleuze não será o pensamento o que vai nos impulsar a acionar, senão o desejo. Mas, à diferença do que a Psicanálise propôs, entenderemos que o desejo não vai ser nem falta nem produção individual, senão aquilo que será tecido *junto-com* um outro, e por tanto, precisaremos desses outros para poder tecê-lo em mútua co-afetação.

2.1 A POTÊNCIA DOS ENCONTROS *CORPO-A-CORPO*

O encontro é a possibilidade de nos encontrar com outros modos de pensar e de fazer (*na*) cidade. Mas para se produzir o encontro precisa-se de algo mais do que o simples estar no mesmo lugar ao mesmo tempo. É algo mais complexo do que a junção de pessoas num

tempo e espaço em comum. Se encontrar é se (re)conhecer. É poder (voltar a) conhecer o outro de uma outra maneira, diferente da que eu poderia aceder sem a participação dessa pessoa nesse (re)conhecimento. É dar ao outro a possibilidade de falar e é me dar a possibilidade de me afetar por essa fala que vem de uma outra existência. E, para isso, não é suficiente o fato de só estar circunstancialmente um do lado do outro. O encontro, em palavras de Fernanda Eugénio e João Fiadeiro, “é uma ferida” aberta.

O encontro só é mesmo encontro quando a sua aparição accidental é percebida como oferta, aceite e retribuída. Dessa implicação recíproca emerge um *meio*, um *ambiente mínimo* cuja duração se irá, aos poucos, desenhando, marcando e inscrevendo como paisagem comum. O encontro, então, só se efectua – só *termina* de emergir e começa a acontecer – se for reparado e consecutivamente contra-efectuado – isto é, assistido, manuseado, cuidado, (re)feito a cada vez *in-terminável*. (EUGÉNIO; FIADEIRO, 2012, p.1)

O encontro é uma ferida aberta, mas não só ferida, como também o que a gera! O encontro fere ao mais íntimo dos nossos saberes que tentam homogeneizar os outros inserindo-os dentro do mesmo padrão onde estamos aprendendo a nos inserir para conseguir nos (Bem) adaptar e viver harmoniosamente. Mas qual o custo desse “harmonioso”?

O *encontro* do qual estamos tratando, não é o encontro dos “iguais” senão das diferenças; e como aproximá-las sem perdê-las. E se nós mesmos somos desiguais, cabe perguntar-nos o porquê de tanto empenho em pretender criar uma sociedade de iguais? Pois, uma coisa é que todas as pessoas que habitam a cidade tenham acesso aos mesmos direitos civis e outra distinta é pretender anular suas diferenças que criam diferentes necessidades e modos de viver *junto-com* nas cidades. E para poder compreender que há outras necessidades diferentes das minhas, eu preciso me confrontar com aqueles que as possuem, mesmo que esse encontro gere um conflito. E ainda bem que é assim! Pois se conseguíssemos entender que estes conflitos terão a sua origem dentro dos campos de saberes de cada um, ao invés de tentar acalmar as diferenças, poderíamos deixar aberta mais um pouco essa ferida para tentar ver *através* desse outro quais outros modos de viver eu poderia incorporar.

Nos conflitos, as tensões serão os sinais que evidenciarão que, após a tentativa de sermos fixados numa identidade única e identificável, algo que achávamos firme se mexe; algo que estava se endurecendo, volta ao movimento. E o movimento, ainda que “doloroso”, é uma potência própria da vida. Ou como dissera o célebre personagem de Cervantes, Dom Quixote de La Mancha, na versão cinematográfica de Orson Wells (1992)... “Latem, Sancho, sinal que cavalgamos”.

*Eu tô te explicando pra te confundir,
Eu tô te confundindo pra te esclarecer,
Tô iluminado pra poder cegar,
Tô ficando cego pra poder guiar.*
(Élton Medeiros - Tom Zé. Tô)

2.2 poder não poder não poder: Uma questão de meios. Ou como desviar(nos) dos fins?

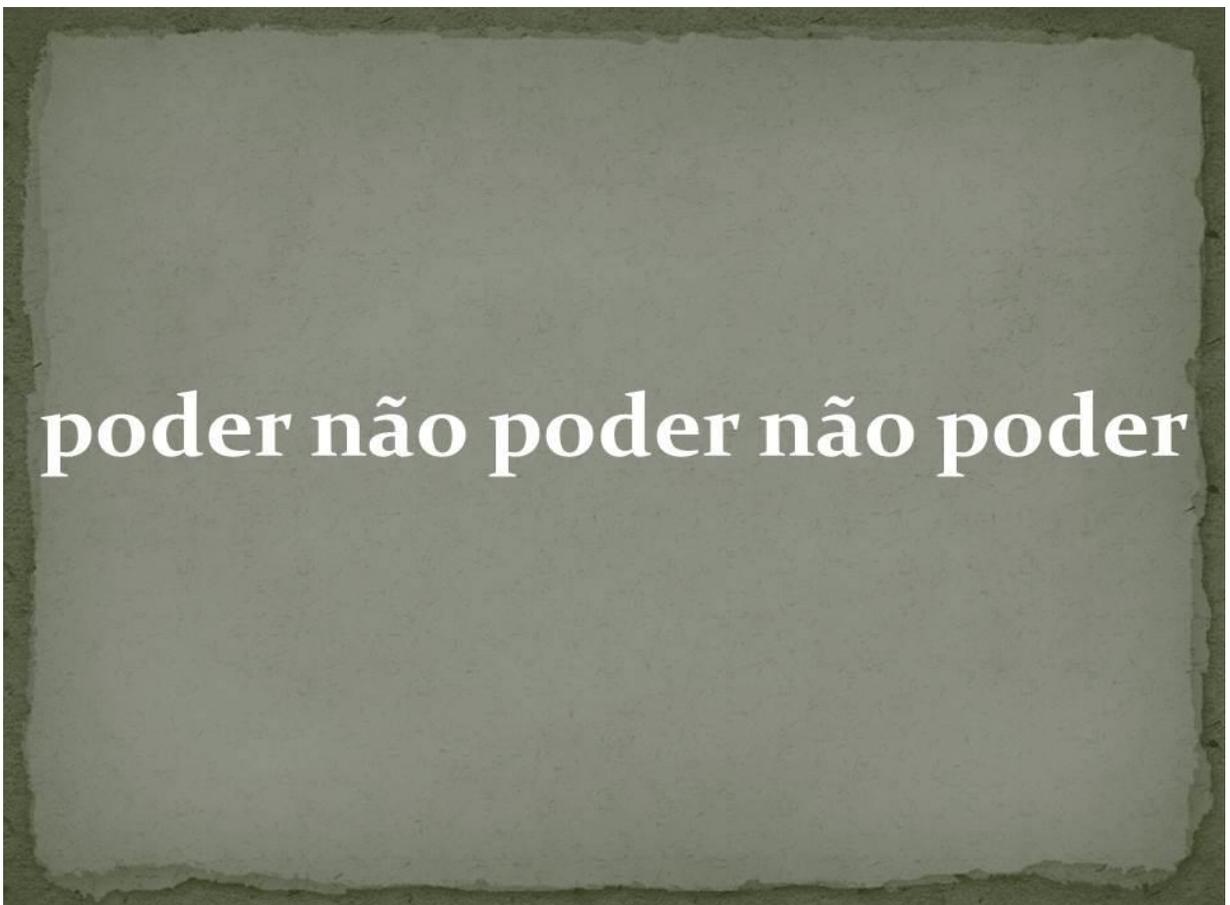


Figura 16. poder não poder não poder (Fonte: Santiago Cao, 2014)

Na imagem anterior proponho um jogo, convido-os a realizar a experiência de ler essa frase da direita para a esquerda num intervalo de cinco tempos ou momentos (um por palavra). Seguindo essa lógica, iniciarei o jogo a partir da afirmação “posso!”, dando lugar ao primeiro desses momentos:

PODER

Diante desse posicionamento, o biopoder, na tentativa de diminuir a potência dos corpos, irá se manifestar *através* de um discurso hegemônico dizendo “não, você não pode”, impondo, assim, a impossibilidade como modo de produção de Realidade, e conformando dessa maneira o segundo momento da frase em questão:

NÃO-PODER

Mas, se como dissemos anteriormente, vamos procurar afirmar-nos na potência da vida, diante da negativa imposta iremos perguntar “que podemos quando não podemos?”, instaurando como alternativa:

PODER-NÃO-PODER

Agora, manter-nos ali não é tão fácil quanto parece. Continuamente somos (in)formados em modos limitados de viver em sociedade. Participamos de imaginários coletivos onde as várias formas de “não” fazem parte daquele “Sim” hegemônico ao qual fizemos referência no começo deste texto. E para (Bem) adaptar-nos, iremos resignando as possibilidades de uma vida potente, aceitando que nem tudo é possível, afirmando diariamente a impotência manifesta numa dupla negação:

NÃO-PODER-NÃO-PODER

Como resolver esse dilema? Como instaurar a afirmação potente entre tanta cotidiana negação de uma vida potente? Quando dizem para nós que nem tudo é possível, se faz necessário perguntar-nos: (im)possível para quais modos de produção de Realidade? Talvez, para uma Sociedade de Consumo como a nossa – de pensamento binário, produtivista e com o olhar posto nos fins – certas questões nem sequer são possíveis de serem pensadas. Mas, isso não significa que as mesmas sejam impossíveis, senão, (im)possíveis. Melhor dizendo, são apresentadas para nós com a negativa à frente. Pensemos então em alguns destes impossíveis e procuremos as maneiras de torná-los possíveis. Voltemos a pensar novamente naquela

possibilidade de voar; mas, lembremos, não com elementos acessórios adicionados ao corpo nem ficando dentro de um avião. Pensemos em voar mesmo. Em poder fazê-lo; como os pássaros o fazem... voar sem precisar de mais nada do que o próprio corpo. Podemos? É muito provável que não. Pelo menos se o pensarmos da maneira na qual fomos ensinados a estruturar o pensamento. E, se pensássemos de outra maneira? Poderíamos?

Vou propor um outro exercício, dessa vez tomando o nosso próprio corpo como lugar de experiências, aonde procurar estes impossíveis apreendidos. E daí, tentaremos desmontar a lógica incorporada para propor outra que introduza o possível no jogo. Mas, para isso, peço para vocês realizarem a experiência de pular, e enquanto ainda estiverem no ar, gritarem “Posso não cair!”. Mas peço não só pensar nesta ação, senão, realizá-la, acioná-la mesmo, para testar o que pode o nosso corpo para além do que o pensamento (in)forma.

Vou fazer também, a tentativa.

...

Acabei de pular três vezes, sem sequer poder finalizar a frase. “Posso não ca...” foi o máximo que consegui dizer antes de cair e tocar o chão. Talvez o motivo disso acontecer, seja o efeito de uma força gravitacional operando sobre meu corpo. Pelo menos se acreditamos naquilo que a Física clássica explicara a respeito, motivo pelo qual ao pular, iremos cair.

Através deste campo de saberes, perguntemos(nos): posso não cair? E, de frente para o corpo caindo, iremos afirmar o “poder (também) não cair”, dando lugar ao primeiro momento que chamaremos:

PODER (NÃO CAIR)

Diante disso, a Realidade que habitamos e nos habita vai nos responder que não é possível “não cair”, instaurando a negativa à frente, entrando assim no segundo momento da frase:

NÃO-PODER (NÃO CAIR)

E, se como já fizemos, nos perguntássemos a respeito daquilo que posso quando não posso? Melhor dizendo, se alterássemos a ordem das palavras dentro da oração mesma, colocando a afirmação à frente. Se quando não posso, *posso-não*, a pergunta em questão poderia ser respondida da seguinte maneira:

PODER-NÃO-PODER (NÃO CAIR)

Mas, diante da imagem do nosso corpo sendo atraído para o centro da Terra, o pensamento binário imperante, não podendo ver na queda alguma outra opção além do “cair ou não cair”, instalará novamente a impossibilidade presente na dupla negação

NÃO-PODER-NÃO-PODER (NÃO CAIR)

Chegado neste ponto, e na tentativa de não ficar atrapalhados num jogo de nunca acabar, é preciso entender que se essa impossibilidade se gesta no binário “sim ou não”, o que temos que fazer é desmontar o excludente “ou”. Melhor dizendo, desmontar o pensamento binário, excludente de possibilidades outras e simultâneas ao ato de “cair”. Para isso, será necessário entender este “*poder-não*”, não como uma negação da queda em questão, senão como a inclusão da possibilidade do “também cair”. E, com isso, a instauração do “e”, dando lugar ao “sim e não”. O “e” opera na medida de um salto qualitativo. É a instauração não só da possibilidade – diante do excludente “ou” –, quanto também é a abertura para outros olhares "sobre", e com isso, a opção de mudar o foco dos fins para os meios.

Para explicar melhor esta ideia, voltemos para o exemplo do pulo. Mas, agora proponho que imaginemos um corpo pulando de um ponto tão alto que a distância até o chão seja suficiente para não só dar tempo de poder dizer a frase “posso-não cair”, como também ter tempo para perguntar(se): “estarei podendo (também) não cair?”. Ou, melhor ainda... pensemos em duas pessoas caindo. Uma delas gritando “Posso-não cair!”, e a outra, ainda acreditando que aquilo é impossível, cai emitindo gritos de terror. Assim, afirmando o não poder, essa última pessoa sabe-se impotente, sem possibilidades outras mais do que cair ou cair, desejando talvez que algo ou alguém a salve, pois, ela por si mesma já não pode fazer nada. E, na impotência, com o olhar focado no iminente fim, seu corpo se paralisa sem poder outra coisa mais do que ficar à espera do golpe contra o chão que irá pôr fim à sua vida.

A outra pessoa caindo ao seu lado, afirma que (também) pode-não cair. Assim sendo, além de cair, o que mais poderá? Poderá, por exemplo, voar. Ou acaso voar não é (também) permanecer fora do chão, no ar? Segundo esta maneira de pensar – e até seu corpo bater contra o chão – essa pessoa poderá (também) voar. Imaginemos então, a alegria que poderia sentir ao se saber voando! Ao saber que, antes de morrer, conseguiu até o impossível mesmo: Conseguiu voar!

Neste momento da reflexão, gostaria de trazer o incômodo que um homem manifestou sentir durante uma palestra que compartilhei há um tempo, logo após ter proposto

pensar nesta situação. Esse homem levantou alguns questionamentos sobre a inutilidade de pensar se essa pessoa se encontraria (também) voando ou não, pois, afinal de contas, tanto uma quanto a outra caindo do seu lado acabariam mortas ao bater contra o chão. E esse é um ponto que quero abrir, pois, ali fica o problema de quem decide colocar o olhar na chegada e não no percurso. Nos fins antes do que nos meios. Pois, se bem é certo que ambas as pessoas acabarão mortas, ao mirar para os seus cadáveres poderemos, talvez, observar neles dois gestos diferentes. Em um, quiçá encontremos uma expressão de terror, própria de quem sabe que não pode fazer mais nada do que aguardar olhando para aquele próximo e garantido final. No outro, talvez encontremos um gesto de alegria, próprio de quem conseguiu (também) voar. E nisto radica a grande diferença entre uma e outra perspectiva: de sermos afetados pelo terror ou pela alegria. E com isso, a possibilidade de viver uma vida potente ou uma impotente, pois, se o pensarmos em relação à questão apresentada a respeito dos afetos – entendendo-os, lembremos, como aquilo que nos afeta aumentando ou diminuindo a potência de agir – perceberemos que enquanto os medos e as tristezas nos paralisam, nos retiram as possibilidades, a alegria nos expande em movimentos, devolvendo-nos à afirmação de uma vida potente, desejante, digna de ser vivida.

Neste sentido, consideramos que não é tão importante pensar aonde vai finalizar o movimento, ou se a duração do mesmo será maior ou menor. Tampouco importa se ao final da queda essas duas pessoas acabarão mortas, pois, não o duvidamos... tarde ou cedo também vocês e eu o estaremos. Ninguém vive para sempre. Mas também não é necessário viver para morrer. Vivemos para transitar a vida, e evitar “pular” não nos põe a salvo de perdê-la. Sem arriscar-nos, só poderemos garantir uma morte segura. Mas teremos perdido a possibilidade de descobrir que (também) era possível voar nesta vida.

Há algo no desejo de voar na foto de Ives Klein. De braços abertos, de peito aberto, olhando para o céu como quem acredita ser capaz de voar. Mas ouvesse desde sempre que voar é impossível. Desde crianças tentamos e desde crianças descobrimos nossa impotência. Mesmo que nem todo mundo saiba que talvez a única função real da arte seja exatamente esta, nos fazer passar da impotência ao impossível. Nos lembrar que o impossível é apenas o regime de existência do que não poderia se apresentar no interior da situação em que estamos, embora não deixe de produzir efeitos como qualquer outra coisa existente. (...) Se a atrofia atingiu nossa linguagem de forma tão complexa, a ponto de ela nos impedir de imaginar figuras alternativas, (...) então é hora de ir em direção ao fundamento e bater contra o chão. (...) Era um pouco o que Schoenberg dizia a Cage: “Você compõe como quem bate a cabeça contra a parede”. Para o quê a única resposta possível era: “Então melhor bater a cabeça até a parede quebrar”. (SAFATLE, Op. cit., pp. 35-36)

Agora bem, na tentativa de enriquecer o debate a respeito, iremos trazer o relato de uma situação na qual uma outra pessoa questionou a possibilidade de (também) voar. “Pessoas não voam”, disse para mim. “Podem, talvez, levitar em circunstâncias muito especiais, fora da gravidade, etc. Quem está caindo não está voando”. Diante dessa afirmação, e tentando sair do binário “cair *ou* voar” para incorporar a complexidade do “cair *e* voar” propus para ela pensar *através* da seguinte situação: Imaginemos que estamos na sala de um apartamento num sexto andar, conversando sentados de frente para uma janela. E enquanto conversamos podemos também ver o que *através* dela seria possível ver. Assim, num momento dado, vemos que do lado de fora passa um pássaro. “O que foi isso?” – pergunta um de nós que não conseguiu identificar claramente aquilo – “Passou um pássaro voando” – responde outro que nesse instante estava olhando pela janela. Não há nada que até agora chame a nossa atenção, pois sabemos que pássaros voam. Mas uns instantes depois essa mesma pessoa que olhava pela janela emitiu um grito. “O que foi?” – perguntamos-lhe – “Passou uma pessoa caindo” – responde, afetado pela situação que presenciou. Assim, *através* da nossa janela ficamos sabendo que o pássaro passou voando (pássaros voam) e que a pessoa passou caindo (pessoas não voam, pessoas caem).

Mas, a situação não acaba aqui, pois, como habitamos numa cidade onde há mais prédios, há também outras janelas, e com isso, outros pontos de vista *através* dos quais é possível observar realidades diferentes da que podemos observar do lugar onde estamos. Assim, imaginemos que frente ao nosso apartamento há um prédio que tem uma janela, e que *através* dela é possível ver não só a nossa quanto também a janela do apartamento acima da gente. Imaginemos que, ao mesmo tempo em que o nosso colega se encontrava olhando *através* da janela, naquele prédio à frente uma outra pessoa também se encontrava olhando em nossa direção. Assim, do ponto de vista dela, essa pessoa viu aquilo que nós não tínhamos podido ver. Viu que no andar acima do nosso havia um homem limpando o lado de fora dos vidros da sua casa. E, olhando para ele, viu como um pássaro bateu de frente contra aqueles vidros limpos. E a batida foi tão forte que o pássaro caiu. O homem que se encontrava limpando os vidros ficou surpreso pelo impacto e, tentando ver o que foi aquilo que bateu perto dele, esticou o corpo ainda mais para fora. Na tentativa de olhar mais um pouco, perdeu o equilíbrio e caiu. Assim, enquanto o vizinho da frente viu que tanto o pássaro quanto a pessoa passaram caindo pela frente da nossa janela, o nosso colega, talvez condicionado pelos saberes que nos informam que fora do chão, no ar, pássaros voam e pessoas caem, viu *através* da janela que o pássaro passou voando e a pessoa passou caindo.

A questão, então, não é decidir quem tem a razão, senão pensar que a realidade é mais complexa do que um *ou* outro ponto de vista. E que as duas afirmações foram produzidas por diferentes olhares *através* de diferentes janelas. Assim, cada saber produzido por cada olhar afetará de uma ou de outra maneira. E se para o nosso colega o pássaro passou voando, nós não tentaremos lhe fazer acreditar na queda. Mas também guardaremos para nós o nosso direito de olhar para uma situação *através* de outros pontos de vista que, sem se opor, possam (com)por outras possibilidades e, com isso, outros modos de afetação que aumentem a potência de agir. Se pensamos nas janelas como sendo diferentes pontos de vista; e a cidade como o espaço mais propício para a coexistência dos diferentes pontos de vista, na tentativa de afirmar esta coexistência de saberes iremos propor que, ao invés de nós desistirmos de (também) voar, continuaremos insistindo nesta possibilidade. E aos que só conseguem olhar para a queda, deixaremos-les continuar batendo contra o chão até o chão quebrar (ou até ficarem sem “chão”).



Figura 17. Yves Klein – Leap into the Void [Salto no vazio] (Fonte: Harry Shunk, 1960)

Diante da pergunta Spinoziana a respeito do que pode um corpo, poderemos também nos perguntar, o que pode um corpo quando lhe informam que não pode? E nos arriscar a responder: *pode-não*.

Desta maneira, e segundo o proposto, no traspasso do “não poder” ao *poder-não*, observamos que há uma possibilidade de abertura para o movimento, e dessa forma, se pensarmos em meios e não em fins, todo movimento nos oferecerá o encontro com uma possibilidade outra que não teria tido lugar se não tivéssemos começado a nos mover.

E se, segundo Spinoza, (Op. cit., P. III, Prop. 2, Esc.) “ninguém determinou, até agora, o que pode o corpo”, tensionando essa afirmação, nos arriscaremos a supor que há um poder no “não saber o que pode um corpo”, ou dito de outra maneira, por *poder-não* saber o que pode um corpo, será que poderemos alguma outra coisa? Pois, enquanto “saibamos”, saberemos tanto o que podemos quanto o que não podemos, limitando-nos nesse repertório de possibilidades restringidas. Mas, quando não sabemos, também não sabemos o que não podemos, podendo então um outro pouco. Porém, será necessário compreender que esse “não saber” não é sinônimo de ignorância ou falta de conhecimento, nem tampouco é oposto ao saber, senão que – por poder (também) não saber sobre algo – será a possibilidade simultânea de poder também saber outra coisa a respeito.

E se no nível do pensamento entendermos a potência enquanto possibilidade, haverá uma potência no “não saber”, capaz de expandir o nosso repertório de possibilidades, incluindo nele os modos outros, que *através* dos outros, serão oferecidos para nós. Mas, também, se entendermos a potência como propôs Spinoza, proporemos que também precisaremos associar-nos *junto-com* outros corpos para aumentar a nossa *potência de agir* diante das inclemências de Sociedades que procuram cotidianamente nos retirar as nossas capacidades de desejar viver uma vida potente.

2.3 RESISTIR E RE-EXISTIR: Os encontros como produção não hegemônica de sociedade

Se a vida é que está em questão, podemos outra coisa mais do que resistir? E se nem toda resistência é um ato político, como fazer para recuperar a nossa existência política numa sociedade que tenta nos tornar meros sobreviventes?

Fiquemos pois, por ora, nesse postulado inusitado que Agamben encontra no biopoder contemporâneo: fazer sobreviver, produzir um estado de sobrevida biológica, reduzir o homem a essa dimensão residual, não humana, vida vegetativa, que o chamado "muçulmano" dos campos de concentração, por um lado, e o neomorto das salas de terapia intensiva, por outro, encarnam. A sobrevida é a vida humana reduzida a seu mínimo biológico, à sua nudez última, à vida sem forma, ao mero fato da vida, à vida nua. Mas engana-se quem vê vida nua apenas na figura extrema do "muçulmano", sem perceber o mais assustador: que de certa maneira *somos todos "muçulmanos"*. Até Bruno Bettelheim, sobrevivente de Dachau e Buchenwald, quando descreve o comandante do campo, qualifica-o como uma espécie de "muçulmano", "bem alimentado e bem vestido". Ou seja, o carrasco é ele também, igualmente, um cadáver vivo, habitando essa zona intermediária entre o humano e o inumano, máquina biológica desprovida de sensibilidade e excitabilidade nervosa. A condição de sobrevivente, de "muçulmano", é um efeito generalizado do biopoder contemporâneo, ele não se restringe aos regimes totalitários, e inclui plenamente a democracia ocidental, a sociedade de consumo, o hedonismo de massa, a medicalização da existência, em suma, a abordagem biológica da vida numa escala ampliada. (PELBART, op.cit., 2013, pp.26-27)

Se o biopoder “faz sobreviver” numa sobrevida impotente, será preciso antepor a esta condição de sobrevivência outra categoria que é a da *resistência*. Mas, como pensar em resistências que, para além de se opor à *sobrevida* imposta pelo biopoder, possam também se propor *junto-com* outros, na procura de outros modos potentes de viver em sociedade?

Chegado a esse ponto, poderíamos regressar à pergunta inicial que abriu o texto da presente Dissertação; a puxação que interrogava a respeito do “para que(m) serve o nosso conhecimento”. E, nesse sentido, pensar que talvez não seja a palavra “resistência” a que melhor se adegue para o que estamos propondo. Pelo menos, não se a compreendemos do ponto de vista da física clássica, que a considera como a força que exercerá um corpo contra qualquer outro que intente deslocá-lo. Se tanto temos insistido a respeito do *junto-com*, por que propor uma resistência frente ao embate das atuais práticas que viemos a chamar de Urbanismo de Bem-estar Comum, se a palavra mesma carrega nela a ideia de ir contra outro? Proponhamos então uma nova palavra. Pensemos numa *re-existência*. Na possibilidade de

existir em modos outros de existência. Mas, isso será possível se for *junto-com* um outro, pois os modos outros, possíveis, são os modos dos outros. E se um corpo tem como possibilidade poder afetar aos demais corpos aumentando ou diminuindo a potência, o fará de maneira simultânea ao acontecimento de ser afetado por aqueles corpos. Pensemos, então, numa *re-existência* como um acontecimento no qual não só sou afetado, mas que simultaneamente afeto, dando-lhe existência a um outro que nesse encontro vai me oferecer a alternativa de uma diferente e possível existência.

Neste sentido, iremos sugerir que não há resistência em solidão. E se compreendêssemos que além de resistir é possível (também) *re-existir*, voltar a existir de uma maneira não opressiva para a vida, e se pensarmos na alteridade como condição de uma existência que respeita os diversos modos de viver em sociedade, só poderei voltar a existir se for *através* do outro, porém, *junto-com* ele, lhe dando e obtendo existência numa ação conjunta e inseparável de (re)conhecimento. Identificamo-nos com os demais para sermos alguém, para ter existência, pois só temos existência se é para e com um outro. Existência móvel, dinâmica e em *contígua* trans(forma)ção pois cada um deles vai me ver de uma maneira diferente. Vemo-nos *através* dos outros e como cada um desses outros tem se visto *através* de outros que se viram *através* de outros, meu olhar sobre mim e sobre o mundo é um olhar da multidão. Olhar dinâmico, que não fixa nem me permite fixar. E, precisamente, vai ser no encontro com os demais onde eu vou poder me encontrar *em* modos diferentes, já não necessários, mas, sim possíveis. Esses outros – e seus outros *outros* – que vão me possibilitar deixar de *ser* para poder *estar* num novo estado contíguo. Mas um estado com “e” minúsculo, ou melhor dizendo, uma pluralidade de “e(s)” minúsculos, pequenos, que resistem e possibilitam *re-existir*, que fogem da contínua tentativa de serem fixados por um Estado que tenta identificar e fixar cada ser vivente num *Ser* contínuo, linear e único.

Quanto mais o cidadão metropolitano perdeu a intimidade com os outros, quanto mais se tornou incapaz de olhar os seus semelhantes nos olhos, mais consoladora se torna a intimidade com o dispositivo, que aprendeu a perscrutar-lhe tão profundamente a retina; quanto mais se desprende de qualquer identidade e qualquer pertença real, mais gratificante se torna para ele ser reconhecido pela Grande Máquina (...). Existo se a Máquina me reconhece ou, pelo menos, me vê; estou vivo se a Máquina, que não conhece sono e vigília, mas se mantém eternamente desperta, garante que estou vivo; não estou esquecido se a Grande Máquina registra os meus dados numéricos ou digitais. (...) E por detrás do dispositivo que parece reconhecer-me, não estão porventura outros homens, que não querem, na realidade, reconhecer-me, mas simplesmente controlar-me e acusar-me? (AGAMBEN, 2010, p.69)

Se não só somos vistos, se também vemos e ao ver criamos e damos existência ao outro, teria sentido pensar em resistências e *re-existências* sem nos encontrar *corpo-a-corpo* com esses outros?

Em tempos em que os canais de comunicação se transformaram em meios de (in)formação e a tecnologia deixou de ser um meio para se tornar um (inter)médio, um filtro entre as pessoas, o se encontrar se faz tão necessário como o respirar. Pelo menos se quisermos, além de encher os pulmões de ar insípido, poder desfrutar da rica multiplicidade de aromas que o mundo oferece a quem se dispõe a percorrê-lo.

A potência do encontro é a possibilidade de nos afetar, contaminando-nos com os modos de ver dos outros. E se, como dissemos, cada um de nós somos uma multidão de olhares que não fixam nem se deixam fixar ou identificar, a potência do encontro seria a possibilidade de uma *re-existência* na medida em que estaria se produzindo nele novas maneiras de pensar e de ver o mundo como assim também outras maneiras de habitar e produzir cidades.

E se entendermos a política como uma ação *junto-com*, será essa *re-existência* que nos permitirá não só poder resistir *contra*, senão também transformar a resistência num ato político e coletivo que possibilite expandir-nos simultaneamente nos dois tipos de movimentos, expandindo desse modo as possibilidades de viver uma vida potente.

Agora bem, a história que narrei sobre o acontecido na Vila Brandão – e que foi umas das situações que me afetaram em Salvador, me provocando para pensar a respeito da *potência de não* como condição para uma possível resistência – não acabou ali. O tema não é tão simples quanto parecia, e para complexificar o assunto, precisarei completar o relato incluindo nele outra situação que aconteceu na mesma Vila, alguns meses depois daquela reunião onde uma advogada pertencente à Defensoria Pública informou aos moradores dessa comunidade que o Yacht Clube da Bahia não era o dono daquelas terras, instaurando assim, no repertório de possibilidades, a opção de (também) *poder-não* aceitar o Contrato de Comodato. Contrato que, como dissermos, foi (im)posto pela citada instituição privada como sendo a única alternativa possível (lembramos aquela reunião informal que aconteceu na quadra, onde dois representantes do clube informaram para alguns dos vizinhos ali presentes, as intenções de construir naquela “área verde entre” mais uns estaleiros sem que eles pudessem fazer algo para evitá-lo).

Algumas semanas após aquela reunião com os advogados da Defensoria Pública, tive que viajar e me ausentar durante três meses da Vila. Parti com a calma de saber que as obras na quadra tinham sido interrompidas e que o posicionamento da comunidade era desfavorável para os interesses da vizinha instituição privada. Mas, com grande surpresa, após algumas semanas fiquei sabendo por intermédio de uma amiga que também morava na Vila, que a Associação de Moradores tinha mudado de opinião e novamente expressava o apoio para que o Yacht Clube da Bahia ocupasse aquela “área verde entre”, dando em contrapartida para a Vila aquela quadra de concreto “oferecida”. À distancia e sem maiores informações, fiquei confuso numa agonia que só se acalmou quando consegui regressar para Salvador.

Até então, as minhas possibilidades de compreensão se encontravam limitadas numa dualidade do pensamento que, a grandes traços, dividia categoricamente quem morava naquela Vila em dois grandes grupos: os que “resistiam” ao avanço do Yacht Clube; e os que se “venderam” apoiando o avanço dele. E nessa divisão, aqueles que integravam o primeiro grupo (do qual eu fazia parte) eram, por mim, considerados como os “bons”, enquanto os demais eram os maus, os vilões que tiravam proveito próprio descuidando do bem-estar da comunidade toda.

Sendo aquela “área verde entre” um espaço de conflito, do meu ponto de vista, considerava que quem desejava que aquela área fosse ocupada pelas pessoas da Vila, participava do desejo de um movimento que chamarei “de cá pra lá”. Pelo contrário, quem apoiava a ocupação da área pelo Yacht Clube, participava de outro movimento ao qual chamaremos “de lá pra cá”. Sendo em aparência opostos, estes movimentos se batiam de frente nesse ponto de conflito que representava aquela “área verde entre” o clube e a Vila. E, se como dissemos anteriormente, entendemos a “resistência” como um movimento que exercerá um corpo *contra* outro na tentativa de evitar ser deslocado por aquele, meu alcance de compreensão – limitado aos saberes que me afetavam naquele momento – permitiu-me compreender aquele movimento chamado “de cá pra lá”, como um movimento de resistência, pois, a intenção era garantir que a Vila Brandão pudesse no futuro continuar permanecendo onde atualmente estava.

Ao regresso da viagem, me encontrei com uma das vizinhas que integrava a Associação de Moradores. E como sentia confiança nela, aproveitei para lhe perguntar a respeito do porquê daquela mudança de posição da Associação frente às intenções do Clube.

– “Santi” – disse ela para mim – “já queríamos que o Yacht Clube avançasse e ocupasse logo aquela área verde, pois estava havendo muitas pessoas de fora da Comunidade olhando para ali e tínhamos medo que resolvessem se instalar e construir ali suas casas. Até agora a Vila não tem problemas com o tráfico, pois somos poucos e a gente se conhece muito, mas, se chegarem e se instalarem pessoas de fora, vai ser possível que também se instale o tráfico através delas. Ahhh, Santi, já queríamos que o Yacht Clube ocupasse essa área logo para evitar que essa situação acontecesse como já aconteceu em outras Comunidades”.

Fiquei perplexo com essa resposta! Surpreso ao tempo que maravilhado, pois, com seu modo de pensar, ela tinha me permitido entender a simplificação que estava operando no meu ponto de vista, o qual tinha reduzido tudo a dois movimentos opostos que se batiam entre eles; ao binário “Bons vs. Maus”, “Resistência vs. Opressão”, etc. E aquilo que parecia ser dois movimentos opostos e simultâneos batendo entre si naquela “área verde entre”, se transformava, nesta outra compreensão possível, em dois movimentos simultâneos, sim, porém paralelos. Melhor dizendo, já não o percebia como dois movimentos percorrendo uma mesma via em sentidos opostos, na qual a única alternativa possível – tanto para o “de cá pra lá” quanto o “de lá pra cá” – era o se bater um *contra* outro. Agora, ao expandir o ângulo de visão, podia entender que aqueles dois movimentos nunca haviam se enfrentado ente eles; que cada um dos seus trajetos os aproximava, mas não necessariamente se tocavam e ainda menos se batiam de frente. Olhando para este outro ponto de vista, a disposição se assemelhava muito a duas vias férreas que, ainda próximas uma da outra, permitiam que dois trens as percorressem e – cada um na sua própria via – pudessem se dirigir em sentidos contrários, mas não *contra*; se encontrando em algum ponto do caminho para depois continuar, cada um, na sua direção, porém afetados por esse encontro.

Compreendendo desta maneira, havia em ambos os grupos de vizinhos, intenções tanto de *resistir* quanto de *re-existir*. O que diferenciava uns dos outros eram seus pontos de vista e as suas construções em relação ao *contra* e o *junto-com*. Neste sentido, quem apoiava o movimento por nós chamado “de lá pra cá”, estava se associando *junto-com* o Yacht Clube da Bahia, sim, mas com intenções de *resistir contra* a entrada do tráfico na Vila Brandão. Assim também, os que participávamos da tentativa daquele outro movimento, o qual chamamos “de cá pra lá”, estávamos nos associando entre nós – *junto-com* – numa clara posição de *resistência contra* o Yacht Clube. Em resumidas palavras, nos dois grupos havia resistências que se articulavam em movimentos *contra* e *junto-com* outros, mas, foi esse encontro com a vizinha que me permitiu não só poder *resistir* quanto também poder *re-existir*, incorporando

seus modos de pensar, expandindo assim meu repertório de possibilidades sem que, com isso, sejam anuladas a nossas respectivas resistências.

A respeito disto, e regressando para uma questão já aberta neste texto, voltemos a nos perguntar: Como juntar as diferenças sem perdê-las? Como transformar essas diferenças em potencialidades outras que possam expandir o nosso repertório de possibilidades? Quiçá, graças à situação vivenciada na Vila Brandão, algo de tudo aquilo comece a produzir respostas que nos permitam arriscar(nos) em outras e possíveis perguntas que tenham a capacidade de expandir a nossa vida em modos outros e potentes de viver em sociedade.

E se estes movimentos propostos não fossem só da ordem da *resistência (contra)*, nem tampouco se tratasse unicamente de uma *re-existência (junto-com)*... seria possível pensar num movimento simultâneo que contemple ambas? Poderíamos chamá-lo de “movimento *contra-com*”?

CAPÍTULO 3

A PERFORMANCE COMO “TÁTICA DO SEGREDO”: OU ALGUMAS POSSIBILIDADES PARA PROPICIAR ENCONTROS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Continuando com a potência dos encontros como contaminadores dos saberes hegemônicos introjetados, e sendo que a minha prática está relacionada a um ramo das artes corporais chamada Performance, iremos pensar a respeito de como poderia a Performance participar dessa produção de desvios. Para o qual, arriscaremos uma resposta: provocando encontros nos espaços públicos.

Por esse motivo, e sendo a Performance uma arte que trabalha utilizando o corpo do artista como suporte de obra, ainda que sem negar essa categoria, iremos propor entendê-lo também como suporte de experiências e, portanto, como corpo político; imprescindível para um tipo de política capaz de desmontar os saberes hegemônicos: a política dos afetos.

Não estaremos interessados em trazer para esta questão os encontros gerados por megaeventos produzidos por companhias privadas em parceria com o Estado. Não estaremos interessados numa arte contemplativa nem que ocupe o lugar de centro, senão numa arte que possa ter a potência de afetar as pessoas desde as bordas mesmas das situações geradas. Ainda que, inicialmente, precise ocupar um lugar central para chamar a atenção daqueles que por lá estejam transitando. A Performance, assim entendida, poderá ser pensada como um instrumento capaz de gerar interferências no fluxo cotidiano gerando estranhamento nas pessoas que por ali transitam, provocando-as a se deter, e desse modo, a se encontrar umas com as outras.

Estas propostas não foram entendidas por mim de maneira individual, senão coletiva. Melhor dizendo, não são fruto de meditações em solidão, senão consequências de situações que me afetaram nas muitas práticas de Performance. Foram os outros e as situações ativadas durante cada uma das ações que me permitiram poder começar a falar a respeito de questões que antes desses encontros não me afetavam. Portanto, gostaria de poder trazer para o presente texto, o relato de uma das Performance que fiz na atual cidade onde eu moro, Salvador de Bahia. Essa ação, que intitulei “Pes(o)soa de Carne e Osso”, a realizei no dia 28 de setembro de 2010, no contexto do Festival MOLA (Mostra Osso Latino-Americana de Performances Urbanas). Num tempo muito distante do atual, quando ainda morava na Argentina e nem sequer imaginava a possibilidade de vir morar nesta cidade. Ação que me

ensinou grande parte do que hoje em dia (con)forma meu repertório de pensamentos a respeito da potência, não só da Performance em espaços públicos, quanto também dos corpos se encontrando nesses espaços. Melhor dizendo, da potência que podem ter esses corpos ao se encontrarem e de como a Performance pode participar da produção desses encontros nos espaços públicos.

A proposta consistiu em instalar na via pública a estrutura de uma balança de 2,50 metros de altura e uns 3 metros de comprimento, e permanecer oito horas preso dentro de uma rede de pesca pendurado menos de um metro do solo. Como contrapeso, 70 quilos de carne e ossos pendurados em outra rede a poucos metros de mim. Esperando... simplesmente esperando ver o que sucedia com as pessoas, enquanto meu corpo ia se desidratando e a carne apodrecia embaixo do sol.

Escolhi como lugar para realizar a ação, a calçada da Praça da Inglaterra, localizada na chamada “cidade baixa”. Um lugar caracterizado pela concentração de escritórios públicos, bancos, empresas e universidades. Área da cidade frequentada diariamente por um grande número de pessoas e atravessada por um grande fluxo de automóveis e ônibus.

As oito horas que ia permanecer preso dentro da rede eram uma referência às oito horas de jornada de trabalho, na qual as pessoas cedem diariamente um mínimo de oito horas de sua vida a um Sistema (uma rede) que lhes promete dinheiro para poder desfrutar das 16 horas restantes de seu dia. Oito horas diárias para perder de forma consensual a liberdade numa vida apertada pelas obrigações cotidianas requeridas para permanecer dentro desse Sistema.

Finalizamos a montagem da estrutura da balança às 9 da manhã e após dar início só o fotógrafo permaneceu lá, porém, longe da ação e fora da vista das pessoas. Sem ninguém do festival a quem perguntar, as pessoas se aproximaram de mim para tentar saber qual o motivo para estar fazendo aquilo. “Que é isso?” “É um protesto?” “Que quer dizer? Diga-nos” foram algumas das perguntas que se repetiram com mais frequência. E para cada pergunta, simplesmente lhes observei em silêncio. Queria que as pessoas soubessem que os escutava, que não os estava ignorando, estabelecendo assim uma comunicação. Mas ao mesmo tempo, ao não dar-lhes uma resposta verbal, obtinha deles muitas outras perguntas e por o mesmo motivo, novas respostas. “*Está pagando uma promessa*”, afirmavam alguns. “*Ele não pode falar*”, agregou outro. Inclusive havia uma senhora que afirmou que eu pertencia a uma

religião que não come boi e que o que estava fazendo era expor-me a essa situação para assim pagar as culpas das pessoas. Após ouvir o comentário dessa mulher, um homem se aproximou e pediu-me que o abençoasse. Outra pessoa tomou-me de objeto para começar a evangelizar os que estavam ali presentes, reapropriando-se da ação. Dizia, com voz forte e amplos movimentos de seus braços, que o que estava sucedendo era “a pura verdade!” e que as pessoas estávamos presas no vício da carne.

Algumas outras pessoas me perguntaram se tinha sede e se queria água, a o que respondia movendo suavemente a cabeça indicando que sim. Bebi da garrafa que aproximavam aos meus lábios e inclusive alguns me refrescaram o corpo já dolorido e com calor excessivo por ficar embaixo do forte sol do meio dia, deixando cair a água sobre minha cabeça.

Como as horas foram passando e a carne perdendo seus sulcos, pouco a pouco minha pessoa foi pesando mais e inclinando-se a balança para meu lado. Um idoso se aproximou e me disse em voz baixa *“Às 10 da manhã, quando passei, os ossos e a carne pesavam mais. Agora, às 2 da tarde, que volto a passar por aqui, vejo que você pesa mais. Será que finalmente a sociedade está mudando?”*.

Muita gente me rodeava e, diante do meu “silêncio”, foram as pessoas ali presentes quem começaram a falar sobre aquilo que estava acontecendo. Alguns, os que tinham mais tempo acompanhando a situação, se ocupavam de responder às perguntas que me faziam os recém-chegados. Perante uma pessoa que insistia em querer que eu lhe respondesse com palavras, um dos presentes explicou que eu não falava para ninguém. E outro complementou dizendo: “ele só fala com os olhos”. Uma mulher que abriu passagem entre os corpos, se aproximou com uma garrafa para oferecer-me água. Depois de tentar que lhe respondesse o motivo da minha ação e escutar alguém dizer *“Ele leva muitas horas ali sem falar com ninguém”*, perguntou-me se queria que comprasse algo para comer. Como lhe indiquei que não com um suave movimento de minha cabeça, perguntou novamente se queria beber mais água já que podia ir comprar mais uma garrafa antes de seguir seu caminho. Concordei e ela desapareceu por entre as pessoas. Regressou em poucos minutos, e enquanto me oferecia água, perguntou se queria que me liberasse. Neguei com a cabeça, mas ela falou *“Não pode continuar permanecendo assim embaixo do sol. Pode passar algo ruim. Vou te soltar”* e começou a incitar as pessoas presentes para que me liberassem. Formou-se um debate. Alguns não estavam de acordo, diziam *“Não lhe podem baixar, ele tem que acabar de pagar sua*

promessa". E sucede que nesta cidade, com sua grande herança africana e embebida cotidianamente no culto do Candomblé, o mais próximo e conhecido para as pessoas que estavam diante daquela Performance, bem poderia ser o pagamento de uma promessa a um Orixá. Mas, a mulher conseguiu convencer os presentes, e enquanto vários homens inclinavam com força a balança até meu lado (agora "nosso lado") aproximando-me ao solo, ela começou a desatar os nós da rede. Como os minutos passavam e ela não conseguia liberar-me rapidamente dali, pediu uma faca "*Cadê a Faca?!*" gritou e algumas pessoas foram buscar pelos postos de comida próximos. Alguém regressou com um canivete e a mulher começou a cortar rapidamente um lado da rede, até que o buraco foi grande suficiente. "*Agora, se você quiser, já pode sair*", disse. Mas ao tentar colocar-me de pé, meu corpo não respondeu. Doíam-me minhas pernas e depois de cada tentativa caía novamente ao chão. Então um homem me carregou como se fosse uma criança. E eu me deixei carregar sem oferecer resistência. Queria deixar-me levar até onde eles quisessem. Não mexia nem sequer meus braços, deixando cair-me ao lado de meu próprio torso. Então o homem que me carregava, tomou minhas mãos e as levou ao seu pescoço para que o abraçasse, e assim, como se carregasse uma criança dormindo, me retirou de dentro da rede enquanto os demais ainda a seguravam, fazendo com que os ossos e a carne presos na outra rede, se elevassem no alto, quase como se voassem sem peso. O homem tentou me levar para um banco próximo, mas as pessoas começaram a gritar que não, que ali não, pois aquele banco embaixo do sol estava quente e podia queimar-me. Então me levou a outro banco que ficava debaixo da sombra de algumas árvores, e, com suavidade me deixou ali recostado. Meu corpo doía muito. Dentro da rede, havia tentado perder a consciência dele, evitando assim sentir a dor e as câibras geradas pela falta de movimento e pela rede me apertando. Mas agora... cada movimento era doloroso. Uma pessoa começou a fazer uma massagem na minha perna entumecida. Alguns outros começaram a jogar água no meu corpo para esfriá-lo após ter permanecido tantas horas debaixo do sol. Já ninguém parecia se importar pelo motivo de ter feito aquilo. Permaneci mais um tempo ali, tentando recuperar o movimento de meu corpo. Uma mão foi colocada no meu ombro direito. Virei minha cabeça e vi a mulher que havia iniciado o processo de liberação. Aproximou-se do meu ouvido vindo por detrás e disse "*Não sei qual era sua ideia, mas se seu propósito era comover as pessoas, conseguiu. A gente não pode seguir caminho deixando morrer alguém debaixo do sol*". Olhamos nos olhos um do outro e agradei, desta vez com palavras. "Obrigado", lhe disse com um aperto de mãos, antes que ela desaparecesse entre as pessoas.



Figura 18. Performance “Pes(o)soa de Carne e Osso” (Fonte: Juan Montelpare, 28/09/2010)

Figura 19. Performance “Pes(o)soa de Carne e Osso” (Fonte: Juan Montelpare, 28/09/2010)



Figura 20. Performance “Pes(o)soa de Carne e Osso” (Fonte: Juan Montelpare, 28/09/2010)

Figura 21. Performance “Pes(o)soa de Carne e Osso” (Fonte: Juan Montelpare, 28/09/2010)

Através dessa experiência e de outras Performance que fiz posteriormente comecei a me interessar pelas possibilidades de uma arte que não desse respostas, mas que colaborasse na produção de perguntas, que pudessem expandir a Realidade para além do que nos fora informado. A Performance, pensada como um *dispositivo performático*. Mas, entendamos isso não no sentido de um dispositivo destinado ao controle e gestão dos corpos, segundo o proposto por Agamben e definido como

qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, (...) a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos. (AGAMBEN, 2009, pp. 40-41).

Interessa-me pensar na Performance como *dispositivo*¹³ capaz de gerar desvios dentro mesmo dos saberes estabelecidos, de produzir interferências nas relações de poder; como instrumento para gerar *(trans)versões* nos espaços públicos, na tentativa de atravessar as diferentes versões dos saberes, sem negá-los nem afirmá-los; para além deles – porém, integrando-os –, procurando gerar espaços de silêncio no meio do ruído (das respostas) do cotidiano. *Espaços entre*, onde inserir perguntas que expandam os horizontes da Realidade, numa construção coletiva em *contígua* transformação e produção, se expandindo e dilatando o tempo todo – e desde todos os tempos – numa (re)escritura criativa. Ou seria melhor dizer uma *sobreescritura*? Uma escritura que é reescrita acima do já escrito, deixando, porém, vestígios dos traços passados nos novos lugares.

Nesse sentido, iremos propor que ao acionar o *dispositivo* com uma Performance, estaremos participando da produção de um relato coletivo que não terá começado com a proposta do artista nem finalizará com a sua retirada do lugar. E essa característica do *dispositivo performático* nos permitirá pensá-lo como um sistema rizomático, entendendo que

¹³ Para facilitar ao leitor o entendimento sobre qual sentido do termo “dispositivo” estaremos utilizando em cada caso, é importante esclarecer que quando sua utilização estiver relacionada à Performance entendida como um *dispositivo*, este termo aparecerá em itálico.

o rizoma, "não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo" (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 36).¹⁴

Sendo potência disruptiva, o corpo na Performance *fala*, mas também *faz falar*. Escuta e faz escutar. Entendendo isso como uma *escuta sensível*, *através* do corpo todo que é atravessado, afetado pelo que nesse momento e nesse lugar está sendo *dito*.

E se o corpo não só fala, mas também faz falar, foi *através* das diferentes experiências – intervindo em espaços públicos de vários países da América Latina – que os corpos dos demais me possibilitaram poder começar a pensar a respeito de certas questões das quais não tinha sequer noção que eram possíveis de serem pensadas. *Através* dessas experiências fui compreendendo pouco a pouco a possibilidade de propor, a modo de uma possível metodologia, aquilo que chamaremos como “tática do Segredo” (palavra que etimologicamente vem do latim *secrētus*, particípio passivo de *secernere*, ‘segregar’). Tomaremos então esta vertente da palavra *segredo* no sentido de «segregar», discriminar, separar o que se sabe daquilo outro que não deve ser sabido, o visível do que não deve ser visto, deixando o último oculto. Mas, também – a partir da utilização da *(trans)versão po(i)ética das palavras*, na tentativa de expandir as possíveis compreensões para além da limitante etimologia – iremos propor entender *segredo* como a ação de «secretar», isto é, expulsar, colocar para fora o que estava dentro, fazendo-se visível o que não podia ser visto.¹⁵

Portanto, no momento de acionar o *dispositivo performático* num espaço público, iremos propor *segregar* – esconder do saber dos demais – os motivos que nos levaram a acionar (os conceitos utilizados, saberes pesquisados, interesses pessoais, etc.) não dando respostas ante as possíveis perguntas que as pessoas possam nos fazer, optando pelo uso do olhar como instrumento de comunicação e interrelação. Assim, ao olhar em silêncio os olhos da pessoa que fala para nós, evitaremos fechar numa única resposta (a nossa) as múltiplas perguntas que possam fazer.

¹⁴ À diferença de um sistema arborescente – hierárquico e centrado – “o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas (...) A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Para onde vai você? De onde você vem? Aonde quer chegar? São questões inúteis”. (DELEUZE & GUATTARI, *Ibid.*, pp. 32- 36)

¹⁵ Talvez seja útil entender que o trocadilho de palavras *segregar-secretar* foi criado pelo autor do presente texto, cuja língua materna é o espanhol. Assim, nesse idioma, a palavra “segredo” se traduz como “secreto”. Daí, o jogo sonoro entre *secreto* e *secretar*, que a mencionada “(trans)versão po(i)ética das palavras” propõe como possibilidade outra, além da versão etimológica – *segregar*.

De igual modo, tentaremos *segregar* do campo de visão dos demais o uso – por parte do pessoal encarregado do registro – de câmeras fotográficas ou filmadoras de grande porte. Elementos que poderiam condicionar a leitura daquela situação provocada, orientando-a para um sentido espetacular da mesma. Isso não significará que estamos sugerindo deixar de lado o registro das ações, senão, pensar em modos alternativos para que os corpos de quem se ocupe de registrá-las não fiquem diretamente associados à ação. Igualmente, evitaremos a convocação de um público já (in)formado a respeito da intenção artística do performer, evitando assim que pessoas já informadas gerem uma roda “artística” em torno desta ação.

Ao *segregar* estes elementos, possibilitaremos que comecem a *secretar-se* os saberes desse contexto, pois, precisamente, por não dizer, por poder o artista guardar silêncio, serão esses saberes outros, dos outros, que poderão emergir *através* daquela situação inesperada.

Porém, entendamos este “guardar segredo” não como um bloqueio da palavra nem uma negação das pessoas que poderão se aproximar. Não será a intenção proposta silenciar o diálogo, senão dar lugar ao dizer dos demais. Expandir o diálogo para um relato coletivo que possa também integrar as falas das pessoas que se relacionarão com o *dispositivo*, pois nós já teremos dito o suficiente ao criar a Performance. O que tínhamos para dizer – pelo menos em nível conceitual – estará presente nos signos visuais que irão compor a nossa proposta. E, ao guardar silêncio, poderemos colaborar para gerar na obra um lugar onde os signos utilizados possam ser lidos de maneiras diferentes de como os havíamos pensado, possibilitando-se desvios que nos levarão para situações não previstas, enriquecendo-se desse modo a proposta inicial.

O corpo do performer participará, assim, de um *dispositivo*. Ele não se tornará um centro com as pessoas lhe observando ao redor. Enquanto *dispositivo performático*, entenderemos que esse corpo terá como função ser um provocador, um detonador de situações que se espalharão e reverberarão de maneira rizomática, gerando muitos outros centros em cada encontro de pessoas que se juntem para falar a respeito do que “ali” está acontecendo.

Portanto, sem intenção de negar as possíveis leituras artísticas, mas tentando ir para além delas, iremos propor entender a Performance como um *dispositivo performático* capaz de provocar situações que gerem encontros nos espaços públicos das cidades. E, utilizando a *tática do segredo*, poderemos propiciar leituras diferentes do sentido inicial que o artista poderia ter-lhe outorgado. Não negando-o, mas expandindo-o para outras leituras. E com isso,

outras possibilidades de afetar e de sermos afetados durante a ação, participando de uma produção de encontros que possam produzir desvios dos saberes hegemônicos afirmados nesses contextos. Um lugar para a contaminação *através* dos saberes outros que se *secretam* nos encontros *corpo-a-corpo*.

E se, de nos encontrar se trata, concordaremos com as palavras de Manuel Delgado (2012) a respeito de que os espaços públicos são por excelência os lugares de encontro; mas, lembremos novamente, encontro das diferenças, e com isso, espaço de conflitos.

Se a perspectiva que vocês têm em mente é melhorar as condições de vida, pareceria óbvio que gerar espaços de sociabilidade seria um elemento indispensável. Se queremos gerar sociedade, a sociedade existe, e não unicamente como uma entelúquia administrativa. São seres humanos que de repente se encontram e vivem juntos. Esse encontrar-se e viver juntos tem um cenário natural que é o que poderíamos perfeitamente chamar “espaço público”, no sentido de que são os âmbitos onde as pessoas, além de circular, podem se encontrar, podem intercambiar informações, podem protestar (...) mas, esse lugar de encontro faz com que, aquilo que chamamos “sociedade”, se converta em algo real, em algo visível (...). Portanto, temos que apostar no espaço público, sempre e quando o espaço público seja entendido como o espaço de encontro, o espaço social. Ainda mais, o espaço social por excelência.¹⁶

Falar de espaços públicos é também, falar de dispositivos de controle e gestão dos corpos, tanto das relações dos sujeitos entre eles como consigo mesmos. *Micropoderes* que ali se ativam, condicionando os modos de fazer e de se relacionar. Porém, falar de espaços públicos é também falar dos desvios cotidianos e das práticas de resistências a estes dispositivos, pois, será no encontro com os outros e seus outros modos de produção de subjetividade que a cidade se (re)criará de maneiras não hegemônicas.

Se pensarmos que os *sujeitos* – segundo o proposto por Agamben (op., cit., 2009) – são frutos do encontro *entre* os dispositivos e os seres vivos, produzindo-se subjetivações como resultados destes encontros, os espaços públicos serão alguns dos lugares onde estas

¹⁶ Esta fala de Manuel Delgado foi extraída do vídeo com uma entrevista realizada no ano 2012 pelo arquiteto Julio Arroyo para o capítulo oito do programa Diálogos, produzido pela UNL (Universidad Nacional del Litoral) de Argentina (Trad. Nossa). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PK3T2hk242o>> (acesso em 31/08/2016)

subjetivações vão se evidenciar nos limites conferidos pelas permissões e proibições dos dispositivos aos viventes. Sendo assim, podemos pensar as Performance e Intervenções Urbanas como instrumentos para alterar estas subjetivações, ou seja, como *dispositivos* de produção não hegemônica de realidade, cujo campo de ação é o *entre* deles. Táticas para propiciar encontros entre as pessoas nos espaços públicos a fim de gerar contaminações nos imaginários delas que reverberem em novas produções de cidades não hegemônicas. Encontros dos corpos – com a suas possibilidades de afetar e serem afetados – onde poder incorporar outras possíveis maneiras de existir, nos expandindo para além dos imaginários despotencializadores da vida impostos pelo biopoder nas nossas atuais Sociedades de Consumo.

Faremos um novo parêntese, desta vez, para dizer que quando falo do pensamento e do corpo, não os penso como duas “coisas” separadas, senão como dois aspectos de uma mesma unidade que se afetam mutuamente. E assim, entender que há dispositivos que atingirão com maior força no corpo e outros que o farão no pensamento, mas não haverá possibilidade de, sendo um deles afetado, não ser afetado o outro.

O biopoder, operando no nível cognitivo, tentará tirar do campo do possível a *potência de não* (entendendo-a, lembremos, como “possibilidade de não”), deixando no seu lugar múltiplas variantes de um Sim maiúsculo e hegemônico. Mas, o corpo, capaz de ser afetado pelo pensamento, também o afetará, podendo reagir de modos inesperados, surpreendentes, ainda não sabidos – ou, pelo menos, modos ainda não apreendidos. O corpo que não aguenta mais pode ainda reintroduzir no nível do pensamento aquela possibilidade que o biopoder há tempo vem tentando apagar: a *potência de não*. Mas, para isso precisará de se encontrar com os modos outros, dos outros, que lhe possibilitarão expandir seu repertório de possibilidades, aumentando desse modo a potência da sua vida. Pois, uma vida reduzida nas suas possibilidades de pensar e agir se assemelha muito a uma sobrevivida biológica diminuída na sua capacidade de afetar e de ser afetada, e de agir conforme estas afeções.

Nesse sentido proporemos que se a potência dos afetos é inibida, se inibirá também a potência de agir, dificultando com isto a possibilidade de nos relacionar com outros, pois, “agir” é agir para um outro, com um outro, frente a um outro, ante um outro. Melhor dizendo: agir é criar sociedade; e para poder agir, precisamos manter porosa a nossa capacidade de afetar e sermos afetados. E se agir não só é uma ação *contra* senão também *junto-com* um

outro, será preciso não só pensar em resistências quanto também na possibilidade de *re-existências* que expandirão a vida em modos múltiplos de vivê-la.

3.1 ARTE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS OU ARTE COM OS ESPAÇOS PÚBLICOS

A Modernidade criou o conceito de *Cubo Branco* para gerar um espaço expositivo “neutro” que permitisse isolar a obra do seu contexto. Um espaço de visibilidade hegemônica onde, como uma *Tábula Rasa*, pudesse varrer os saberes nele (pre)existentes ao passo que impõe seu próprio discurso, seu próprio saber. Se considerássemos que imaginar é pensar com imagens, poderíamos supor que ao condicionar o campo visual do espectador (centrando sua atenção na lógica interna da obra e não no seu entorno) restringe-se e controla-se também as possibilidades do pensar e do fazer.

Frente a esse “espaço puro”, espaço de respostas antes que de perguntas, onde se procura controlar as variáveis acidentais, poderíamos pensar nos espaços públicos como aqueles “espaços contaminados e contaminantes” onde as variáveis acidentais incidirão de maneira decisiva gerando-se um encontro de saberes e uma multiplicidade de produções de subjetividade. Mas, basta intervir num espaço público para a obra de arte sair da assepsia e entrar no contingente? A maior parte destas propostas artísticas consegue “sair”? Possivelmente nos encontremos frente a uma expansão do *Cubo Branco*, a uma outra maneira de privatizar o público, privando-lhe de uma característica propriamente sua – o multívoco – substituindo-a por respostas unívocas impostas por quem temporalmente o ocupa. Privatização do público por meio da arte? Arte *nos* Espaços Públicos ou arte *com* os espaços públicos?

Não basta sair dos espaços da Arte para os espaços públicos se a troca com o outro não se estabelece como pressuposto e se não damos lugar para que os outros possam (re)agir e contaminar a nossa proposta inicial. Pretender que os corpos reajam de maneira similar perante um mesmo estímulo é tão inútil quanto contraproducente, pois o que se nega nestes tipos de propostas é a potência criativa própria de cada sujeito. Potência de produzir subjetividades outras que expandam os saberes para novos modos de nos relacionar. De gerar perguntas (ainda) não respondidas que mobilizem a sociedade na busca de outros modos de fazer.

As instituições artísticas em geral, e em particular as vinculadas às chamadas Belas Artes, tem realizado grandes esforços com a intenção de “educar” as pessoas nos modos corretos de se relacionar com o objeto artístico, apaziguando seu potencial subversivo. Desta maneira, participando de um modelo que prima a razão sobre as emoções, isola os objetos num meio asséptico condicionando a leitura do observado e controlando a (re)ação dos corpos frente aquilo observado. Dentro dos recintos fechados, dóceis espectadores substituíram as imprevisíveis multidões que se amontoavam nos espaços públicos. Num tempo e espaço homogêneo, a lógica interna da obra cobrou valor para um mercado que desde o início se interessou mais pelos objetos residuais do que pelos processos criativos mesmos.

Como reação, frente a uma crescente mercantilização da obra de arte, em princípios do século XX – mas com uma maior intensidade a partir da década de 60 – diversos artistas e intelectuais europeus e americanos (tanto norte, como centro e sul-americanos) começaram a gerar um movimento inverso. Numa procura por igualar Arte e Vida, se propôs não só a desmaterialização da obra de arte como também a necessidade urgente de levar as práticas artísticas para fora das exclusivas Galerias de Arte e Museus.

Meio século depois, nos encontramos frente a um novo debate em torno dos espaços públicos. Se anteriormente a preocupação foi tentar aproximar a arte e a vida, hoje as atuais tendências em gerar uma arte nos espaços públicos, mais do que gerar uma aproximação, estariam participando – pelo menos numa grande parte dos casos – de uma expansão do *Cubo Branco* para fora das paredes de Museus e Galerias.

Fragmentos de cidades-espetáculos são oferecidos por governos e corporações como mercadoria a ser consumida pelo chamado “Turismo Cultural” que pouco ou nada se interessa pelas pessoas que habitam as cidades nem pelas que foram expulsas durante os chamados processos de *gentrificação* e *limpeza social*. Em tempos de espetacularização da cultura, onde certas práticas artísticas têm se convertido em aliados eficazes para a revalorização e especulação imobiliária de determinados espaços, cabe a nós perguntar(nos) os porquês de ditas tendências atuais e quais os interesses ocultos detrás destas práticas. Estará se tratando talvez de uma encoberta privatização do público *através* da arte? E, neste contexto, as atuais práticas artísticas contemporâneas que, no seu fazer artístico, intervêm num espaço público, o que pretendem, ao ocupá-lo?

Entendendo que nestes espaços o potencial se dá em relação ao encontro mais do que à procura, à expansão mais do que à delimitação, ao dissenso mais do que à homologação de saberes, quais os aportes que uma prática artística relacional – como poderia ser a Performance – acarretaria para o campo das Artes como também para as pessoas que por esses espaços transitariam e habitariam no momento de estarem acontecendo tais ações?

Tratando-se de práticas artísticas em espaços públicos, talvez a pergunta inicial não tenha que ser formulada em torno da categoria Arte, senão da procura em indagar-se a respeito das características e potências destes espaços outros, diferentes dos tradicionalmente reservados para as Artes. E, talvez, também nos perguntar mais uma vez o que é um corpo? E que é o que pode um corpo, sendo potência que transborda do apre(e)ndido? O corpo, continuamente afetado pelos saberes hegemônicos que, em cada sociedade, tentarão regular-lhe e sujeita-lhe a uma Ética do “dever” ser e fazer, condicionando-lhe ao campo do necessário ao invés do possível. Corpo que “hospeda” a cultura onde está imerso. Mas que também a desvia. Que obtém existência *através* do olhar dos outros, ao tempo que olhando para eles, lhes dá existências outras e possíveis. Que se expandindo aos objetos que o rodeiam se transforma num corpo ainda mais complexo. O corpo, sim, mas entendido como uma potência disruptiva que pode afetar e ser afetado pelos outros corpos e não só pelos saberes hegemônicos. Pois ainda havendo saberes que se inscrevem nos corpos, sempre haverá corpos que os poderão (re)escrever de maneiras diferentes. E será sobre estes últimos que a Performance, entendida como *dispositivo performático*, poderá ser utilizada na procura de propiciar encontros que gerem possíveis relatos coletivos, possíveis (re)escrituras (ainda) não hegemônicas.

3.2 A PERFORMANCE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS COMO UM CORPO SEM ROSTO

(CsR)

Se como dissemos anteriormente, ao (re)conhecer o outro não só lhe vemos como também lhe damos existência, vão ser esses outros quem, ao nos (re)conhecer, também vão nos dar existência. Mas nesta exposição pública existe o perigo de sermos reconhecidos pelos dispositivos de identificação de pessoas e não só pelas pessoas mesmas. E escolho intencionalmente esta palavra “pessoa”, a qual deriva etimologicamente da palavra latina «*persona*», que por sua vez, deriva do verbo «*personare*»: *per-sonare*, que significa “ressoar ou soar através de”.

Mas, *persona* veio a significar *máscara* e *personagem* não por traduzir gramatical e semanticamente para o latim a acepção original da palavra grega πρόσωπον [*prósopon*]: *máscara*; mas por significar e nomear o ato ou efeito de o ator, mediante uma abertura na máscara entorno à boca, impostar e representar *pelo som* [per+sona] de sua voz, uma personagem. (FAITANIN, 2006, p.48)

Como no teatro da antiga Grécia, onde os atores utilizavam uma máscara para atuar e onde a sua voz soava *através de*(la). E vai ser esta máscara o nosso rosto. Um rosto (com)formado pelos tantos outros e seus *outros* que lhes (com)formaram e que vão *ressoar através dele* na hora de sermos vistos. O rosto é aquilo que está em contínuo movimento, que não se deixa atrapalhar numa identificação. Cada vez que me vejo no espelho me surpreendo com aquela imagem nele refletida, pois a minha imagem internalizada é outra muito diferente. Uma imagem composta pelas palavras introjetadas e não só pelas fotos que me fazem lembrar que também tenho uma face. E como as palavras se transformam o tempo todo na memória, ao me ver no espelho me surpreendo de não me encontrar com aquelas imagens fixas das fotos. Imagens sem tempo nem movimento que contrastam com o tempo que foge e que me faz fugir da tentativa de Ser um *Eu* único e indivisível, um indivíduo. No espelho, em frente dele, me pergunto, “quem ele é? Porque é que eu não *te* reconheço? Porque cada vez que tento me ver, *tu* te apresentas ocupando meu lugar no reflexo?” O rosto foge da minha tentativa de identificá-lo, de identificar-me. O rosto me põe a salvo de uma parte de mim mesmo que aprendeu a dizer “Eu Sou”, ou “Sou Eu”. O rosto me (de)mostra que eu não sou um *Eu*, que sou um nós, uma multidão de eu(s) inidentificáveis. E se não sou um *Eu*, diante do espelho, me pergunto: se eu sou você, você quem eu sou? O rosto é a pergunta sem resposta. E, talvez, seja este um dos motivos pelo qual a face das pessoas seja o alvo desta sociedade de consumo. Portamos um rosto que (im)porta os valores de uma sociedade que nos impõe (im)portá-la a custo de negar o resto do corpo. Ou melhor dizendo, os restos do corpo. A pele esticada, brilhante, das “faces” cirurgizadas, contrasta com as opacas, escuras rugas do pescoço, das mãos, dos pés que reclamam pelo seu direito a ter idade, memória, finitude.

E se os dispositivos de identificação de pessoas vão tentar capturar o rosto, como fazer para gerar encontros nos espaços públicos que criem espaços *entre*, linhas de fugas que permitam às pessoas se encontrarem para se (re)conhecerem de maneiras diferentes às habituais; para se contaminarem com os outros modos de (vi)ver na cidade, potenciando-se desse modo as práticas de *re-existência* no cotidiano.

Se a ordem não nasce pondo fim à guerra, mas, sim, pelo contrário, propondo disciplina e controle através da promoção contínua da guerra, e *se*

a guerra é ela mesma biopoder, então definir ao inimigo se torna numa questão de máxima importância. *O inimigo é continuamente construído e inventado.* (NEGRI, op. cit., pp.149-150. Trad. nossa)

Se *o inimigo é continuamente construído e inventado*, corresponde a nós criarmos imaginários outros, descontinuidades, *contiguações* ao invés de continuações. Espaços *entre* por onde fugir quando o biopoder tentar nos identificar e apreender. E, se como propuséramos, imaginar fosse pensar com imagens, então se faz necessário pensar – pelo menos um pouco – com imagens não tão conhecidas.

Nesse sentido poderíamos pensar – conversando com alguns dos conceitos propostos por Deleuze e Guattari (1995) – em uma (des)organização rizomática do conhecimento como uma metodologia para exercer resistências a um modelo social estruturalmente hierárquico e opressivo com as diferentes formas de vida.

Proponho, então, pensar a Performance como um *Corpo Sem Rosto (CsR)* que tenha como possibilidade o ser depositário de múltiplos rostos em *contíguo* deslocamento frente aos saberes das pessoas que a observam. A Performance, sim, mas entendida como um *dispositivo* capaz de desorganizar este Corpo social a partir dos seus próprios saberes. Ou melhor dizendo, provocando interrupções temporais desses saberes.

(...) “meus olhos não me servem para nada, pois só me remetem à imagem do conhecido. Meu corpo inteiro deve se tornar raio perpétuo de luz, movendo-se a uma velocidade sempre maior, sem descanso, sem volta, sem fraqueza (...) Selo então meus ouvidos, meus olhos, meus lábios”. CsO. Sim, o rosto tem um grande porvir, com a condição de ser destruído, desfeito. (DELEUZE & GUATTARI, Ibid, p. 33)

Assim, voltando ao proposto a respeito da *tática do segredo*, e em relação ao *CsR* habitado durante uma Performance, iremos propor que ao guardar *segredo* estaremos participando de um relato coletivo que irá se tecendo *junto-com* os saberes que *através* dos outros irão sendo *secretados*. Saberes que serão projetados sobre o corpo do performer, que tentarão investí-lo de um rosto a fim de poder identifica-lo, *d(en)ominá-lo*, e desse modo, poder essas pessoas se identificar com aquilo, conseguindo assim saber como “ter” que agir diante dessa situação.

Mas, se os dispositivos de identificação tentam capturar o rosto a fim de poder controlar e gestionar a vida das pessoas, portar um rosto fixo durante uma Performance – melhor dizendo, fixar-nos identificando-nos nele – poderá não só ser contraproducente quanto também perigoso. Pelo menos se ao ativar o *dispositivo performático* guardamos *segredo* da

nossa inicial intenção artística. Pois ao guardar *segredo* já não estaremos “protegidos” pela aura da Arte que cobre o corpo do Artista numa situação artística, nem pelas limitações que ela ativa nos corpos das demais pessoas que ali serão identificadas como público. Ao ativar da maneira proposta o *dispositivo* num espaço público estaremos ativando também vários saberes, e com isso, várias formas condicionadas de agir que talvez nem tínhamos sequer levado em consideração no momento de criar a proposta. Situações que talvez não seja conveniente habitar por muito tempo. Portanto, se durante uma Performance num espaço público ficamos fixados num rosto único, se não conseguirmos correr dele gerando lugar para outros rostos serem ativados durante essa situação, correremos o risco de sermos capturados, identificados pelos saberes normalizadores desse contexto. E com isso, ativar as reações punitivas que os desvios às normas podem sofrer.

Porém, não estamos dizendo que essas situações não tenham que ser geradas, mas sim que temos que tentar conseguir habitar um *CsR* que não se deixe fixar. Gerar situações que olhadas rapidamente, possuam uma *forma*¹⁷ “suficientemente parecida com” os saberes afirmados no contexto a fim de ativá-los. Mas, ao mesmo tempo, “suficientemente diferenciada de” aqueles para que – num olhar mais profundo – possamos gerar estranhamento nas pessoas que estarão se relacionando com o *dispositivo performático*. Produzir deslocamentos dos saberes a fim de poder dar lugar para os outros saberes das outras pessoas que também tentarão afirmar – um rosto – naquela situação que as interpela.

Agora, a pergunta é, como ativar *dispositivos performáticos* que possibilitem a não fixação dos rostos afirmados nessa situação?

Nesse sentido, e para ampliar o debate a respeito, iremos propor trazer para o presente texto a figura do *Espectador Sabi(d)o* – que fora descrita no ensaio que leva este nome (CAO, 2012) – entendendo-o não como um espectador no sentido teatral da palavra, mas sim como uma pessoa que está na expectativa, na espera de encontrar naquilo que está vendo, aquilo que já “viu”. Um sujeito com mais respostas do que perguntas. Que a modo de um espelho tentará refletir os seus saberes introjetados, projetando-os naquilo que está vendo. Que procurará *d(en)ominar* aquela situação, forçando-a a encaixar dentro de uma forma

¹⁷ Faremos aqui um uso da palavra “forma” no sentido utilizado pela *Psicologia da Gestalt* (ou Psicologia da Forma), associando-a com uma das Leis da Percepção proposta por essa corrente de pensamento: Lei de Semelhança ou Similitude. A mesma estabelece – sem entrar muito em detalhes – que os elementos similares tendem a ser percebidos como integrantes de um mesmo conjunto, possibilitando desta maneira que tornemos “familiar” ou conhecido aquilo que até esse momento ainda era desconhecido para nós.

conhecida com a finalidade de poder explicá-la, controlá-la. Saberes que procurarão neutralizar todo tipo de situação que transborde o cotidiano estabelecido.

Mas, no *Espectador Sabi(d)o* não só se ativarão esses saberes introjetados, senão que, sendo o corpo capaz de afetar e de ser afetado, nos encontros com os demais e seus modos de saber terá a possibilidade de atualizar os saberes incorporados ao confrontá-los com aquilo que nesse instante lhe afetará.

Agora bem, como fazer para suspender temporalmente os saberes que nos condicionam a produzir respostas (de)limitantes, de contenção? Como gerar espaços de silêncio nos *Espectadores Sabi(d)os* com a intenção de que se insiram mais perguntas do que respostas? Deixar de saber (unicamente) o já sabido, a fim de poder dar lugar para que outros saberes nos afetem, abrindo-nos ao campo do possível, do (ainda) não sabido, do por fazer.

Iremos propor que, utilizando a Performance e as intervenções urbanas no sentido indicado a respeito da *tática do segredo*, poderemos gerar situações que causem im-*previstos*. Acontecimentos que desloquem as pessoas interferindo no seu trânsito cotidiano. Situações essas que não possam ser explicadas tão facilmente, que ante a falta de respostas esclarecedoras por parte de quem aciona, gerem um vazio de explicações em quem observa. Confrontado com este “vazio”, é frequente que os *Espectadores Sabi(d)os* tentem “tampá-lo” enchendo-o de respostas automáticas que procuram nomear, classificar, torná-lo conhecido a fim de poder explicá-lo, adequá-lo à realidade consensual. “Está louco”, “deve estar drogado ou bêbado”, “não tem nada melhor para fazer”, “deve ser um protesto” ou simplesmente “algo deve ser”, são respostas que tenho escutado com frequência em várias das Performance que fiz. Mas, sendo respostas, servem para conter o raio do pensamento e os alcances do corpo como *possibilidade-em-ação*.

Para tanto, e como já o propomos, temos que gerar propostas que olhadas rapidamente, possuam uma *forma* “suficientemente parecida com” esses saberes, mas ao mesmo tempo, “suficientemente diferenciada de” aqueles para que possam gerar estranhamento, de modo que as iniciais respostas dos *Espectadores Sabi(d)os* comecem a “cair” em contradições.

A modo de exemplo para ilustrar essa questão, quis trazer o relato de uma situação acontecida durante outra Performance que realizei em Brasília; mais especificamente, na Esplanada dos Ministérios. Várias pessoas se detiveram para querer saber a respeito do que ali

estava acontecendo, mas como eu não respondia, uma delas afirmou para as demais que aquilo claramente se tratava de um protesto. Talvez seja necessário fazer um parêntese e explicar que nesse contexto da cidade onde me encontrava, é comum a presença de protestos e manifestações políticas. Portanto, poderíamos facilmente compreender o porquê da afirmação dessa pessoa. Mas, o fato de eu não emitir nenhuma palavra, possibilitou que a situação gerada se diferenciasse das *formas* ali sabidas, gerando-se um estranhamento em outra pessoa ali presente, que se manifestou dizendo: “Se é um protesto, porque não protesta para a gente saber qual motivo do protesto?”. E sua pergunta deixou sem resposta a quem inicialmente tinha afirmado seus saberes a respeito. Dessa maneira, um vazio de explicações foi gerado, e os saberes incorporados já não conseguiram dar conta daquela outra realidade que ali estava acontecendo.

Ao “não saber”, a figura do *Espectador Sabi(d)o* deixará lugar a outra figura que chamaremos *Espectador Ignorante*, que por *poder-não* saber mais do que se trata aquilo que está acontecendo à sua frente, poderá (também) começar a saber alguma outra coisa a respeito. E, precisamente quando não souber – quando se tornar ignorante dos saberes que lhe (in)formaram – poderá atravessar o limite do “não poder”. Pois, lembrando o já dito, enquanto “saibamos”, saberemos tanto o que podemos quanto o que não podemos, mas, quando não sabemos, também não sabemos o que não podemos, podendo então mais um pouco. E será nesse momento – quando deixa de observar e começa a agir participando ativamente daquela situação – que esse *espectador ignorante* produzirá modificações, desvios dentro mesmo do *dispositivo performático*, gerando novos rumos para além da proposta artística inicial. E com isso, outras possibilidades de afetar e contaminar os saberes estabelecidos nos diferentes contextos.

Agora, cabe a pergunta a respeito de como poder provocar nos espaços públicos o encontro de pessoas com a intenção de propiciar (*trans*)versões da realidade diferentes à promulgada pelos Poderes hegemônicos, sem tornar qualquer uma destas versões numa nova Realidade a instaurar? Como fazer para que o que se instaure seja a pergunta numa sociedade cada vez mais atravessada pelas respostas? Ou, melhor dizendo, o hábito de perguntar(nos), para que depois cada um seja o próprio produtor de respostas móveis. Como, desde o corpo em ação, podemos participar e propiciar um *pensamento nômade* numa sociedade que procura continuamente “estabeleser-se”?

Como *poder*, sem, com isso, nos tornarmos Poderosos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, chegando ao que poderíamos considerar como final, dei-me conta de que estava entrando novamente no começo. Porém, nessa volta à entrada, o percurso transitado se resignificou com novas leituras que me permitiram entender que muito daquilo que propus de maneira intuitiva ao logo desta pesquisa, acabou ganhando outra lógica. Não por se tratar de uma novidade, senão por ter podido olhar para o mesmo de maneira diferente. E, mais uma vez, não foi sozinho senão *junto-com* outras pessoas que meu entendimento se expandiu para outras possíveis maneiras de pensar, tornando-o mais abrangente e ganhando uma lógica mais complexa. E com isso, esses últimos tempos da pesquisa, ao invés de estabelecer um fechamento, resultaram uma abertura.

Dessa maneira, e com a intenção de concluir começando, gostaria de trazer aquilo que já disse na introdução: a pesquisa que me levou a escrever o presente texto não nasceu pesquisa; nasceu envolvimento. E de tanto habitar a Ladeira da Conceição, essa ladeira e suas pessoas começaram a habitar em mim. Tanto, que depois não tive como não incorporar essas experiências no presente texto. E se tratando de uma pesquisa viva, a minha vida foi sendo afetada nesses percursos. E nesse caminhar à deriva, na tentativa de poder entender aquilo no qual estava me envolvendo, comecei a falar disso para outras pessoas. E de tanto falar, acabei transformando em texto escrito aquilo que estava começando a entender.

Dessa maneira, no caminhar, comecei a acreditar que tinha me deparado com uma metodologia para a pesquisa que durante muito tempo chamei de “falar para outro”. Mas, entendendo isso não só como uma fala em direção à outra pessoa senão *junto-com* ela, na qual o dito precisa ser reconfigurado em cada encontro com aqueles outros com quem se (com)versa. E neste ponto, foram as Palestras – que chamo de (con)versatórios – e as Oficinas-Laboratórios que coordenei durante este tempo do Mestrado, algumas das atividades que me permitiram ter a oportunidade de rever os conceitos e os modos de explicá-los para outros, que (afortunadamente) quase nunca compreenderam as coisas do mesmo jeito que eu as propunha. Por esse motivo, em cada atividade me deparava com a necessidade de ter que explicar de maneiras diferentes, aquilo tantas vezes já proposto. E mudando a maneira de explicá-los, os conceitos se organizavam também de forma diferente, podendo entendê-los de outro modo, ou mesmo, entendendo outra coisa ainda não compreendida por mim antes dessa atividade.

Mas, chegando ao final desta pesquisa, com grande surpresa me deparei com que a metodologia empregada ao longo destes tempos nunca foi a prática de “falar para outro”, senão, a escuta. Melhor dizendo, a prática de deixar de falar para poder (também) escutar aos outros. Uma escuta sensível, do corpo todo sendo afetado pelos outros. E como já disse, não foi sozinho senão *junto-com* outras pessoas que eu consegui entender esta complexa questão.

Uma dessas pessoas, talvez a primeira a me assinalar a questão da escuta foi Thaís Portela. Numa noite de conversas na praia, de frente para o mar, narrei para ela a história a respeito de como as diferentes situações tinham levado a me relacionar com as pessoas que trabalham na Ladeira da Conceição e como foi que acabei participando da “Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador”. Foi Thaís que me ensinou a “olhar para” aquela experiência na Ladeira como uma escuta, e foi ela que me mostrou o valor de uma escuta diante das práticas de muitos profissionais e acadêmicos que acostumam chegar nos lugares falando; indicando o que é bom fazer, ainda antes de ouvir as pessoas que ali se relacionam, correndo o risco, nessa “surdez”, de acabar sem entender qual a importância que esse lugar tem para elas e quanto pode afetar as suas vidas os projetos ali gerados.

A outra pessoa que me ajudou a entender aquilo que também estava atravessando minha pesquisa foi Janaina Chavier. Tinha pedido para ela dar uma olhada no meu texto para saber o que ela achava e quais críticas construtivas poderia fazer a respeito do que ali estava propondo. Foi Jana quem olhou para uma questão que se repetia em cada uma das situações que compõem os três capítulos. A minha constante tendência a provocar, seja através do corpo nas Performance, seja através daquela situação gerada ao pedir um isqueiro para uma das vizinhas durante uma das reuniões na Vila Brandão, seja fazendo um microdocumentário para expor diante das pessoas na Ladeira da Conceição a questão ali presente a respeito dos afetos. Ações provocativas, ou em palavras de Janaína... *provoca-ações*.

Assim, ajudado a pensar e (re)ver o que estive pesquisando nestes últimos anos, ao chegar ao final da escrita da presente Dissertação, deparei-me como esses três capítulos estiveram o tempo todo se comunicando por um “algo” em comum. E esse algo, talvez seja – como me assinalaram – a escuta. A escuta, como metodologia para uma posterior *provocação*. Mas, a escuta, entendida para além do sentido da audição. Uma escuta sensível, do corpo todo escutando *através* da afetação *corpo-a-corpo*. Do corpo afetando e sendo afetado. Uma escuta que requereu tempo – ou, melhor dizendo, tempos. De uma insistência para poder me afetar por aqueles corpos que possuíam outros saberes. Tempos – tanto em intensidade

quanto em duração – para poder conceber a multiplicidade que estava acontecendo naquele lugar.

Há uma potência nos encontros, mas é preciso também gerar as condições para que esses encontros possam afetar os corpos, pois, entenderemos que o encontro é um acontecimento e não só a presença física num mesmo lugar. Há pessoas que podem passar a vida toda morando a poucos metros um do outro sem sequer nunca se encontrar.

A potência do encontro se fundamenta no (re)conhecimento do outro como sendo alguém diferente e com diferentes maneiras e possibilidades de viver. Baseia-se no pressuposto de que nós somos uma pluralidade de singularidades não reduzíveis a individualidades e – como o rosto – temos a capacidade de estar em contígua transformação. Assim, nos encontros com essas pluralidades, poderemos acessar outras e possíveis maneiras de *re-existir* nas cidades. Mas, também, *junto-com* eles poderemos aumentar as nossas possibilidades de resistir diante dos Poderes que desrespeitam a vida tornando-a pura mercadoria. Resistir, fazendo valer os nossos direitos de viver numa cidade mais heterogênea, e de garantir nela a permanência dos espaços onde já se desenvolvem *redes de afetos*. Ainda que não as percebamos. Ainda que não precisem da nossa participação nelas.

Nesse sentido, cabe a pergunta a respeito de como criar as condições para propiciar, nos encontros, multidões de resistências ao invés das muitas resistências em solidão. Situações que nos possibilitarão (re)conhecer-nos como sujeitos políticos e conhecer os modos outros que esses outros tem para habitar a cidade. Alternativas para além do discurso hegemônico que pretende impor as formas únicas e corretas de (Bem) viver em sociedade.

Agora, a pergunta é, como resistir sem sermos castigados por isto? E, simultaneamente, como *re-existir* sem perecermos na tentativa? Pois, como diz Negri, “também o kamikaze é um corpo que resiste. Nosso problema não é, evidentemente, o do kamikaze, nós queremos exercer uma resistência que seja ao mesmo tempo afirmação de desejo e de vida.” (NEGRI, op. cit., p.154. Trad. nossa)

Honrar La Vida

*No! Permanecer y transcurrir
No es perdurar, no es existir
Ni honrar la vida!*

*Hay tantas maneras de no ser
Tanta conciencia sin saber
Adormecida*

*Merecer la vida, no es callar y consentir
Tantas injusticias repetidas
Es una virtud, es dignidad
Y es la actitud de identidad
Más definida!*

*Eso de durar y transcurrir
No nos da derecho a presumir
Porque no es lo mismo que vivir
Honrar la vida!*

*No! Permanecer y transcurrir
No siempre quiere sugerir
Honrar la vida!*

*Hay tanta pequeña vanidad
En nuestra tonta humanidad
Enceguecida*

*Merecer la vida es erguirse vertical
Más allá del mal, de las caídas
Es igual que darle a la verdad
Y a nuestra propia libertad
La bienvenida!*

*Eso de durar y transcurrir
No nos da derecho a presumir
Porque no es lo mismo que vivir
Honrar la vida!*

Honrar a Vida

*Não! Permanecer e transcorrer
Não é perdurar, não é existir
Nem honrar a vida!*

*Há tantas maneiras de não ser
Tanta consciência sem saber
Adormecida*

*Merecer a vida, não é calar e consentir
Tantas injustiças repetidas
É uma virtude, é dignidade
E é a atitude de identidade
Mais definida!*

*Isso de durar e transcorrer
Não nos dá o direito de presumir
Porque não é o mesmo que viver
Honrar a vida!*

*Não! Permanecer e transcorrer
Nem sempre quer sugerir
Honrar a vida!*

*Há tanta pequena vaidade
Em nossa boba humanidade
Enceguecida*

*Merecer a vida é erguer-se vertical
Mais além do mal, das quedas
É igual que dar-lhe à verdade
E a nossa própria liberdade
As boas vindas!*

*Isso de durar e transcorrer
Não nos dá direito de presumir
Porque não é o mesmo que viver
Honrar a vida!*

(Letra de Tango escrito por Eladia Blázquez)

BIBLIOGRAFIA CITADA

AGAMBEN, Giorgio. **Bartleby, ou Da Contingência**. In: **Bartleby. Escrita da Potência**. Trad.: Manuel Rodrigues e Pedro A.H. Paixão. Lisboa: Ed. Assírio & Alvim, 2008.

_____. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Ed. Argos, 2009.

_____. **Identidade sem Pessoa**. In: *Nudez*. Trad.: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Ed. Relógio D'água, 2010.

_____. **A potência do pensamento**. In: *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ARANTES, Otilia. **Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, O., VAINER, C. e MARICATO, E. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

BAKEMA, Jacob Berend. **Relaciones entre hombres y cosas**. In: ROGERS, E. N., SERT, J. L., TYRWHITT, J. *El corazón de la ciudad*. Barcelona: Ed. Hoepli, 1955.

BARRETO, Ariadne M. **Direito à cidade na cidade espetáculo: simulacros e utopias**. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BETHÂNIA, Maria; PINHEIRO, Paulo César. **Carta de amor**. In: BETHÂNIA, Maria. *Oásis de Bethânia*. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2012. 1 CD. Faixa 9.

BLÁZQUEZ, Eladia. **Honrar la vida**. In: BLÁZQUEZ, Eladia. *Honrar la vida*. Buenos Aires: EMI Odeon, 1991. 1 CD. Faixa 1.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946**. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 5 set. 1946. Seção 1, p. 12500. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19760.htm> (acesso em: 31/08/2016).

BUTLER, Judith. **Precarious life: the powers of mourning and violence**. New York-London: Verso, 2004.

CAO, Santiago. **El Espectador Sabi(d)o**. Buenos Aires: Ed. Investigaciones en Artes Escénicas y Performáticas, 2012.

CAO, Santiago; RAMOS, Gabriel. **O Patrimônio Afetivo: uma Arquitetura dos Afetos na Ladeira da Conceição**. Documentário, 8 min, cor, HDV, Salvador, 2014. Disponível em: <<https://youtu.be/rvuFWj9DgkE>> (acesso em: 31/08/2016).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes do Fazer**. São Paulo: Vozes, 1994.

CORTÁZAR, Julio. **As babas do diabo**. In: CORTÁZAR, Julio. *As armas secretas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia, Vol. 1**. São Paulo: Ed. 34, 1995.

_____. **Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia, Vol. 3**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia, Vol. 5**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Clair. **J de Joie (Alegria)**. In: **O Abecedário de Gilles Deleuze**. Documentário, 158 minutos, cor, VHSrip. Diretor: Pierre-André Boutang, produzido pelas Éditions Montparnasse, Paris, 1988-1989. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=1rwVGWUyQRU>> (acesso em: 31/08/2016).

Transcrição ao português disponível em:

<<http://intermidias.blogspot.com.br/1994/11/j-de-joie-alegria.html>> (acesso em: 31/08/2016)

_____. **Diálogos**. Lisboa: Ed. Relógio D'Água, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Cours Vincennes - 24/01/1978**. Disponível em:

<<http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=194&groupe=Spinoza&langue=5>> (acesso em: 31/08/2016).

DELGADO, Manuel. Programa de TV “Diálogos”, capítulo 8, produzido pela UNL (Universidad Nacional del Litoral), Santa Fe, Argentina. 2012. Entrevista concedida a Julio Arroyo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PK3T2hk242o>> (acesso em: 31/08/2016)

EUGÊNIO, Fernanda; FIADEIRO, João. **O encontro é uma ferida**. In: Excerto da conferência-performance Secalharidade. Culturgest, Junho, 2012. Disponível em:

<http://and-lab.org/wp-content/uploads/2013/08/O-encontro-e%CC%81-uma-ferida_-_final.pdf> (acesso em: 31/08/2016)

FAITANIN, Paulo. **Acepção teológica de ‘pessoa’ em Tomás de Aquino**. In: Revista Eletrônica Aquinate, n. 03, 2006, pp. 47-58. Disponível em:

<http://www.aquinate.net/revista/edicao_atual/Artigos/03/a-acepcao-teologica%20de-pessoa-em%20tomas%20de%20aquino.pdf> (acesso em: 31/08/2016)

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2002.

JACQUES, Paola Berenstein. **Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?** In: *RUA. Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 8. Salvador, 2003.

LACAN, Jacques. **O seminário – livro 4: a relação de objeto (1956-1957)**. Texto estabelecido por Jacques Alain-Miller. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MEDEIROS, Élton; ZÉ, Tom [Compositores]. **Tô**. In: Estudando o Samba. São Paulo: Continental, 1976. 1 Disco sonoro.

NEGRI, Antonio. **Guías. Cinco lecciones en torno a Imperio**. Barcelona: Ed. Paidós, 2004.

PELBART, Peter Pál. **O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

RODRIGUES, João Jorge. **O Olodum e o Pelourinho**. In: Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (Org.). *Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade*. Salvador: EDUFBA, 1995.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SILVA, Silvia Jura da. **Iate Clube da Bahia - negociando a zona verde da Vila Brandão**. Video, 4 min, cor, HDV, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/JCZt7D21pJU>> (acesso em: 31/08/2016).

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria**. In: ARANTES, O., VAINER, C. e MARICATO, E. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

ANEXO 1. Ladeira da Conceição



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

SUCOM
Superintendência de Controle e Ordenamento
do Uso do Solo do Município

2261005116

NOTIFICAÇÃO

Nº. de Série _____

Nome / Razão Social
SIMONE VENANCIO DE OLIVEIRA

Endereço
LAD. DA CONCEIÇÃO

Nº. _____ E-mail _____

Ponto de Referência: _____

Bairro
CENTRO

Logradouro _____ Zona _____ Documentos (CNPJ / CPF / CGA / IDENTIDADE) _____

Origem da Notificação
CIENTUAL

Documento _____ Nº. _____ Alvará _____ Setor de Origem
GEFIS

CATEGORIA DE USO
 Residencial - R Industrial - I Comercial e Serviços - CS Institucional - I Misto - M Outros: _____

TOPOGRAFIA
 Plano Active Declive Risco Casa Edifício Sala Galpão Lote Outros: _____

TIPOLOGIA
 Bloco Madeira Taipa / Adobe Mista Luxo Bom Popular Precário

GABARITO / AREA
 Nº. Pav.(s) _____ Área: _____ m²

PADRÃO CONSTRUTIVO
 Micro Pequeno Médio Grande

TIPO DE OBRA / SERVIÇO
 Muro Rep. Gerais Ampl. / Reforma Const. Terraplen. Habite-se Demolição Outros: _____

ESTÁGIO DA OBRA
 Serv. Preliminares (Terraplenagem, etc) Fundação Estrutura Alvenaria Cobertura Instalações Acabamentos Imóvel Concluído

NATUREZA DA INFRAÇÃO

Toda e qualquer obra, particular ou pública, só poderá ser iniciada após licenciada ou autorizada pela Prefeitura, que expedirá o respectivo Alvará... - Art. 16º, Lei 3.903/88.

Dependente de Alvará de Licença / Autorização O funcionamento de estabelecimento comercial, industrial, religioso, e as empresas em geral. - Art. 8º, inciso I, Lei 5.503/99.

Introduzir, durante a execução da obra modificações em projeto ou peças gráficas aprovadas que não atendam as disposições desta lei... - Art. 24º e 45º, Lei 3.903/88.

O Alvará de licença ou autorização deverá ser mantido em bom estado de conservação e afixado em local visível... - Art. 21º, Lei 5.503/99.

A conclusão de obra será comunicada à P.M.S pelo requerente da licença ou representante legal, para vistoria e concessão de Habite-se... - Art. 35º, Lei 3.903/88.

Exibir qualquer anúncio e engenho publicitário, ainda que localizado em áreas de domínio privado, sem a devida autorização da SUCOM. - Art. 114º, inciso I, alínea "a", Decreto 12.642/00.

Toda obra iniciada sem a devida licença em áreas de domínio público, ou em terrenos do domínio da União, será sumariamente demolida... - Art. 59º, Lei 3.903/88.

Exibir qualquer anúncio e engenho publicitário, em desacordo com as características aprovadas. Art. 114º, inciso I, alínea "b", Decreto 12.642/00.

Manter os trechos de logradouros adjacentes à obra permanentemente desobstruídos e limpos. (Materiais, Entulho, Argamassa / Concreto). Art. 47º, inciso I, Lei 3.903/88.

Exibir qualquer anúncio e engenho publicitário, fora dos prazos constantes da autorização. Art. 114º, inciso I, alínea "c", Decreto 12.642/00.

Impedir ou dificultar a ação fiscalizadora da Prefeitura e / ou reincidir em infração cometida. Art. 52º, Lei 3.903/88.

Outros: _____

PRAZO P/ ATENDIMENTO
 06 horas 12 horas 24 horas 48 horas 72 horas Outros: _____

DESCRIÇÃO DO FATO
DEU PARA DESOCUPAR O IMÓVEL PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS RESTAURAÇÃO DO PROGRAMA PAC CIDADES HISTÓRICAS

NOTIFICADO - Ciente
 Hora: **11:20** Salvador **15** de **JULHO** de **2014**

Assinatura: **Simone V. de Oliveira**

FISCAL - Carimbo / Assinatura / Matrícula
Simone Lustosa Dantas
 Encarregado
 SUCOM/GEFIS/SFC-AP
 Mat: 88065-0

NOTAS

1. A não observância da presente notificação implica na aplicação das sanções e providências previstas na legislação em vigor. - Art. 50º. (Lei 3.903/88) e Art. 207º, 237º. (Lei 5.503/99)

Av. Antônio Carlos Magalhães, 3244 - Caminho das Árvores, Edif. Emp. Thomé de Souza - CEP: 41.820-000 - Alô Sucom: (71) 2201-6900 - Salvador - Bahia
 Site: www.sucom.ba.gov.br

Figura 22. Notificação entregue pela SUCOM indicando o prazo de 72 horas para o despejo do Arco nº 12 da Ladeira da Conceição (Fonte: Simony Venâncio, 15/07/2014)



Figura 23. Primeiro Ato na Ladeira da Conceição. Artífices da Ladeira, Comunidade Gamboa de Baixo e MSTB (Fonte: Jornal A Tarde, 08/12/2014)

Manifestantes retiram bloqueio da passagem de veículos na Ladeira da Conceição

Domingo, 31 de Maio de 2015 - 15:47

Por Rodrigo Daniel Silva (@rodansilva) | Fotos: Rodrigo Daniel Silva // Bocão News



Cerca de 300 pessoas protestam, na tarde deste domingo (31), em defesa do Centro Histórico de Salvador, na Ladeira da Conceição da Praia. Por volta das 15h, os manifestantes retiraram os blocos que impediam a passagem de veículos na ladeira. Eles gritavam: "ladeira livre".

Figura 24. Ato "A Ladeira é Nossa" (Fonte: Jornal Bocão News, 31/05/2015)



Figura 25. Edmilson Rodrigues tomando a palavra no Ato "A Ladeira é Nossa" (Fonte: Articulação, 31/05/2015)

Figura 26. Simony Venâncio tomando a palavra no Ato "A Ladeira é Nossa" (Fonte: Articulação, 31/05/2015)



Figura 27. Ladeira da Conceição e entorno, em inícios da década de 1960 (Fonte: Edmilson Rodrigues)

Figura 28. Ladeira da Conceição e entorno, na atualidade (Fonte: Santiago Cao, 23/04/2016)

ANEXO 2. Vila Brandão

CIDADANIA

POR YCB FOTOS AUREMAR SANTOS



YCB & Vila Brandão

CONTRATO DE COMODATO, UMA PARCERIA DE CUNHO SOCIAL FEITA COM BOM SENSO E ESPÍRITO COMUNITÁRIO



**JENNER AUGUSTO
KRUSCHEWSKY**
DIRETOR JURÍDICO

O Yacht Clube da Bahia foi fundado em 23 de maio de 1935, por um grupo de velejadores que adquiriram a área para construir barcos e praticar o esporte à vela, vindo a se transformar no que é hoje, um dos maiores clubes náuticos do Brasil.

Em 1939, foi lavrada a escritura pública no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício, onde consta que a área total do Clube é composta por seis lotes, cuja soma totaliza 35.591m², destacando no texto que fala da poligonal, que o YCB limita ao norte com terrenos de marinha aforados e com terrenos próprios de Arnald Wildberger.

Esse detalhe é importante citar, pois já em 1939 estava claro e cristalino que não existia nenhuma área entre os terrenos do Yacht e da família Wildberger, vizinho do Clube, justamente na área em questão.

Ao longo dos anos, o Yacht permitiu que se instalasse em parte deste terreno o que hoje se tornou a Vila Brandão, uma comunidade totalmente consolidada, o que motivou



**CÉSAR CINTRA
MESQUITA**
DIRETOR DE OBRAS E PATRIMÔNIO

38 DEZEMBRO 2015 YACHT

Figura 29. Matéria publicada na Revista Yacht, p.38. (Fonte: Revista Yacht, dezembro 2015)

alguns conflitos, quando pessoas, inclusive de outras comunidades, quiseram invadir a área restante, o que obrigou o Clube a utilizar o desforço incontinente e recorrer à justiça, com uma Ação de Manutenção de Posse com Interdito Proibitório, que resultou em sentença, transitada em julgado a favor do Clube, onde o magistrado à época, Exmo. Juiz Dr. Mario Albiani, hoje Desembargador, com assento no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, declarou: "Sendo patente a existência da posse do Acionante (YCB), a mesma merece proteção, nas hipóteses de esbulho ou turbação, por força do que dispõe o art. 499 do Código Civil então vigente e art. 926 do CPC. Isto posto, julgo procedente o pedido, para manter, em definitivo, a autora na posse do imóvel em questão..."

O Contrato de Comodato

Em 2008, na gestão do Comodoro Marcelo Kruschewsky, com o objetivo de colocar um ponto final nos conflitos com seus vizinhos da Vila Brandão e poder tomar posse em definitivo da área pertencente ao Yacht, objetivando criar um pátio para hangaragem de embarcações no local, a Diretoria Social, sob o comando de Marcelo Sacramento, atual Comodoro, deu início a um amplo trabalho social com as crianças da vila, culminando com a participação da Paróquia da Vitória e da Arquidiocese de Salvador e com a ajuda fundamental do Padre Luiz Simões, nascendo daí a ideia de ceder a área do chamado "caminho de futebol de terra batida", já utilizado há anos pela comunidade, através de um Contrato de Comodato, aceito e aprovado pelo Egrégio Conselho Deliberativo e pela Ascomvibra, a associação dos moradores da Vila Brandão, que determina claramente que a referida área do campinho somente poderá ser utilizada para a prática

de esportes e lazer, durante 25 anos e previsão de renovação, caso o objetivo do contrato seja amplamente respeitado, não havendo desvio na utilização do referido terreno.

Não foi um processo fácil, pois algumas pessoas residentes na Vila Brandão, com interesses próprios e porque não dizer "obscuros", travestidos de "ONG", tentaram, a todo custo, interromper esta ação, colocando-se literalmente contra os moradores da Vila e sem nenhum comprometimento com a ação social promovida em favor desta comunidade, arrastando esta situação por mais de um ano.

A conclusão somente ocorreu agora, em setembro de 2015, quando da assinatura definitiva do Contrato de Comodato e após um longo processo, que envolveu a participação da Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União, Superintendência do Patrimônio da União e Ministério Público e Promotoria do Meio Ambiente, neste ato representado pelo Exmo. Dr. Promotor de Justiça, Antonio Sérgio Mendes, que após ampla análise do caso e dos documentos declarou que "a área objeto do aludido Contrato de Comodato, firmado entre a Paróquia da Vitória e o Yacht Clube da Bahia não é pública e, muito menos verde, constituindo-se, ao revés, parte em área totalmente privada, parte em área da União, mas sob domínio útil do Yacht Clube da Bahia, consoante demonstram a Escritura Pública devidamente registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis, desta capital, sentença judicial juntada, comprovantes de pagamento de foro à União e a planta de localização, todos constantes dos autos"

Cabe aqui citar também o apoio da Prefeitura Municipal de Salvador que analisou e concedeu o alvará para construção das referidas benfeitorias, inclusive se comprome-

tendo em levar mais benefícios à comunidade, incorporando serviços e equipamentos que melhorem ainda mais a qualidade das instalações construídas pelo Yacht.

Finalmente, o Yacht Clube da Bahia salienta o apoio da Câmara Municipal de Salvador, por meio de alguns de seus vereadores, que se posicionaram em total apoio ao projeto, sensíveis aos interesses da comunidade.

Motivo para comemorar

Associados do Yacht, Moradores da Vila Brandão, Paróquia da Vitória e os diversos Órgãos Públicos aqui citados e diretamente envolvidos no processo comemoram uma parceria de sucesso, com um contrato assinado pela quase totalidade dos moradores, que confiaram na palavra e na disposição da Diretoria do Yacht Clube da Bahia para construir uma quadra esportiva de concreto, cercada e iluminada, arquivancada de concreto, parque infantil, escadas de acesso à vila e rampas de acesso ao mar, em tempo recorde, transformando esta área de terra, chão batido e muito mal tratada pela ação do tempo e do abandono, em uma verdadeira área de lazer, com o conforto e a acessibilidade que os moradores da Vila Brandão merecem.

Inauguração

Ainda neste mês de dezembro, o YCB irá inaugurar as obras e intervenções, com uma bela festa de Natal e uma partida de futebol com as crianças e moradores da Vila, selando definitivamente a harmonia, a paz e a parceria entre a Comunidade e o Yacht Clube da Bahia.

Obs.: Todos os documentos aqui citados estão à disposição no site do Clube (www.yachtclubedabahia.com.br)



Figura 30. Matéria publicada na Revista Yacht, p.39. (Fonte: Revista Yacht, dezembro 2015)

CONTRATO DE COMODATO

(FIRMADO EM 09/10/2014 ENTRE O

YACHT CLUBE DA BAHIA

E A PARÓQUIA DA VITÓRIA)



Figura 31. Capa do Contrato de Comodato entre o Yacht Clube da Bahia e a Paróquia da Vitória. (Fonte: Celia Mara e Silvia Jura, 2014)

CONTRATO PARTICULAR DE COMODATO

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **YACHT CLUBE DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, na Av. Sete de Setembro, 3252, Ladeira da Barra - Barra, CEP 40130-001, inscrito no CNPJ sob nº 15.154.354/0001-68, neste ato representado por seu Comodoro Antonio Carlos da Rosa, portador de cédula de identidade nº 4198639 SSP/BA, inscrito no CPF sob nº 064.006.715-87, doravante denominado **COMODANTE**; e, de outro lado, **PARÓQUIA DA VITÓRIA (Arquidiocese de Salvador)**, com sede no Largo da Vitória, s/nº - Vitória, CEP 40.081-305, Salvador/BA, Inscrita no CNPJ sob nº 13.940.325/0001-04, neste ato representada por Pe. Luís Moreira Simões de Oliveira, portador da cédula de identidade nº 01145309 55 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 065.969.405-00, doravante denominada **COMODATÁRIA**; resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE COMODATO**, nos termos dos artigos 579 a 585 do Código Civil Brasileiro e das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª - Do Objeto

O presente contrato tem como objeto o empréstimo gratuito de área com 1.087,00m² (mil e oitenta e sete metros quadrados), de posse plena e propriedade do **COMODANTE**, cuja localização, limites e confrontações constam da anexa planta baixa, que faz parte integrante deste instrumento, pelo que é firmada pelas partes contraentes. Tal área de terras esta inserida na poligonal que abrange a porção maior onde está localizada a sede do **COMODANTE**.

Pe. Luís Moreira Simões

[Handwritten signatures]

Figura 32. Página 1 do Contrato de Comodato entre o Yacht Clube da Bahia e a Paróquia da Vitória. (Fonte: Célia Mara e Sílvia Jura, 2014)

Cláusula 2ª - Da Atividade a Ser Exercida no Bem Emprestado

A área oferecida em comodato corresponde, atualmente, a um campo de futebol improvisado, de terra batida. As atividades a ser ali desenvolvidas pela **COMODATÁRIA** deverão ser, exclusivamente, de caráter esportivo e de lazer para a comunidade vizinha, denominada de Vila Brandão, sendo vedado o desenvolvimento de qualquer outra atividade ou o envolvimento de quaisquer outros indivíduos ou entidades, sem o prévio e por escrito consentimento do **COMODATÁRIO**, sob pena de extinção do presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Primeiro – As atividades deverão ter sempre o caráter de gratuidade e não deverão extrapolar o âmbito dos integrantes da comunidade da Vila Brandão.

Parágrafo Segundo – É vedada ao **COMODATÁRIO** a realização de qualquer tipo de construção, acessão ou benfeitoria na área dada em comodato, seja de caráter provisório ou definitivo, devendo promover a devida fiscalização para que outros não o façam. A inobservância a tal expressa proibição ocasionará a imediata resolução deste instrumento, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

Cláusula 3ª – Da Vigência

O presente instrumento é celebrado pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes. Encerrado o prazo contratual, deverá a **COMODATÁRIA** entregar ao **COMODANTE** a área em questão livre de bens e pessoas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sob pena de sujeitar-se às medidas judiciais cabíveis para a reintegração de posse do **COMODANTE**.

S. B. Martins

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the top, a smaller one below it, and several initials or marks further down.

Cláusula 4ª – Das Obrigações da COMODATÁRIA

Por força do presente contrato, a **COMODATÁRIA** se obriga a cuidar do bem imóvel dado em comodato como se seu próprio fora, não permitindo sua deterioração (v.g. erosão etc.), turbação ou esbulho da posse por terceiros.

Cláusula 5ª – Das Obrigações do COMODANTE

O **COMODANTE**, por força deste contrato, obriga-se a:

- a) Permitir à **COMODATÁRIA** o livre uso e gozo da coisa dada em comodato durante o prazo de vigência deste instrumento;
- b) Promover a reforma da área dada em comodato, urbanizando o campo de futebol e instalando novos equipamentos, como traves e redes, tudo a exclusivo critério do **COMODANTE**.

Cláusula 6ª – Da Condição

Constitui condição irrevogável para a perfeita validade e eficácia deste instrumento que o **COMODANTE** possa construir, às suas expensas, no limite entre as áreas de propriedade do YCB e a ocupação exercida pela Vila Brandão – tudo conforme planta anexa, que é parte integrante deste contrato e é firmada pelas partes – uma cerca com 2 (dois) metros de altura, que se constituirá em demarcação física dos limites entre as áreas em questão.

Parágrafo Único – Qualquer óbice que venha a impedir a construção da cerca em questão, não importando se causado pela **COMODATÁRIA**, órgãos públicos, moradores da Vila Brandão ou terceiros, será causa de extinção de pleno direito do presente comodato, o que não gerará direito de indenização por perdas e danos para nenhum dos contratantes.

Cláusula 7ª – Rescisão

O presente contrato poderá ser rescindido caso se verifique quaisquer dos seguintes eventos:

P. B. Júnior

- a) Desvio das finalidades para a qual o bem imóvel foi dado em comodato;
- b) Por inadimplemento de qualquer das cláusulas ou condições nele consignadas ou motivado por força maior;

Cláusula 8ª – Das Alterações

As partes convencionam que toda e qualquer alteração das cláusulas e condições deste contrato deverá ser feita por meio de termo aditivo, devendo esta alteração ser, obrigatoriamente, parte integrante deste contrato.

Cláusula 9ª – Das Disposições Gerais

Este contrato não poderá ser cedido ou transferido por qualquer das partes, nem dado como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte.

Parágrafo Único - Fica expressamente convencionado que não constituirá novação a abstenção por qualquer das partes do exercício de qualquer direito, poder, recurso ou faculdade assegurados por lei ou por este instrumento, nem a eventual tolerância por atraso no cumprimento de quaisquer obrigações, que não impedirão que a parte prejudicada, a seu exclusivo critério, venha a exercer a qualquer momento esses direitos, poderes, recursos ou faculdades, os quais são cumulativos e não excludentes em relação aos previstos em lei.

Cláusula 10ª – Do Foro

Para dirimir as dúvidas e controvérsias que possam surgir destas avenças, as partes elegem de pleno e comum acordo o foro da cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

B. b. h. m.

R

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, para todos os fins de direito.

Salvador, 09 de outubro de 2014.

Yacht Clube da Bahia

Comodante - Antonio Carlos da Rosa - Comodoro

Pe. Luis M. Simões de Oliveira
Paróquia da Vitória (Arquidiocese de Salvador)

Comodatário - Pe. Luis M. Simões de Oliveira

Yacht Clube da Bahia

John Didrik Brusell - Presidente do Conselho Deliberativo

Vila Brandão

**Arivaldo Florentino Sampaio - Presidente da Associação da Comunidade
 Vila Brandão - ASCOMVIBRA**

Testemunhas:

Pedro Luiz Godinho

Pedro Luiz Godinho

Secretario de Relações Institucionais da Prefeitura de Salvador

Major PM Renato Lemos Sandes Junior

Comte. da 11ª C/PM - Barra/Graça